

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

GABRIELA FREITAS DOS SANTOS

Gênero e contrainsurgência: a estratégia dos Estados Unidos na Guerra no Afeganistão

São Paulo

2020

GABRIELA FREITAS DOS SANTOS

Gênero e contrainsurgência: a estratégia dos Estados Unidos na Guerra no Afeganistão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

São Paulo
2020

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Santos, Gabriela Freitas dos.

S237 Gênero e contrainsurgência : a estratégia dos Estados Unidos na
Guerra no Afeganistão / Gabriela Freitas dos Santos. – São Paulo,
2020.

94 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Samuel Alves Soares.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2020.

1. Relações entre civis e militares – Afeganistão. 2. Mulheres
militares. 3. Estados Unidos – Relações exteriores – Séc. XXI –
Aspectos militares. 4. Construção da paz – Afeganistão. 5. Não-
violência. I. Título.

CDD 322.50973

GABRIELA FREITAS DOS SANTOS

Gênero e contrainsurgência: a estratégia dos Estados Unidos na Guerra no Afeganistão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos se Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista)

Prof. Dr. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta (Universidade Federal de Sergipe)

Prof. Dr. Suzeley Kalil Mathias (Universidade Estadual Paulista)

São Paulo, 10 de setembro de 2020.

Aos meus pais, Ana e José, por tudo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2018/03392-0. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de minha responsabilidade e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Muitas pessoas fizeram parte deste projeto-plano chamado mestrado que atravessou várias fases e espaços da minha vida, iniciado lá atrás, em 2016, quando essa ideia ainda se resumia em “quem sabe tentar aquele mestrado legal em São Paulo”. É preciso agradecer, ainda que eu corra o risco de esquecer alguns nomes.

Agradeço ao Programa San Tiago Dantas, seus funcionários, aos professores e às professoras e a todos os colegas com quem tive trocas intelectuais inestimáveis e que ajudaram a manter minha curiosidade acesa sempre. Em especial, aos colegas de GEDES, sempre dispostos a uma boa conversa na querida salinha.

Agradeço ao meu orientador Samuel pela orientação generosa e sempre instigante, pelas conversas intermináveis, pela paciência e, principalmente, pela confiança que sempre teve com o meu trabalho. Agradeço pelo exemplo de professor e profissional que tive a oportunidade de aprender nesses últimos dois anos. Agradeço às professoras Bárbara e Suzeley, pela contribuição essencial na qualificação e por gentilmente aceitarem o convite para compor a banca.

Agradeço aos meus pais, Ana e José, e ao meu irmão Rafael, pelo amor e apoio. Obrigada por proporcionarem o chão para que eu pudesse imaginar e construir os meus próprios horizontes. Obrigada por sempre apoiarem as minhas escolhas, mesmo quando elas me levaram cada vez mais longe geograficamente. Isso sempre nos fez inventar novos jeitos de estar perto. Obrigada pelo carinho e abrigo nesses últimos meses. E obrigada Rafinha pelo computador que permitiu, literalmente, que esta dissertação fosse concluída. Obrigada a toda minha família, avós, dindas e dindos, primos e tios, que sempre acompanharam e incentivaram, de perto ou de longe, o meu caminho.

Agradeço com muito carinho a Luciana e Carmen, pelo acolhimento nos meus primeiros passos em São Paulo.

Agradeço a meus amigos e amigas, de longe ou de perto, pelo carinho e amor compartilhado. Mari, obrigada por tudo que compartilhamos, seja casa, comida ou as angústias e delícias da dissertação. Ana, Arthur, Emerson, Letícia, João, Pedro, Leo e Lucas, obrigada

pelas muitas horas de bar e esfirras, sem vocês tudo seria mais pesado. Amabilly, Ana, Camila, Iasmini, Luísa, Maria Gabriela e Vitória, obrigada pela certeza do reencontro, dos muitos abraços e da força da nossa conexão, não importa onde e quando.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que lutam pela universidade pública, gratuita e de qualidade no Brasil. Ao fim dessa trajetória valorizo ainda mais todas as oportunidades que desfrutei, que só foram possíveis graças ao investimento em educação e ciência, inegociáveis na construção de um Brasil justo, menos desigual e mais conectado com seu povo e suas potencialidades.

RESUMO

O objetivo neste trabalho é analisar os aspectos de gênero da estratégia de contrainsurgência dos Estados Unidos na intervenção no Afeganistão. Esses aspectos estão destacados de forma mais evidente na implementação dos *Female Engagement Teams*, ou Equipes de Engajamento Feminino (EEFs), tradução própria que adotamos neste trabalho. As EEFs são grupos de apoio formados exclusivamente por mulheres militares dos Estados Unidos, responsáveis por realizar aproximação direta com a população civil, principalmente com as mulheres afegãs. Em âmbito mais amplo, essa iniciativa fez parte da reorientação estratégica estadunidense adotada no Afeganistão, a partir de 2009, com o governo Obama. Por meio de uma estratégia de contrainsurgência, centrada na população, o objetivo era “conquistar corações e mentes” e derrotar a insurgência afegã, principalmente o Talibã. Dessa forma, na pesquisa procura-se responder quais são os aspectos de gênero predominantes na estratégia de contrainsurgência adotada pelos Estados Unidos na intervenção no Afeganistão; e como essa dimensão de gênero é mobilizada pela estratégia na tentativa de retratar a intervenção como humanitária e benevolente.

Palavras-chave: Gênero. Contrainsurgência. Equipes de Engajamento Feminino (EEFs). Estados Unidos. Afeganistão.

ABSTRACT

This research aims to analyze the gender aspects of the United States counterinsurgency strategy during the intervention in Afghanistan. These aspects are most prominently highlighted in the implementation of the Female Engagement Teams (FETs), ground support groups made up exclusively of US military women, who were responsible for reaching out to the civilian population, especially Afghan women. On a broader perspective, this initiative was part of the US strategic reorientation in Afghanistan, in 2009, within the Obama administration. Through a population-centered counterinsurgency strategy, the goal was to “win hearts and minds” and defeat the Afghan insurgency, especially the Taliban. Therefore, this research tries to answer which are the main gender aspects in the US counterinsurgency strategy in Afghanistan; and how this gendered dimension is deployed to reframe the intervention as humanitarian and benevolent.

Keywords: Gender. Counterinsurgency. Female Engagement Teams (FETs). United States. Afghanistan.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar los aspectos de género de la estrategia de contrainsurgencia de los Estados Unidos en la intervención en Afganistán. Estos aspectos están más evidentemente destacados en la implementación de los Female Engagement Teams o Equipos de Envolvimiento Femenino (EEFs), traducción propia que adoptamos en este trabajo. Las EEFs son grupos de apoyo formados exclusivamente por mujeres militares de los Estados Unidos, responsables por realizar aproximación directa con la población civil, especialmente con las mujeres afganas. En un ámbito más amplio, esta iniciativa hizo parte de la reorientación estratégica estadounidense adoptada en el Afganistán, a partir del 2009, con el gobierno Obama. A través de una estrategia de contrainsurgencia, centrada en la población, el objetivo era "conquistar corazones y mentes" y derrotar la insurgencia afgana, principalmente el Talibán. De esta manera, en la investigación se busca responder cuales son los aspectos de género predominantes en la estrategia de contrainsurgencia utilizada por los Estados Unidos en la intervención en Afganistán; y cómo esta dimensión de género es movilizadora por la estrategia en el intento de retratar la intervención como humanitaria y benevolente.

Palabras-clave: Género. Contrainsurgencia. Equipos de Envolvimiento Femenino (EEFs). Estados Unidos. Afganistán.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da distribuição de EEFs no território afegão (15 de janeiro de 2012).	39
Figura 2 - Pôster de recrutamento do Programa FET	44
Figura 3 - Militares das EEFs e meninas afegãs	48
Figura 4 - Militar estadunidense conversa com jovens afegãos	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	<i>American Anthropological Association</i>
ARI	<i>Army Research Institute</i>
AVF	<i>All-Volunteer Force</i>
BCT	<i>Brigade Combat Team</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CORDS	<i>Civil Operations and Reconstruction Development Support</i>
CST	<i>Cultural Support Teams</i>
EEF	Equipes de Engajamento Feminino
EUA	Estados Unidos da América
FET	<i>Female Engagement Teams</i>
HTS	<i>Human Terrain Systems</i>
IED	<i>Improvised Explosive Devices</i>
IIA	<i>Inform and Influence Activities</i>
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PRTs	<i>Provincial Reconstruction Teams</i>
TRADOC	<i>U.S. Army Training and Doctrine Command</i>
TSP	<i>Training Support Package</i>
USASOC	Comando de Operações Especiais do Exército
WASP	<i>Women Airforce Service Pilots</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTRAINSURGÊNCIA: “SOME OF THE BEST WEAPONS DON’T SHOOT” .	21
2.1 Serviço social armado	24
2.2 Discursos contrainsurgentes.....	30
2.3 O terreno humano.....	37
3 EQUIPES DE ENGAJAMENTO FEMININO COMO INSTRUMENTO DE CONTRAINSURGÊNCIA	42
3.1 Objetivos e atividades	42
3.2 Treinamento, dificuldades e restrições.....	49
3.3 Uma intervenção bem intencionada.....	55
3.4 Consciência situacional.....	58
4 GENERIFICANDO A CONTRAINSURGÊNCIA: IMPLICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS	64
4.1 Construindo relações.....	64
4.2 Feminilidades e masculinidades militares.....	71
4.2.1 Terceiro gênero	71
4.2.2 Soldados-intelectuais	77
4.3 Mulheres contrainsurgentes, trabalho afetivo e uso da força.....	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2015, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos anunciou uma mudança significativa nas Forças Armadas do país: a abertura de todas as posições para as mulheres, revogando a lei de 1996 que proibia as militares estadunidenses de atuarem em posições de combate (USA, 2015). Essa mudança ocorreu em meio ao intenso debate sobre a presença das mulheres no *front*, para além das funções de apoio e logística. Questões como diferenças físicas e biológicas, normas sociais relacionadas a gênero e as implicações da presença de mulheres na coesão militar são alguns dos principais pontos de divergência entre os que apoiam a exclusão de mulheres do combate e os que são contrários a ela (MACKENZIE, 2012). Entre 2015 e 2020, as forças estadunidenses se adequaram à medida para que 220.000 posições de combate estivessem disponíveis para as mulheres que desejassem pleiteá-las (LAKRITZ, 2019).

Essa mudança no acesso ao combate é constantemente relacionada à experiência das militares mulheres nos conflitos no Afeganistão e no Iraque. Nos dois casos, pelas características do conflito assimétrico, as fronteiras que separam a linha de frente e as ditas ‘posições de apoio’ não são tão definidas quanto legislações poderiam sugerir. Ainda que não estivessem em posições específicas de infantaria e artilharia, as militares estavam largamente expostas às mesmas condições que seus companheiros homens. Entre 2012 e 2013, o Departamento de Defesa estadunidense foi processado por militares que atuaram nessas condições nos dois conflitos, mas devido às barreiras existentes não podiam avançar na carreira nas mesmas condições que os soldados homens (ACLU, 2020; DAO, 2012). O fim da exclusão ao combate pode ser compreendido como uma mera formalidade para oficializar o que já acontecia na prática:

O processo judicial indica que as mulheres já estão servindo em combate no Iraque e no Afeganistão e diz que, ao invés de designá-las para unidades de combate, as Forças Armadas contornam a exclusão ao “anexá-las” a essas unidades¹. (THE ASSOCIATED PRESS, 2012, tradução própria²).

Na intervenção no Afeganistão, as militares mais próximas da linha de frente eram principalmente as que atuavam nos *Female Engagement Teams* (FETs) ou Equipes de

¹ No original: “The lawsuit notes that women are already serving in combat in Iraq and Afghanistan, and says that instead of assigning them to combat units, the military was circumventing the exclusion by ‘attaching’ them to such units.” (THE ASSOCIATED PRESS, 2012).

² Todos os trechos com versão original indicada em nota de rodapé foram traduções próprias.

Engajamento Feminino (EEFs)³, tradução própria adotada neste trabalho. Formadas exclusivamente por mulheres, essas equipes seriam responsáveis pela aproximação com a população civil, especialmente com as mulheres afegãs. A implementação dessas equipes foi consequência direta da adoção da contrainsurgência como doutrina oficial no Afeganistão a partir de 2009. O esforço de contrainsurgência visa ganhar a confiança da população, conquistando “corações e mentes”, para ampliar a influência na disputa contra os insurgentes. A contrainsurgência adotada no Afeganistão é “centrada na população”, não só por estar determinada a conquistar sua confiança, mas também pela necessidade de desenvolver operações de estabilidade, que visam oferecer serviços básicos à população, reconstruir a infraestrutura do país e fortalecer a governança local (MCBRIDE; WIBBEN, 2012).

A atuação das EEFs consistia em acompanhar as equipes de infantaria em patrulhas, interagindo com a população civil. A presença de militares mulheres facilitaria o contato com uma grande parcela da população até então “fora do alcance” das tropas estadunidenses: as mulheres afegãs. A escolha seria consequência da dificuldade que as tropas, compostas exclusivamente por homens, teriam para realizar essa aproximação. Quando necessário, as militares revistavam as mulheres, uma das atividades que teria motivado a criação dos primeiros grupos. As EEFs realizavam as próprias missões, com atividades que envolviam visitas e conversas com as mulheres afegãs em suas casas, recolhendo informações sobre suas demandas, além de eventuais informações que levassem à inteligência. As equipes também organizavam *shuras* – reuniões no estilo assembleia – para receber as mulheres afegãs, oferecendo serviços médicos básicos e aulas de idiomas.

O problema que orienta esta pesquisa é movido pela provocação de Cynthia Enloe quando questiona “Onde estão as mulheres nas relações internacionais?” (ENLOE, 2004; 2014). Por si só, a decisão militar de empregar equipes exclusivamente compostas por mulheres, partindo de uma instituição extremamente masculinizada, já convida a um olhar atento. Que essas equipes tenham sido adotadas para contornar um “problema cultural”- a dificuldade que as tropas, compostas por soldados homens, encontravam para ter contato com as mulheres afegãs – é outro “problema de gênero”. E por fim, que a atuação dessas mulheres militares tenha acontecido a despeito das restrições oficiais, situação que indica na prática que essas legislações

³ A nomenclatura *Female Engagement Teams* refere-se à iniciativa específica do Corpo de Fuzileiros Navais durante o conflito no Afeganistão. Outros grupos com atividades similares e também compostos por mulheres foram desenvolvidos em outras forças, como o *Cultural Support Teams* (CSTs) dentro do Exército. Como a atuação dessas equipes seguiu o mesmo intuito e modelo optou-se por utilizar, ao longo do trabalho, a nomenclatura Equipes de Engajamento Feminino (EEFs) como referência uniforme a esses grupos.

restritivas e discriminatórias serviam para manter a ficção de que as mulheres não atuavam em combate nas forças armadas estadunidenses.

Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa foi responder quais são os aspectos de gênero e suas implicações na estratégia de contrainsurgência dos Estados Unidos empregada no conflito no Afeganistão – especialmente na atuação das Equipes de Engajamento Feminino (EEFs).

Já os objetivos específicos foram:

- 1) Compreender os principais aspectos da doutrina de contrainsurgência generificada e suas implicações, identificando seus objetivos, mecanismos e formas de conduta previstos;
- 2) Analisar a atuação das EEFs durante a intervenção no Afeganistão, seus objetivos, principais atividades e escopo de suas funções na intervenção;
- 3) Avaliar os aspectos que indicam uma relação entre a dimensão de gênero da contrainsurgência e a tentativa de retratar o intervencionismo militar dos Estados Unidos como humanitário e benevolente.

A maneira como a contrainsurgência instrumentaliza a diferença de gênero reafirma uma observação sustentada pelos estudos feministas de segurança internacional: o exercício da violência e o uso da força possuem uma dimensão de gênero que merece ser detidamente examinada. Aqui cabem algumas reflexões sobre o uso do conceito de gênero. Laura Shepherd argumenta que é preciso compreender gênero como “substantivo/verbo/lógica”:

Ou seja, gênero é um substantivo (uma palavra que usamos para nomear categorias de identidade), mas também é um verbo (como ao “generificar” os Estudos de Segurança para elucidar como várias políticas e práticas de segurança dependem de lógicas de gênero) e uma lógica (porque atua dentro de nossas estruturas cognitivas para atribuir certas características a certos objetos e sujeitos e também para estabelecer relações entre eles). Com base nas características e relações postuladas pela lógica de gênero, fazemos julgamentos sobre nossas realidades sociais.⁴ (SHEPHERD, 2013, p. 12).

Essa definição é particularmente interessante porque abarca as várias dimensões que constituem gênero como uma relação de poder. E nessas relações de poder existem hierarquias e atribuições de valor socialmente construídas. Conforme J. Ann Tickner (2005):

⁴ “That is, gender is a noun (a word that we use to name identity categories), but it is also a verb (as we can ‘gender’ Security Studies in order to illuminate the ways in which various security politics and practices rely on logics of gender) and a logic (because it acts within our cognitive frameworks to attribute certain characteristics to certain objects and subjects and also to posit relationships between them). On the basis of the characteristics and relationships posited by the logics of gender, we make judgements about our social realities.” (SHEPHERD, 2013, p. 12).

Eu defino gênero como um conjunto de características socialmente construídas que são tipicamente associadas à masculinidade e à feminilidade. Características associadas a um “tipo ideal” ou masculinidade “hegemônica”, como autonomia, racionalidade e poder, são geralmente privilegiadas, tanto por homens quanto por mulheres, em vez de características como dependência, emocionalidade e fraqueza, associadas à feminilidade. É importante ressaltar que o gênero não diz respeito apenas às mulheres; trata-se de relações entre homens e mulheres, relações geralmente hierárquicas e desiguais. Hierarquias de gênero, incluindo masculinidades subordinadas, se cruzam e são compostas por outras hierarquias, como classe e raça.⁵ (TICKNER, 2005, p. 6).

Interessa aqui, particularmente, como percepções de gênero sustentam determinadas políticas e práticas de segurança internacional. Alguns breves exemplos desse entrelaçamento entre gênero e segurança são a demarcação de papéis tradicionais, atribuídos de maneira hierárquica, entre homens e mulheres nos conflitos; a exclusão sistemática das mulheres em relação ao monopólio do uso da força pelo Estado; e, principalmente, as inseguranças intensificadas a que mulheres e meninas estão submetidas em regiões de conflito.

Os estudos feministas de segurança internacional, assim como outras abordagens dos estudos críticos de segurança, já colaboraram muito para a investigação dessas questões. Principalmente, porque trabalham um alargamento do conceito de segurança que permite um olhar sobre os conflitos e as questões de segurança internacional a partir da perspectiva de pessoas, comunidades e experiências que não poderiam ser devidamente apreendidas estritamente pela ótica das “ameaças ao Estado”. Existem ameaças e inseguranças que não são necessariamente estatais ou, ainda, inseguranças individuais e coletivas que coexistem com o “Estado seguro”.

A aproximação entre os estudos de gênero e as relações internacionais proporciona um espaço no qual é possível compreender os conflitos a partir do entrelaçamento entre o exercício de poder de Estados militarizados, o movimento de sua estratégia, as ambições de dominação das intervenções militares, e a vida das populações sujeitas a esse exercício de poder. Em suma, os estudos feministas de segurança proporcionam um olhar para o cotidiano, para o íntimo e para as experiências de vida, aquém e além da *high politics*, como um lugar no qual a política existe.

⁵ “I define gender as a set of socially constructed characteristics that are typically associated with masculinity and femininity. Characteristics associated with an “ideal type” or “hegemonic” masculinity, such as autonomy, rationality, and power, are generally preferred by both men and women over characteristics such as dependence, emotionality, and weakness, associated with femininity. Importantly, gender is not just about women; it is about relations between men and women, relations that are generally hierarchical and unequal. Gender hierarchies, including subordinated masculinities, intersect with, and are compounded by, other hierarchies such as class and race.” (TICKNER, 2005, p. 6)

É também a partir das perspectivas feministas de segurança internacional que é possível refletir sobre as dinâmicas da exclusão sistemática das mulheres do combate, e como esse processo tem se transformado nos últimos anos. No imaginário social da guerra, coube às mulheres o lugar tradicional de não-combatentes. O engajamento das mulheres em conflitos, enquanto parte de forças combatentes, ocorreu de forma esporádica e sob circunstâncias excepcionais. No período pré-moderno, as mulheres foram parte dos esforços de guerra, mas a partir de um lugar “periférico”, auxiliando na logística, como *camp followers*, por exemplo (ELSHTAIN, 2000). A presença da mulher no combate seria vista como “perturbadora” e “fora dos limites da normalidade esperada” (ELSHTAIN, 2000), sendo apenas requisitada quando o contingente de homens estava aquém do necessário e dispensada em seguida (SANTOS, 2017). Durante a Primeira Guerra Mundial, as mulheres serviram em postos variados, principalmente como enfermeiras no campo. Estavam próximas ao *front*, mas separadas do combate, em posições que reafirmavam o estereótipo de cuidadoras e não de guerreiras (ELSHTAIN, 2000).

Na Segunda Guerra Mundial, cabe destaque à presença relevante das mulheres nos movimentos de resistência na Europa ocupada pela Alemanha nazista, bem como à experiência inédita do Exército soviético com forças de combate regulares compostas por mulheres. A estimativa é de que 1 milhão de mulheres soviéticas tenham servido durante o conflito, ocupando posições como franco-atiradoras, tanquistas, operadoras de artilharia e de defesa antiaérea (CARREIRAS, 2006). Apesar da experiência incomum, ao fim do conflito a União Soviética voltou “ao modelo tradicional, com as mulheres designadas como não-combatentes” (ELSHTAIN, 2000, p. 311). O mesmo ocorreu nos Estados Unidos com o *Women Airforce Service Pilots* (WASP) – Serviço Feminino da Força Aérea durante a Segunda Guerra. As mulheres que atuaram no conflito, inclusive em missões de combate, foram desengajadas logo após a guerra, e mesmo durante o serviço ativo eram consideradas civis, e não militares. Os direitos dessas mulheres só foram reconhecidos em 1977, quando o congresso estadunidense ofereceu o reconhecimento como militares veteranas (MATHIAS, 2009). São movimentos de inclusão e exclusão que se alternam evidenciando um padrão de marginalização que contorna a experiência das mulheres nas Forças Armadas historicamente.

Essa exclusão sistemática das mulheres nos campos de batalha contribuiu para a demarcação de identidades generificadas em relação ao conflito: os homens como guerreiros e as mulheres como belas almas indefesas (ELSHTAIN, 2000). Jean Elshtain (2000), por meio de uma recapitulação histórica, destaca os papéis demarcados e distintos que homens e mulheres possuíam no contexto de guerra, e como esses estereótipos se perpetuam de forma hierárquica.

A ausência das mulheres nos conflitos contribui com a percepção de manutenção de certos limites sociais que indicavam a garantia de normalidade pós-guerra (CARREIRAS, 2006).

O padrão de participação das mulheres em instituições militares passou por transformações significativas nas últimas décadas. A partir dos anos 1970, o padrão de alistamento se alterou em boa parte dos países ocidentais, com o fim da conscrição em diversos países, com a intensa profissionalização e especialização das forças. Essas mudanças costumam ser relacionadas com a flexibilização e a maior abertura para o acesso de mulheres às forças, com *status* militar e crescentemente em posições distintas do seu lugar ‘original’ como auxiliares (CARREIRAS, 2006; SANTOS, 2017).

Nos Estados Unidos, a segunda metade do século XX foi marcada por transformações na força de trabalho militar. A modernização e profissionalização foram pré-condições para o aumento da participação das mulheres. Com o fim da conscrição e o estabelecimento da *All-Volunteer Force* (AVF) – o Serviço Voluntário – em 1973, as mulheres se tornaram uma importante reserva de pessoal (STACHOWITSCH, 2012). A proporção de mulheres no contingente militar passou de 2%, antes da transição para forças voluntárias, para 11% no final dos anos 1980, mantendo o crescimento para cerca de 16% em 2019 (STACHOWITSCH, 2012; CFR, 2020).

Segundo Saskia Stachowitsch (2012), durante os anos 1990 e os anos 2000, a integração foi um processo

limitado e seletivo, concentrado em ocupações para as quais não existe número suficiente de recrutas homens qualificados disponíveis. Políticas de gênero adaptam a participação das mulheres às necessidades militares, e várias formas de exclusão do combate restringem a integração a posições de “não-combate” altamente qualificadas de baixa ou média patente. As mulheres foram integradas no combate naval e aéreo, bem como no apoio ao combate terrestre na década de 1990, enquanto permaneceram excluídas das unidades de combate terrestre, submarinos e forças especiais. Isso dificulta que as mulheres sejam promovidas a cargos mais altos e as exclui do prestígio e dos benefícios associado ao *status* de combatente (STACHOWITSCH, 2012, p. 306).⁶

As mudanças recentes foram responsáveis por remover as restrições ainda em vigor, relacionadas a posições em unidades designadas ao combate direto – a maioria na infantaria, na artilharia e nas forças especiais. Stachowitsch argumenta que o discurso sobre ideais de

⁶ “[...] a limited, selective process focusing on occupations for which not enough qualified male recruits are available. Gender policies adapt women’s participation to the military’s needs, and various forms of combat exclusions restrict integration to higher qualified non-combat jobs on lower and middle ranks. Women were integrated into naval and aerial combat as well as ground combat support in the 1990s, while they remained excluded from ground combat units, submarines and the special forces. This still makes it more difficult for women to get promoted to higher ranks and excludes them from the prestige and benefits associated with the combatant status” (STACHOWITSCH, 2012, p. 306).

feminilidade e masculinidade militar acompanham essas condições de recrutamento e suas nuances políticas:

Essas ideologias de gênero geralmente promovem uma visão modernizada sobre a adequação das mulheres para atividades sujeitas a escassez de pessoal disponível, enquanto reforçam noções tradicionais para justificar a exclusão de funções de alta demanda – por exemplo, combate terrestre e posições de liderança (STACHOWITSCH, 2012, p. 306)⁷.

Assim, o discurso sobre os padrões de inclusão baseados em gênero tendem a se transformar conforme as necessidades militares também se transformam. As mulheres são aceitas quando, e principalmente onde, sua atuação é necessária. O tom desse discurso prevalece no caso das EEFs.

Para concluir essa introdução, resta apresentar algumas questões sobre o caminho metodológico que construiu esta dissertação. Quanto à metodologia das abordagens feministas das Relações Internacionais, não existe um conjunto restrito de determinações. Como Tickner (2005, p. 3) afirma, estudiosas feministas descrevem suas pesquisas como “uma jornada, ou exploração arqueológica”, recorrendo a diferentes métodos e recursos de acordo com o objetivo em questão, em vez de sustentar um compromisso metodológico prévio. A autora afirma que “a construção de conhecimento feminista é um processo em andamento, tentativo e emergente”, que surge por meio de “conversas” com os textos, com o tema de pesquisa e com os dados. Tickner argumenta que a “perspectiva epistemológica” feminista em geral transparece nas perguntas que pesquisas feministas buscam responder. Um dos exemplos utilizados pela autora é: “Por que as guerras foram travadas predominantemente por homens e como as estruturas generificadas de masculinidade e feminilidade legitimam as guerras e o militarismo tanto para mulheres quanto para homens?”⁸.

Para identificar e compreender os aspectos de gênero da contrainsurgência, esta pesquisa percorreu um caminho tentativo e exploratório. O ponto de partida foi a análise dos documentos oficiais, o material que orientou essa atuação e que indicou os meandros da elaboração estratégica (US ARMY, 2006, 2008, 2011; USMC, 2017). No mesmo sentido, foi realizada a análise dos *papers* e do trabalho de estrategistas ligados à contrainsurgência, outras fontes que permitiram a compreensão do discurso contrainsurgente e de suas ambições

⁷ “These gender ideologies generally promote a modernized view of women’s suitability for shortage-prone tasks, while referring to traditional notions to justify exclusions from jobs in high demand – for example, ground combat and leadership positions.” (STACHOWITSCH, 2012, p. 306).

⁸ “Why have wars predominantly been fought by men and how do gendered structures of masculinity and femininity legitimate war and militarism for both women and men?” (TICKNER, 2005, p. 5).

(KILCULLEN, 2006a, 2006b, 2009; MCCHRYSTAL, 2013a, 2013b; PETRAEUS, 2009; POTTINGER *et al*, 2010).

A análise dessas fontes primárias sobre a orientação estratégica foi complementada pela leitura de relatos das militares, de treinadoras e outros envolvidos com as equipes, o que permitiu alguns *insights* sobre as experiências e a atuação, ainda que de forma limitada, através dos relatos, notícias, entrevistas e vídeos que puderam ser acessados (BUMILLER, 2010a, 2010b, 2010c; HUGHES, 2010; IRBY, 2013; JONES, 2010; SANCHEZ, 2012; SCOTT, 2012; SEKELY, 2012; entre outros). O objetivo foi estabelecer um diálogo entre a elaboração estratégica e a atuação no conflito, delineando as dinâmicas de gênero que se realçavam no percurso. A análise dessas fontes foi apoiada na revisão bibliográfica e nas percepções incitadas pela literatura especializada em gênero e contrainsurgência, que já construiu um repertório considerável sobre o tema (DYVIK, 2014, 2016; KHALILI, 2010a; MCBRIDE; WIBBEN, 2012; MESOK, 2015; WELLAND, 2017).

A dissertação está dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, busca-se apresentar a estratégia de contrainsurgência, a partir de suas definições elaboradas pelos Estados Unidos e apresentadas em seus documentos oficiais e nos *papers* de militares reconhecidos por sua participação e proximidade à doutrina. O objetivo é apresentar os aspectos principais da estratégia que embasaram a atuação no Afeganistão, e dessa forma, discutir o contexto a partir do qual as EEFs foram adotadas. São apresentadas algumas diretrizes sobre a contrainsurgência, quando retratada como uma estratégia multifacetada, humanitária e eficiente para lidar com os conflitos sociais. Além disso, discute-se a narrativa da contrainsurgência como uma espécie de cura civilizada para o adoecimento social representado pela insurgência. Ademais, são apresentadas algumas reflexões sobre como a população civil é enquadrada pela contrainsurgência, por meio de retóricas e iniciativas que envolvem a centralidade do ‘terreno humano’ nessa estratégia. O objetivo geral deste primeiro capítulo foi explorar perspectivas sobre a contrainsurgência que possam auxiliar na análise do empenho em acessar as subjetividades da população e do *inimigo*. Entende-se que esse é o contexto a partir do qual é possível analisar os aspectos de gênero contidos nessa estratégia e, principalmente, investigar as Equipes de Engajamento Feminino, sua concepção e atuação.

Já no segundo capítulo apresenta-se a atuação das Equipes de Engajamento Feminino, descrevendo suas principais atividades e os objetivos apresentados pelos documentos oficiais. A intenção foi discutir as funções que a estratégia demarcou para essas equipes, os principais aspectos de seu treinamento e como essa atuação ocorreu apesar das restrições às mulheres em posições de combate, vigentes no período. A partir de relatos e descrições das atividades,

pretendeu-se expor e debater como foi a atuação e quais foram as funções que as EEFs desempenharam, com o intuito de compreender o escopo das operações realizadas e como essas equipes estavam relacionadas à atuação das equipes “principais”, compostas por soldados homens. Além disso, são apresentadas algumas reflexões sobre a atuação das militares contrainsurgentes como representação de uma imagem benevolente para a intervenção, articulada por meio de simbolismos generificados. E por fim, discute-se o envolvimento dessas equipes com a coleta de informações, baseado no entendimento de que a atuação dessas militares ofereceria a possibilidade de acesso à população civil, aos espaços mais íntimos da vida afegã e às informações supostamente contidas ali. O objetivo deste segundo capítulo foi apresentar um panorama da atuação dessas equipes e explorar como as questões de gênero permearam as dimensões de concepção e atuação militar desses grupos.

No terceiro capítulo, discutem-se as implicações e desdobramentos dos aspectos de gênero identificados na contrainsurgência e na atuação das Equipes de Engajamento Feminino. Primeiramente, analisa-se como a contrainsurgência ‘mira’ na população, através de um discurso sobre “construir relações” com o povo afegão, que opera intimidades e afetos como parte da estratégia de intervenção. Em seguida, apresenta-se uma discussão sobre a configuração de masculinidades e feminilidades militares relacionadas à contrainsurgência, especificamente as representações de “terceiro gênero” e “soldado-intelectual”. Na última seção, discute-se a questão do uso da força na atuação das militares contrainsurgentes; qual é o significado da inclusão de mulheres nesse contexto, e quais implicações sobre a divisão generificada de trabalho dentro das Forças Armadas resultam da experiência das EEFs. O objetivo foi debater e tensionar questões sobre a inclusão das mulheres nas Forças Armadas nesse contexto. Por meio dessas discussões, busca-se explorar a relação entre gênero e contrainsurgência e como esse entrelaçamento se expressa nos ideais de masculinidade e feminilidade avançados pela contrainsurgência e no modo pelo qual a estratégia enquadra a esfera íntima. Além disso, almeja-se tratar como o nó entre gênero e contrainsurgência carrega efeitos sobre a relação entre mulheres e o uso da força.

2 CONTRAINSURGÊNCIA: “SOME OF THE BEST WEAPONS DON’T SHOOT”⁹

O sofrimento das mulheres e crianças no Afeganistão é uma questão de crueldade humana proposital, levada a cabo por aqueles que procuram intimidar e controlar. Os povos civilizados em todo o mundo estão se manifestando horrorizados, não só porque nossos corações se partem pelas mulheres e crianças no Afeganistão, mas também porque, no Afeganistão, vemos o mundo que os terroristas gostariam de impor ao resto de nós. [...] A luta contra o terrorismo é também a luta por direitos e dignidade das mulheres. (BUSH, 2001a)¹⁰.

As palavras proferidas por Laura Bush, primeira dama estadunidense em 2001, são um interessante ponto de partida para nossa investigação sobre como as dinâmicas de gênero permeiam o conflito no Afeganistão. Logo após o 11/09, a narrativa que envolveu a Guerra ao Terror esteve pautada por um discurso civilizatório. Em outubro de 2001, o então presidente George W. Bush afirmou: “O ataque ocorreu em solo americano, mas foi um ataque ao coração e à alma do mundo civilizado”¹¹ (BUSH, 2001a). Bush foi imediato em enquadrar o ataque sofrido pelos Estados Unidos na relação dicotômica bem vs. mal. Alguns dias após o ataque, Bush afirmou que “Cada nação, em cada região, tem uma decisão a tomar agora. Ou você está conosco, ou você está com os terroristas”¹² (BUSH, 2001b). As palavras do presidente mobilizam uma ideia de ataque moral aos valores da nação estadunidense, como representante do mundo civilizado. Aqui está implícita a ideia de que o conflito resultante do 11/09 envolveria uma escolha imposta a todas as nações, de ocupar um lugar na suposta oposição “entre o mundo civilizado e os terroristas”. O apelo civilizatório do discurso estadunidense foi acompanhado por uma narrativa de gênero: a busca por salvar as mulheres afegãs.

O objetivo central dos terroristas é a opressão brutal das mulheres – e não apenas das mulheres do Afeganistão. Os terroristas que ajudam a governar o Afeganistão são encontrados em dezenas e dezenas de países em todo o mundo – e essa é a razão pela qual esta grande nação, com nossos amigos e aliados, não descansará até que levemos todos à justiça¹³ (BUSH, 2001c).

⁹ (US ARMY, 2006, p. 39).

¹⁰ “The plight of the women and children in Afghanistan is a matter of deliberate human cruelty carried out by those who seek to intimidate and control. Civilized people throughout the world are speaking out in horror, not only because our hearts break for the women and children in Afghanistan but also because, in Afghanistan, we see the world the terrorists would like to impose on the rest of us. [...] The fight against terrorism is also a fight for the rights and dignity of women” (BUSH, 2001a).

¹¹ “The attack took place on American soil but it was an attack on the heart and soul of the civilized world” (BUSH, 2001).

¹² “Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists” (BUSH, 2001a).

¹³ “The central goal of the terrorists is the brutal oppression of women – and not only the women of Afghanistan. The terrorists who help rule Afghanistan are found in dozens and dozens of countries around the world. And that is the reason this great nation, with our friends and allies, will not rest until we bring them all to justice” (BUSH, G., 2001b).

A suposta intenção de salvar essas mulheres da situação degradante sob o governo do Talibã somou-se à justificativa utilizada para legitimar a intervenção e a invasão ao Afeganistão. Assim, percebem-se indícios de que as mulheres afegãs possam ter sido instrumentalizadas com o intuito de marcar a suposta retidão e benevolência da invasão. A busca por melhoria nas condições de vida das mulheres é uma pauta relevante a ser promovida, quando conveniente. Diversos trabalhos produzidos no âmbito da teoria feminista apontam para a importância desse discurso para a legitimação da invasão ao Afeganistão (KHALID, 2014; DYVIK, 2013, 2014; STABILE; KUMAR, 2005). A construção da imagem da “mulher do Terceiro Mundo”, oprimida e politicamente subjugada pelos tidos como misóginos e brutais terroristas, contribuiu para enquadrar a intervenção como uma libertação feminista por meio da guerra (DYVIK, 2014; KHAN, 2008). Sobre o discurso que acompanhou a invasão, Synne Dyvik (2013) afirma que, para além da pura e simples instrumentalização,

O Ocidente buscou mostrar a si mesmo como capaz de salvar tanto as mulheres afegãs quanto o Ocidente liberal de masculinidades opressivas e inferiores, por si só performando uma “masculinidade protetora”. Isso, por sua vez, só foi possível graças a uma combinação de violência e poder militar, amenizada por apelos aos ideais humanitários¹⁴ (DYVIK, 2013, p. 91).

Além disso, a autora aponta para o discurso estruturado em dicotomias que atravessa as identidades de gênero envolvidas na narrativa da invasão. Essas identidades estariam ligadas através de binarismos do tipo “Racional/emocional, civilizado/bárbaro e moderno/tradicional, e todas fortalecem a forma como masculinidades e feminilidades são criadas em relação umas às outras”¹⁵ (DYVIK, 2013, p. 91).

Lila Abu-Lughod (2002) por sua vez, destaca as incoerências do discurso salvacionista em relação às mulheres afegãs:

É profundamente problemático construir a mulher afegã como alguém que precisa de salvação. Quando você salva alguém, você insinua que você está salvando ela de algo. Você também está salvando ela **para alguma coisa**. Que violências estão implicadas nessa transformação, e que presunções estão sendo feitas sobre a superioridade daquilo para o qual você a está salvando? Projetos de salvação de outras mulheres reforçam e dependem de um senso de superioridade ocidental, uma forma de arrogância que merece ser desafiada (ABU-LUGHOD, 2002, p. 788-789, grifos nossos)¹⁶.

¹⁴ “The West sought to cast itself as having the capacity to save both Afghan women and the liberal West from oppressive and inferior masculinities by itself performing ‘protective masculinity’. This, in turn, was only made possible by a combination of violence and military power, softened by appeals to humanitarian ideals” (DYVIK, 2013, p. 91).

¹⁵ “Rational/emotional, civilized/barbarian, and modern/traditional, which all feed into how masculinities and femininities are created in relation to one another” (DYVIK, 2013, p. 91).

¹⁶ “It is deeply problematic to construct the Afghan woman as someone in need of saving. When you save someone, you imply that you are saving her from something. You are also saving her **to**

Após a invasão e a rápida queda do regime do Talibã, ainda em 2001, os Estados Unidos e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) prosseguiram com a ocupação do território afegão. Nesse período os esforços foram direcionados para a “reconstrução” do país, com o fortalecimento de instituições políticas e do novo governo apoiado pelos Estados Unidos. Tal empenho se traduz em quase duas décadas de ocupação do país e operações de contrainsurgência direcionadas principalmente ao Talibã. Ao longo desse tempo, apesar de alguns períodos pontuais de enfraquecimento, a insurgência não foi derrotada e o controle que os Estados Unidos e o governo instaurado após 2001 pretendiam ter sobre o território afegão não se efetivou.

Em dezembro de 2001, as Nações Unidas promoveram a Conferência de Bonn, que definiu os arranjos para a reconstrução do país sob o comando do governo provisório apoiado pelos Estados Unidos – liderado por Hamid Karzai como presidente interino. Esse governo seria responsável por sustentar um período de transição até que as condições permitissem a realização de eleições. O período de transição abarcaria os esforços de reconstrução do país, de suas forças de segurança e instituições políticas (JONES, 2008). Contudo, a partir de 2002, o que parecia ser um período de operações de estabilização e *nation building*, progressivamente despontou em um conflito assimétrico. Alguns meses após a queda de seu regime, grupos ligados ao Talibã iniciaram um esforço para derrubar o governo afegão recém-instituído. Entre 2002 e 2006 o número de ataques insurgentes aumentou 400% e o número de mortes resultantes desses ataques subiu mais de 800% (JONES, 2008).

Segundo Jones (2008), a situação foi agravada pela incapacidade do governo recém-instituído em manter o controle sobre o território para além das regiões da capital, Kabul, e áreas próximas. Com o aumento da violência no país e diante da incapacidade em conter o avanço da insurgência, os Estados Unidos e a *International Security Assistance Force* (ISAF) passam a engajar uma guerra de contrainsurgência. A partir de 2009, o general David Petraeus liderou essa reorientação estratégica no Afeganistão e se tornou um dos principais nomes associados à contrainsurgência estadunidense. Partindo dessa abordagem, Petraeus foi considerado responsável pelo sucesso dos Estados Unidos em contornar a situação do conflito no Iraque. Petraeus liderou o *surge* no país em 2007 – aumento do número de tropas

something. What violences are entailed in this transformation, and what presumptions are being made about the superiority of that to which you are saving her? Projects of saving other women depend on and reinforce a sense of superiority by Westerners, a form of arrogance that deserves to be challenged” (ABU-LUGHOD, 2002, p. 788-789).

estadunidenses enviadas ao conflito, por ordem do então presidente George W. Bush. O lema de inspiração do general junto aos seus soldados teria sido a pergunta “O que você fez pelo povo iraquiano hoje?” (DYVIK, 2014, p. 413).

No decorrer deste capítulo, nosso objetivo é apresentar a contrainsurgência enquanto estratégia, a partir de suas definições elaboradas pelos Estados Unidos e apresentadas em seus documentos oficiais e nos *papers* de militares reconhecidos por sua participação e proximidade à doutrina. O objetivo é apresentar os aspectos principais da contrainsurgência que embasaram a atuação no Afeganistão, e dessa forma, discutir o contexto a partir do qual as EEFs foram adotadas. Nossa discussão pretende explorar algumas narrativas sobre a contrainsurgência, quando retratada como uma estratégia multifacetada, humanitária e eficiente para lidar com os conflitos sociais. Além disso, também se pretende discutir a narrativa da contrainsurgência como uma espécie de cura civilizada para o adoecimento social representado pela insurgência.

Por fim, pretende-se apresentar algumas reflexões sobre o uso do *terreno-humano* na contrainsurgência. Nosso objetivo geral com este capítulo é explorar perspectivas sobre a contrainsurgência que possam auxiliar na análise do empenho em acessar as subjetividades da população e do *inimigo*. Entendemos que esse é o contexto a partir do qual é possível analisar os aspectos de gênero contidos nessa estratégia e, principalmente, investigar as Equipes de Engajamento Feminino, sua concepção e atuação.

2.1 Serviço social armado

A publicação do *Counterinsurgency Field Manual* FM 3-24, em 2006, é um marco quanto à elaboração contemporânea sobre contrainsurgência para os Estados Unidos. O manual FM 3-24, concebido pelos departamentos do Exército, da Marinha e dos Fuzileiros Navais, embasa a doutrina e informa as futuras operações desse caráter. Segundo o general David Petraeus, o lançamento do FM 3-24 também teria preenchido um vácuo doutrinário, tendo em vista que o país não produzira um documento militar sobre esse tipo de engajamento em 20 anos (PETRAEUS, 2009; US ARMY, 2006, p. 2). É o conteúdo desse documento que sustenta a atuação dos Estados Unidos nos dois conflitos relacionados à Guerra ao Terror: as intervenções no Afeganistão e no Iraque.

É importante destacar que essa retomada da contrainsurgência pelos Estados Unidos faz parte de um processo mais amplo e anterior, de consolidação da chamada doutrina de operações de amplo espectro. Essa doutrina parte do entendimento de que a realidade social se enquadra

em um espectro de conflito, desde a “paz estável”¹⁷, até a “guerra total”. Entre esses dois extremos estariam os dois estágios intermediários de “paz instável” e “insurgência”. A esse espectro ascendente de conflito corresponde um *continuum* de diferentes tipos de engajamento militar para cada estágio do espectro. Esse engajamento permanente pode variar a partir de funções de “engajamento militar pacífico”, passando por “intervensões limitadas”, “operações de paz”, “combate irregular” e operações de “combate regular” (US ARMY, 2008).

O que a doutrina de amplo espectro expressa é a codificação da realidade social como uma gradiente de conflito, que exige uma mobilização militar constante e pronta para cada um de seus estágios. A identificação entre a contrainsurgência e as operações de amplo espectro ocorre não apenas porque a contrainsurgência corresponde a um dos estágios de engajamento militar, mas acima de tudo, porque a gramática de ambas compartilha de um transbordamento da atuação militar em contextos que escapam do uso da força convencional.

Historicamente, a contrainsurgência foi um aspecto essencial dos esforços de colonização. Como afirmam Keally McBride e Annick Wibben (2012), sustentar uma relativa estabilidade ao ocupar o território de uma população que resiste à dominação externa exigiu o desenvolvimento de uma estratégia multifacetada: o resultado foi “a combinação de uso seletivo da força, forças policiais robustas, cooperação com autoridades locais e uma inundação de propaganda autocongratulatória”¹⁸ (MCBRIDE; WIBBEN, 2012, p. 203). Mais tarde, já no século XX, conforme os movimentos de libertação nacional se espalharam pelo mundo, a contrainsurgência volta a fazer parte da gramática desses conflitos, contribuindo profundamente para as transformações políticas, sociais e econômicas enfrentadas por tantos países prestes a se tornarem ex-colônias.

Mesmo depois desse período avassalador de independências, já nas últimas décadas do século XX, a contrainsurgência seguiu como um fator importante da atuação militar dos Estados Unidos na América Latina, e em outras regiões em menor medida (KHALILI, 2010a, p. 2). Nas últimas duas décadas essa estratégia passou por um *revival*, no contexto de Guerra ao Terror e intervenções no Iraque e no Afeganistão. Ainda que a literatura discuta amplamente as semelhanças e as diferenças entre a contrainsurgência clássica e a contemporânea, uma dimensão central e invariável é a importância da população civil – seja pela relevância de sua aceitação ou pela urgência de exercer sobre ela manejo e dominação.

¹⁷ As expressões colocadas entre aspas neste parágrafo são traduções próprias literais dos termos utilizados no *Field Manual* (US ARMY, 2008).

¹⁸ “A combination of selective military force, greatly expanded police forces, cooperation with local authorities, and a deluge of self-congratulatory propaganda” (MCBRIDE; WIBBEN, 2012, p. 203).

A contrainsurgência é uma estratégia característica dos conflitos assimétricos, em que uma força convencional – o exército de um país, por exemplo – enfrenta a oposição de uma força não convencional. A “insurgência” seria essa força irregular que, de alguma forma, contesta o domínio da força convencional. De um lado, estão as forças contrainsurgentes que buscam assegurar seu domínio, e, do outro, a contestação das insurgências que resistem a essa dominação. O domínio pode assentar-se em um governo previamente instaurado, ou estar apoiado por uma intervenção externa de um país interessado ou de uma coalizão. No centro desse conflito está a população civil como fiel da balança, o determinante pelo qual os dois lados disputam a legitimação de seu controle político.

O objetivo principal de uma operação de contrainsurgência – nos moldes estabelecidos pelos EUA – é engajar a população a favor da legitimidade do governo apoiado pela intervenção e contra a influência da insurgência. Ainda que seja prioridade imediata garantir a segurança do território em relação à ameaça insurgente, a vantagem de longo prazo só pode ser garantida com a legitimidade do governo como decisor político frente à população civil e com a manutenção de condições adequadas de *estabilidade*. É devido a essa busca por legitimidade que a contrainsurgência se empenha em mobilizar o apoio da população, expressa no esforço por *conquistar corações e mentes*.

Com relação aos conceitos básicos, o FM 3-24 define insurgência como um movimento organizado com o objetivo de derrubar um governo constituído por meio de subversão e conflito armado ¹⁹. De outra forma, a insurgência seria uma luta política-militar, organizada e prolongada, com o objetivo de enfraquecer o controle e a legitimidade de um governo estabelecido, força ocupante ou outra autoridade política, enquanto aumenta o seu controle insurgente. Já a contrainsurgência é definida como um conjunto de ações militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e civis realizadas por um governo com o objetivo de derrotar a insurgência (US ARMY, 2006, p. 13).

Acompanhando o repertório das operações de amplo espectro, as operações de contrainsurgência são uma soma de três diferentes tipos: ofensivas, defensivas e de estabilidade. É bastante provável que, em determinados momentos do conflito, seja necessário que os três tipos de operações sejam realizados ao mesmo tempo. Ao abordar uma região dominada pela insurgência, o *modus operandi* da contrainsurgência segue o princípio “limpar, manter, construir”²⁰. Em primeiro lugar, é necessário que as operações sejam realizadas no sentido de

¹⁹ “An organized movement aimed at the overthrow of a constituted government through the use of subversion and armed conflict” (US ARMY, 2006, p. 13).

²⁰ Do inglês: *clear, hold and build*.

criar um “ambiente físico e psicológico seguro”, ou seja, derrubar o controle de grupos opositores – tratados por insurgência – sobre a região. A partir disso o esforço deve ser por estabelecer um controle governamental firme sobre a região e angariar apoio dessa população.

O objetivo dessa abordagem seria:

desenvolver presença e capacidade de governo para a nação-anfitriã [*host nation*], de forma efetiva e duradoura, que possa manter a segurança da população e o atendimento das suas necessidades básicas. O sucesso nessa missão reforça a legitimidade do governo local ²¹ (US ARMY, 2006, p. 120).

Portanto, o centro da disputa é o poder político, mesmo quando os grupos insurgentes não estão necessariamente empenhados em constituir um governo paralelo ou suplantar a autoridade reivindicada pela contrainsurgência. Com frequência, a disputa por poder na parte do insurgente está em tão somente resistir à ocupação. Ainda assim, o sucesso da contrainsurgência não está, necessariamente, na derrota total dos grupos insurgentes ou sua aniquilação. Ainda que a questão da garantia de controle seja essencial e mobilize as tropas em grande parte do conflito, manter a dominação e a segurança do território contra ataques e ameaças da insurgência – limpar – é apenas uma etapa.

A efetividade da estratégia de contrainsurgência se daria essencialmente ao viabilizar a constituição – manter e construir – de uma ordem política e social pacífica e estável no país ocupado, que supostamente evitaria novas erupções insurgentes no tecido social. Como exposta no FM 3-24, essa é uma tarefa audaciosa e trabalhosa: estabelecer uma ordem política e social que proporcione o desenvolvimento de instituições e de um Estado de direito efetivo que assegure o provimento de serviços sociais e o crescimento da atividade econômica (US ARMY, 2006, p. 13). O sucesso da contrainsurgência não estaria, necessariamente, na eliminação dos grupos insurgentes: “A vitória duradoura resulta de uma economia vibrante, participação política e esperança restaurada” ²² (US ARMY, 2006, p. 39). Nesse trabalho de *nation building*, a mobilização da população civil seria extremamente necessária para que as forças contrainsurgentes sejam bem sucedidas. Para a contrainsurgência estadunidense, é imprescindível que a maioria da população confira legitimidade ao governo e não apoie a insurgência, seja de forma ativa ou passiva.

²¹ “Develop a long-term, effective HN government framework and presence that secures the people and facilitates meeting their basic needs. Success reinforces the HN government’s legitimacy” (US ARMY, 2006, p. 120).

²² “Lasting victory comes from a vibrant economy, political participation, and restored hope” (US ARMY, 2006, p. 39).

Existem duas premissas que sustentam o raciocínio da contrainsurgência: a de que essa ordem reconstruída sanaria todas as eventuais causas para o surgimento de insurgências; e, acima de tudo, que as forças interventoras são capazes de promover tal ordem. O esforço da contrainsurgência supõe que a consolidação desse desenho social estaria atendendo as demandas da população, remediando suas “necessidades básicas”, o que evitaria o surgimento e o apoio de outras formas de insurgências. Supõe-se que, dessa forma, a contrainsurgência estaria sanando as “raízes do problema”. Uma terceira premissa, mais basilar e menos aparente nas definições estratégicas dessa prática, é a suposição de que as forças interventoras possuem o direito e o dever de desempenhar essa função de reconstrutoras da ordem social e política do país ocupado – uma legitimidade ou direito autoproclamado.

A gramática da contrainsurgência revela um desejo pelo refazimento da ordem social do país, pela imposição de algo novo que tenha o poder de evitar que novas contestações políticas violentas aconteçam. As operações de contrainsurgência estão pautadas na intenção de ocupar um país e tutelar o processo de (re)construção de sua vida política. Como afirma Laleh Khalili (2012), essas operações são um “engajamento militar massivo [...] para suprimir e disciplinar populações intransigentes”²³.

São populações intransigentes o alvo da contrainsurgência, ainda que sua transformação em alvo não pareça tão direta à primeira vista. O enquadramento da população aparece como consequência da necessidade de acumular apoio político para o governo instaurado e conferir-lhe legitimidade. Assim, a população é colocada na posição de variável definidora no conflito. A partir disso, ela torna-se um alvo de barganha, por meio de projetos e esforços que supostamente melhorariam sua segurança e condições de vida; e, ao mesmo tempo, é designada como um material para fazer a guerra, um instrumento para que as forças interventoras acessem o “entendimento cultural” necessário para que tenham sucesso em fortalecer o governo a que apoiam. Nesse sentido, Gilmore (2011) argumenta que, apesar dessa declaração de interesse em projetos e iniciativas de engajamento local que supostamente beneficiariam a população, os objetivos almejados pelos programas da contrainsurgência estadunidense são “definidos por externamente, centrados na manutenção de um governo obediente e na reconstrução do Estado-alvo como um aliado democrata e economicamente liberal na Guerra ao Terror” (GILMORE, 2011, p. 34)²⁴.

²³ “A massive military engagement — those clichéd boots on the ground — to suppress and discipline intransigent populations” (KHALILI, 2012).

²⁴ “Externally defined, centred on the maintenance of a compliant government and the reconstruction of the target state as a broadly democratic and economically liberal ally in the War on Terror” (GILMORE, 2011, p. 34).

Assim, para o autor, a função central da contrainsurgência seria menos a de atuar como um programa capaz de construir uma experiência de paz em sociedades afetadas por conflito e mais como “um meio de manter governos estrangeiros receptivos aos interesses de segurança dos EUA e alcançar a vitória em uma luta imaginada contra o terrorismo e o extremismo”²⁵ (GILMORE, 2011, p. 28). Nesse contexto, a tal busca por *insights* de conhecimento sociocultural para embasar a atuação no conflito serve para promover “a imagem de um modo mais suave de ação militar. Na pior das hipóteses, isso significa a *weaponization* do conhecimento cultural como um instrumento da agenda da Guerra ao Terror”²⁶ (GILMORE, 2011, p. 31).

Outra questão a ser salientada é que, apesar da forma como a contrainsurgência é colocada, a partir de uma aparência de superioridade tática, como alternativa mais humanitária e culturalmente sensível, um olhar mais atento ressalta as vinculações entre a contrainsurgência e práticas de caráter colonialista. Nasser Hussain argumenta que a contrainsurgência carrega um problema de legitimidade que fica explícito no caso do Afeganistão: essa estratégia procura impor uma nova autoridade sobre o território ocupado, e não restabelecer uma ordem política anterior. Nesse sentido, o autor resgata a experiência histórica da contrainsurgência colonial durante o século XX como exemplo, ao argumentar que as operações de contrainsurgência desse período “deram certo” em termos de reduzir a violência do conflito, na medida em que os colonizadores passaram a oferecer concessões em direção à independência e à autonomia política dessas regiões. Ou seja, o sucesso atribuído a essa estratégia estava relacionado, em grande medida, à perspectiva de fim do domínio e da presença externa (HUSSAIN, 2010).

Junto a essa questão sobre a legitimidade dessas práticas, considerando sua busca por impor outra autoridade no território, está a prerrogativa autoproclamada das forças interventoras em nomear como insurgente qualquer opositor ao regime imposto. Gilmore (2011) afirma que o uso dessa prerrogativa permite que os Estados Unidos controlem as demandas em jogo. Ao enquadrar o conflito como uma batalha contra um inimigo insurgente ou terrorista, os EUA garantem a possibilidade de determinar quem é ou não um ator político legítimo, e conseqüentemente quem pode sentar-se à mesa de negociações e participar da agenda de “reconstrução” do país.

²⁵ “A means of maintaining foreign governments amenable to US security interests and achieving victory in an imagined struggle against terrorism and extremism” (GILMORE, 2011, p. 28).

²⁶ “The image of a gentler mode of military action. At worst, it signifies the weaponization of cultural knowledge as an instrument of the War on Terror agenda” (GILMORE, 2011, p. 31).

2.2 Discursos contrainsurgentes

Nesta seção, pretendo apresentar algumas narrativas que se destacam na forma como a contrainsurgência estadunidense é apresentada, instruída e debatida, em seus documentos oficiais e pelos seus apoiadores. Essas narrativas envolvem o enquadramento da contrainsurgência como uma estratégia complexa, abrangente e sofisticada – uma elaboração eficiente e versátil para lidar com o conflito social. Além disso, pretendemos explorar a narrativa que apresenta a insurgência como uma patologia, de forma a compreender como o discurso de adoecimento social transborda para a população civil, de forma a posicioná-la como alvo accidental da contrainsurgência.

A intenção de refazer a ordem social e política de um país naturalmente demanda uma estratégia bastante complexa. David Petraeus usa a expressão “campanha civil-militar abrangente”²⁷ para definir o conjunto de esforços que a contrainsurgência precisa desenvolver para dar conta desse *state building* (PETRAEUS, 2009). O manual FM 3-24 traz a instrução de que líderes políticos e militares “nunca devem subestimar sua escala e complexidade e, além disso, devem reconhecer que as Forças Armadas não conseguem ser bem sucedidas na contrainsurgência sozinhas”²⁸ (US ARMY, 2006, p. 13). É necessário o empenho das agências e dos órgãos civis, principalmente em amparar e consolidar o funcionamento dos órgãos governamentais recém instituídos. Os apoiadores da contrainsurgência também sugerem a importância de aproximação com ONGs, agências internacionais, e órgãos de financiamento externo.

Realmente, o aparato mobilizado para uma estratégia que se pretende modeladora da ordem social e política de um país é descomunal. E esse é um ponto que se destaca na forma como a contrainsurgência estadunidense é apresentada. É a narrativa de uma estratégia abrangente e sofisticada, do tipo capaz de mobilizar vários aspectos e viabilizar o funcionamento de todo um país. Um esforço para sustentar todo o aparato estatal até que ele esteja preparado para caminhar com as próprias pernas e ser entregue completamente à autoridade de seus próprios cidadãos. Esse ponto pode ser notado em algumas considerações de David Petraeus em entrevista realizada pelo *Small Wars Journal*. Ao discutir as diversas linhas de atuação da contrainsurgência na tarefa de reconstruir um país, o general destaca os setores que exigem dedicação das forças de intervenção.

²⁷ “Comprehensive civil-military campaign” (PETRAEUS, 2009).

²⁸ “[...] should never underestimate its scale and complexity; moreover, they should recognize that the Armed Forces cannot succeed in COIN alone” (US ARMY, 2006, p. 13).

Além das forças convencionais para as tarefas básicas de garantia de segurança, como as operações limpar-manter-construir, e as forças especiais, mobilizadas em operações de maior risco, é essencial dispor de aparato dedicado a organizar, treinar, equipar e construir a infraestrutura para as forças de segurança do país ocupado – militares e de policiamento. Além disso, a contrainsurgência precisa assegurar o mesmo tipo de esforço em relação às outras dimensões da garantia de lei e ordem – serviços jurídicos e estruturas penitenciárias, por exemplo – seja em nível nacional, regional ou local. É necessário também dispor de algum instrumento para lidar com insurgentes de um ponto de vista mais conciliatório, que ofereça um caminho possível além do combate irrestrito. Convencê-los a ser parte da solução, ao invés de parcela do problema, nas palavras de Petraeus (GALL, 2008). Fora todo esse esforço, é essencial que a contrainsurgência atue para oferecer serviços essenciais para a população – como acesso à água, luz, eletricidade, cuidados médicos básicos – além de educação e infraestrutura. É o atendimento dessas necessidades básicas que fortaleceria a confiança da população no governo e consolidaria sua legitimidade, ao assegurar que o governo local seria melhor do que o domínio da insurgência.

Basicamente, as funções da contrainsurgência consistem em uma lista extensa de encargos para suprir a capacidade institucional do país – na maioria das vezes, inventando um aparato governamental em países completamente abalados pela guerra – e sustentar esse aparato por tempo indeterminado, até que o governo local supostamente evidencie condições de manter esse esforço por conta própria. Na mesma entrevista, quando questionado pelo entrevistador sobre a viabilidade desse tipo de empenho quando o país não possui infraestrutura suficiente, ou quando o governo é extremamente fraco em termos de legitimidade frente à população, Petraeus afirma:

Se você deseja realizar a missão, precisa ajudar a reconstruir essa infraestrutura administrativa, mesmo construindo do zero, se não houver nenhuma. Pode ser frustrante, pode ser caro, cheio de reveses, desafios, problemas, mas a capacidade de cumprir a missão depende, em última instância, da capacidade do governo local de se assegurar e se governar em um nível suficientemente bom. [...] Construir a capacidade do governo local é fundamental para a missão. Eu não sei outra forma de fazer, a menos que você queira desistir. (PETRAEUS, 2009)²⁹.

²⁹ “If you want to accomplish the mission you need to help rebuild that administrative infrastructure, even building it from scratch if none existed there. It may be frustrating, it may be costly, full of setbacks, challenges, problems, but the ability to accomplish the mission depends ultimately on the host nation capacity to secure and govern itself to a good enough level. [...] Building the capacity of the host nation to govern is fundamental to the mission. I don’t know how else you can do that, unless you want to give up.” (PETRAEUS, 2009).

Portanto, esse é o engajamento que a contrainsurgência estadunidense propõe: reconstruir o país sobre novas bases. A postura ambiciosa transparece na intenção de operar uma mudança de mentalidade anti-insurgência no país ocupado. David Kilcullen expõe a questão como um esforço não de eliminação do inimigo, mas como um desejo de desarmá-lo e reintegrá-lo à sociedade “estabilizada” e, acima de tudo, em modificá-lo para não mais se insurgir:

Na contrainsurgência moderna, a vitória talvez precise ser redefinida como o desarmamento e a reintegração dos insurgentes na sociedade, combinados com o apoio popular a medidas antiterroristas permanentes e institucionalizadas que contenham o risco de células terroristas surgirem do antigo movimento insurgente.³⁰ (KILCULLEN, 2006a, p. 14).

Existe a ideia da construção de uma normalidade e de uma ordem que não deve ser perturbada por insurgentes. Quanto a eles, o manual afirma: “Eles frequentemente executam atos bárbaros e não respeitam normas de comportamento aceitáveis”³¹ (US ARMY, 2006, p. 12). Ou ainda, nas palavras de Kilcullen, “a tarefa do contrainsurgente talvez não seja mais derrotar o insurgente, mas sim impor ordem – na medida do possível – em um ambiente instável e caótico” (KILCULLEN, 2006a, p. 122)³². Transparece uma intenção de controlar o caos, de submeter a complexidade do conflito social a uma ordem supostamente estável, impedindo o surgimento de novos distúrbios no tecido social.

Ainda na discussão sobre narrativas da contrainsurgência, é interessante examinar a analogia da insurgência percebida como uma “doença” a ser curada pelos contrainsurgentes. Essa comparação é estabelecida pelo FM 3-24 ao discutir os estágios pelos quais as operações de contrainsurgência evoluem, similar ao princípio limpar-manter-construir. A primeira etapa é descrita pela frase “Estancar o sangramento”³³ e, nesse estágio, o engajamento seria “Semelhante aos primeiros socorros de emergência para o paciente”³⁴. O manual orienta que, nessa etapa, o objetivo seria proteger a população, romper com a iniciativa insurgente e definir as condições para os próximos engajamentos.

³⁰ “In modern counterinsurgency, victory may need to be re-defined as the disarming and reintegration of insurgents into society, combined with popular support for permanent, institutionalized anti-terrorist measures that contain the risk of terrorist cells emerging from the former insurgent movement.” (KILCULLEN, 2006a, p.14)

³¹ “They often carry out barbaric acts and do not observe accepted norms of behavior.” (US ARMY, 2006, p. 12).

³² “The counterinsurgent’s task may no longer be to defeat the insurgent, but rather to impose order (to the degree possible) on an unstable and chaotic environment.” (KILCULLEN, 2006a, p.122).

³³ “Stop the bleeding.” (US ARMY, 2006, p. 104).

³⁴ “Similar to emergency first aid for the patient” (US ARMY, 2006, p. 104).

No segundo momento, o propósito é descrito como “Internação hospitalar – recuperação”³⁵ e consistiria em “esforços direcionados a auxiliar o paciente por meio da recuperação de longo prazo ou **restauração da saúde** – o que, neste caso, significa alcançar a **estabilidade**.”³⁶ (US ARMY, 2006, p. 104, grifos nossos). Essa restauração da saúde seria o processo de desenvolvimento das capacidades do governo apoiado e de suas forças de segurança, conforme o planejamento e as intenções das forças de contrainsurgência. Na medida em que as condições de segurança estejam asseguradas, o manual instrui que o foco da “restauração de saúde” se expanda para o desenvolvimento da “governança, da provisão de serviços essenciais e da estimulação do desenvolvimento econômico” (US ARMY, 2006, p. 104). Além disso, os vínculos entre as forças contrainsurgentes e o governo local, suas forças de segurança e com a população devem ser fortalecidos nesse momento.

O terceiro estágio é descrito como “Cuidado ambulatorial – movimento para a autossuficiência”³⁷ (US ARMY, 2006, p. 104) e teria como principal meta a transferência de responsabilidade pelas operações das forças interventoras para as lideranças do governo apoiado pela contrainsurgência. O manual sugere que, nesse estágio das operações, as forças de intervenção tenham um papel de apoio, reduzido a oferecer auxílio quando necessário. A expectativa exposta pelo manual é de que nesse momento

O governo local garanta de forma contínua a segurança de seus cidadãos, construa e sustente sua legitimidade através de governança eficaz, seja capaz de isolar a insurgência e consiga manejar e atender as expectativas de toda a população.³⁸ (US ARMY, 2006, p. 104).

Nessa narrativa de patologização das insurgências, o país ocupado é um paciente adoecido, auxiliado pelos Estados Unidos e pelas forças de intervenção a conter a proliferação dos seus “distúrbios” insurgentes e, posteriormente, a assumir sua “autossuficiência” na forma de “governança”, “estabilidade” e “desenvolvimento econômico”. A restauração da saúde do país ocupado equivale ao fortalecimento do desenho governamental respaldado pela intervenção e o controle do contágio insurgente assegura que o país adoecido possa assumir uma posição autossuficiente. Em outro trecho do manual, ao destacar a importância da

³⁵ “Inpatient care – Recovery” (US ARMY, 2006, p. 104).

³⁶ “efforts aimed at assisting the patient through long-term recovery or **restoration of health** - which in this case means achieving **stability**” (US ARMY, 2006, p. 104, grifos nossos).

³⁷ “Outpatient care - Movement to self-sufficiency” (US ARMY, 2006, p. 104)

³⁸ “The government secures its citizens continuously, sustains and builds legitimacy through effective governance, has effectively isolated the insurgency, and can manage and meet the expectations of the nation’s entire population.” (US ARMY, 2006, p. 104)

inteligência nas operações, os contrainsurgentes são comparados a cirurgões “retirando tecido canceroso e mantendo os outros órgãos vitais intactos”³⁹ (US ARMY, 2006, p. 35).

O uso de analogias médicas e da patologização para tratar de insurgências pode ser percebido em outros trabalhos relevantes sobre a contrainsurgência estadunidense. David Kilcullen foi um dos conselheiros do general Petraeus no período do conflito no Afeganistão e é também um dos principais nomes associados à concepção da estratégia e à escrita do FM 3-24. Em 2009, Kilcullen publicou um livro chamado *The Accidental Guerrilla*, onde descreve o processo pelo qual os grupos insurgentes se instalam e controlam territórios, ancorando-se na população civil como um apoio “acidental”. O “modelo” criado por Kilcullen para explicar esse fenômeno de fortalecimento de uma insurgência, consiste em um processo de quatro fases, descritas a partir de analogias médicas: infecção, contágio, intervenção e rejeição.

Na primeira etapa, denominada como “infecção”, a insurgência estabelece sua presença em uma área remota ou não governada. Sobre a escolha do termo, o autor explica:

Eu uso uma analogia médica aqui, porque assim como um vírus ou bactéria tem mais facilidade de afetar um hospedeiro cujo sistema imunológico está comprometido [...] os grupos exploram oportunamente os colapsos existentes no estado de direito, na má governança ou algum conflito preexistente. A infecção terrorista é, então, parte da patologia social de um colapso social mais amplo, de fraqueza do Estado e de crise humanitária. (KILCULLEN, 2009, p. 66)⁴⁰.

A segunda etapa, de “contágio”, corresponderia ao período em que, a partir desse domínio sobre uma região remota, o grupo insurgente “espalharia violência” e sua influência para outras regiões (KILCULLEN, 2009, p. 66). A fase de “intervenção” ocorre quando “as autoridades externas passam a agir contra a presença extremista, impelidas pelo **contágio ideológico ou disseminação da subversão e da violência** emergindo da região”⁴¹ (KILCULLEN, 2009, p. 68, grifos nossos). O autor afirma que essa intervenção pode ser realizada de diversas maneiras, e destaca que a decisão sobre como intervir é, por vezes, mais importante do que a própria escolha sobre intervir ou não. Kilcullen exemplifica que a decisão “acertada e necessária” de uma intervenção liderada pela comunidade internacional usualmente

³⁹ “cutting out cancerous tissue while keeping other vital organs intact.” (US ARMY, 2006, p. 35)

⁴⁰ “I use a medical analogy advisedly here, because just as a virus or bacterium is more easily able to affect a host whose immune system is compromised [...] these groups opportunistically exploit existing breakdowns in the rule of law, poor governance, or preexisting conflict. Terrorist infection is thus part of the social pathology of broader societal breakdown, state weakness, and humanitarian crisis” (KILCULLEN, 2009, p. 66).

⁴¹ “[...] external authorities begin to take action against the extremist presence, prompted by the **ideological contagion or spread of subversion and violence** emerging from the area” (KILCULLEN, 2009, p. 68, grifos nossos).

é lida como uma provocação e termina por gerar a quarta fase do processo: a “rejeição”. Novamente, Kilcullen explica sua escolha por uma analogia médica:

A fase de rejeição se parece muito com uma versão social de uma resposta imune, quando o corpo rejeita a intrusão de um objeto estranho, mesmo um objeto – como um pino em um osso quebrado ou um *stent* em um vaso sanguíneo bloqueado – que serve para uma finalidade benéfica.⁴² (KILCULLEN, 2009, p. 69).

Esse processo de rejeição é o que define a guerrilha acidental: ao reagir de forma contrária à intervenção externa, a população civil acaba por apoiar a insurgência. Kilcullen amplia esse raciocínio, justificando a “inevitável consequência” da síndrome: as forças contrainsurgentes acabam por combater toda a população local, e não só os insurgentes.

Uma coalizão de grupos locais surge para defender os interesses locais contra ataques externos e, a não ser que as comunidades locais sejam cuidadosamente cooptadas e conquistadas pelo governo, a força interveniente pode acabar combatendo toda a sociedade local, quando sua intenção original era apenas resgatar a população local da presença exploradora do grupo extremista.⁴³ (KILCULLEN, 2009, p. 69).

Ou seja, para Kilcullen, a doença ou síndrome, seria ocasionada pela população civil quando rejeita o apoio “oferecido” pela intervenção externa para expelir a “infecção” de sua realidade social. Se essa população civil não for cooptada pelo governo local – como descrito pelo próprio autor – a intervenção da contrainsurgência acabaria “sendo forçada” a lutar contra toda a sociedade local, tornando alvo toda a população civil desse local, quando sua “intenção” inicial era apenas “resgatá-la” do extremismo. Essa elaboração, realizada por um dos principais autores relacionados à elaboração do FM 3-24 e conselheiro do general Petraeus, expõe o esforço em codificar a população civil como alvo da intervenção, legitimando essa codificação a partir de uma lógica deturpada que utiliza, como argumento, o apoio ou a rejeição da população civil à intervenção externa.

As construções narrativas da contrainsurgência discutidas aqui retratam a estratégia como um esforço inteligente e multifacetado, capaz de lidar com os conflitos sociais alheios através de uma postura supostamente humanitária e, ao mesmo tempo, cirúrgica. A

⁴² “The rejection phase looks a lot like a social version of an immune response in which the body rejects the intrusion of a foreign object, even one (such as a pin in a broken bone or a stent in a blocked blood vessel) that serves an ultimately beneficial purpose” (KILCULLEN, 2009, p. 69).

⁴³ “A loose coalition of local groups emerges to defend local interests against outside attack and, unless local communities are carefully co-opted and won over by the government, the intervening force can end up fighting the whole of local society, when its original intent was to rescue local people from the exploitative presence of the extremist group” (KILCULLEN, 2009, p. 69).

interpretação da insurgência como um adoecimento social, passível de ser remediado, e da população civil como integrante desse adoecimento, viabiliza os caminhos que a contrainsurgência mobiliza para acessar a população civil como dimensão essencial do conflito. São narrativas desse caráter que embasam a ideia de um “terreno humano”, uma dimensão do conflito a ser estudada e considerada como parte do ambiente em que a contrainsurgência deve operar.

A narrativa de eficiência operacional ajuda a moldar a contrainsurgência como o aspecto decisivo para direcionar o conflito no Afeganistão para uma “guerra inteligente”. Tal movimento permitiria melhorar a imagem desgastada e as perspectivas insatisfatórias para o conflito no contexto de troca para a gestão Obama. Assim, renovam-se as perspectivas de uma guerra que fora duramente criticada, quando dos fracassos em controlar a segurança e barrar o aumento da violência do país, após a derrubada do Talibã.

A narrativa de patologização coloca a oposição ao governo apoiado pela intervenção – denominada arbitrariamente como insurgência – no lugar de adoecimento a ser tratado; e a contrainsurgência como possibilidade de cura para esse distúrbio. Essa construção desloca o enfrentamento do âmbito tradicional da guerra para uma dimensão mais branda, onde exista a possibilidade de que a intervenção e a ocupação do território deixem de ser vistas como algo negativo, invasivo para o país ocupado, e o esforço possa ser considerado como uma solução humanitária. A contrainsurgência é enquadrada como o remédio necessário para os distúrbios insurgentes, algo benéfico para a população do país invadido, capaz de melhorar as condições de vida desse povo.

A gramática da contrainsurgência, nesse sentido, passa a mensagem de que o esforço tem um quê de cirúrgico e preciso, um empenho em atacar e destruir **apenas** as partes ruins da sociedade – a partir do que a intervenção define que seja nocivo e perigoso para a vida social do país. Aqui é necessário retornar ao ponto de que os Estados Unidos e a intervenção possuem a prerrogativa de determinar quem é esse pedaço do tecido social que infecta, nomeá-lo como insurgente e atuar para destruí-lo, ou enfraquecê-lo como agente social e político legítimo. Todos os opositores ao regime imposto, sejam eles próximos a grupos terroristas ou não, podem ser colocados sob esse conceito, apenas conforme os interesses das forças interventoras.

Esse raciocínio extrapola para a população civil, seja em setores e grupos relacionados ou próximos aos grupos opositores à intervenção, ou quaisquer outros grupos com comportamento desviante ao aceitável. Em suma, a diferença pode estar simplesmente entre quem colabora ou não com as forças interventoras. As linhas são tênues e não existem garantias de que esse enquadramento não vai submeter grupos ou indivíduos que apenas assumam um

comportamento ou atuação política que não esteja dentro dos parâmetros aceitáveis para os interesses da intervenção.

2.3 O terreno humano

As construções narrativas discutidas aqui podem apresentar alguns elementos importantes sobre o lugar em que a população civil é colocada na contrainsurgência estadunidense. Por um lado, como objeto a ser disputado frente à insurgência, como forma de conquistar apoio e fortalecimento da legitimação do governo secundado pelas forças de intervenção. Por outro, a população civil assume o lugar de causa para os contrainsurgentes, como motivador do esforço – como se o motivo da luta contrainsurgente fosse **oferecer** uma ordem social melhor para a população daquele país e garantir uma melhoria em suas condições de vida. Como o general David Petraeus afirma em entrevista: “Mas eu acho que, fundamentalmente, sempre volta a essa questão, que é tudo sobre a população, operações de contrainsurgência são guerras na, entre, e essencialmente, para a população”⁴⁴ (PETRAEUS, 2009).

Colleen Bell (2011) afirma que a contrainsurgência sinaliza um movimento de distanciamento da dependência exclusiva em “exterminar inimigos” para um enquadramento (*targeting*) da população inteira para obter apoio político e para um tratamento de tais populações como as “variáveis decisivas” que determinariam o sucesso ou o fracasso de cada missão. Laleh Khalili (2010b) inclusive aponta para a diferenciação que os proponentes procuram fazer entre as contrainsurgências atuais e as tradicionais, demarcando que as experiências passadas seriam de uma estratégia “centrada no inimigo”, enquanto as experiências contemporâneas seriam “centradas na população”. Como exposto pela autora: “[...] a última, como promulgado pelo Manual [FM 3-24], refere-se a persuadir os civis de que o exército contrainsurgente pode protegê-los melhor das dificuldades” (KHALILI, 2010b, p. 3)⁴⁵. Portanto o enquadramento da população civil nessa estratégia é instrumental para sua apresentação como parte de um esforço humanitário.

Como consequência desse aspecto de mobilização junto à população civil e da suposta melhoria das suas condições de vida, a estratégia de contrainsurgência é postulada como uma

⁴⁴ “But I think, fundamentally, it comes back to this issue, that it is all about people, counterinsurgency operations are wars in, among, and, in essence, for the people.” (PETRAEUS, 2009)

⁴⁵ “[...] the latter, as promulgated by the Manual [FM 3-24], is about persuading the civilians that the counterinsurgent army can best shield them from hardship.” (KHALILI, 2010b, p. 3).

opção mais branda de conflito, uma alternativa **civilizada** por concentrar esforços no “intervencionismo humanitário” junto à população (KHALILI, 2010a; MCBRIDE; WIBBEN, 2012). David Kilcullen chega a afirmar que “a contrainsurgência é um **serviço social armado**; uma tentativa de corrigir problemas sociais e políticos básicos enquanto atiram em você” (KILCULLEN, 2006b, p. 107, grifo nosso)⁴⁶. Essa narrativa adquire características fortemente generificadas por caracterizar a contrainsurgência – estratégia “leve”, centrada nos civis – como a contraposição “feminina” ao conflito convencional – agressivo, letal e hipermasculino (DYVIK, 2014; KHALILI, 2010a; MCBRIDE; WIBBEN, 2012).

Essa elaboração consiste em um esforço narrativo que reverbera no debate político e na construção de ideias expostas nos documentos oficiais que informam a atuação e a prática da contrainsurgência – ou seja, são princípios que embasaram o engajamento no Afeganistão. Nessas esferas está explícita a deliberação de engajar com a população civil nesses termos e, dessa forma, a população civil não é apenas objeto a ser disputado, ou motivação para a disputa – ela é também um alvo. O empenho por conquistar corações e mentes se expressa na busca por influenciar a população em prol da contrainsurgência, em conquistar sua confiança na legitimação do governo apoiado pela intervenção. Na prática, esse empenho consiste no desenvolvimento de projetos relacionados à melhoria nas condições básicas de vida da população, pelo provimento de serviços essenciais.

Além disso, o desejo por conquistar corações e mentes também está articulado no engajamento com a população civil para acumular “conhecimento cultural”: o manual FM 3-24 sugere “imersão no povo e em suas vidas para conquistar a vitória”⁴⁷; e ainda afirma que comandantes eficientes devem “conhecer cada vila, estrada, campo, grupo populacional, líder tribal e reclamação do povo”⁴⁸ (US ARMY, 2006, p. 35; 158). Quanto a esse aspecto, David Petraeus fala na:

importância do terreno humano em cada situação particular, e a importância de compreender o terreno, tendo um entendimento muito detalhado e com nuances do contexto de cada situação, não apenas em nível nacional, mas subnacional e literalmente até cada vale e cada aldeia⁴⁹ (PETRAEUS, 2009).

⁴⁶ “[...] counterinsurgency is **armed social work**, an attempt to redress basic social and political problems while being shot at” (KILCULLEN, 2006b, p. 107, grifo nosso).

⁴⁷ No original “immersion in the people and their lives to achieve victory.” (US ARMY, 2006, p. 35).

⁴⁸ No original “know every village, road, field, population group, tribal leader, and ancient grievance within it.” (US ARMY, 2006, p. 158).

⁴⁹ “[...] the importance of the human terrain in each particular situation, and the importance of understanding the terrain, having a very nuanced, detailed feel for the context of each situation, not just nationally, but sub-nationally and literally all the way down to each valley and each village.” (PETRAEUS, 2009).

Compreender o “terreno humano” é valioso, acessar a subjetividade, a vida cotidiana, o espaço privado das relações. Acompanhado do discurso culturalmente sensível, e da narrativa de uma estratégia multifacetada e inteligente, está o foco no tecido social do país ocupado. Bell (2011) afirma:

O manual demonstra um interesse particular em como as informações são compartilhadas e trocadas entre a população e suas conexões sociais – um interesse que tem tanto (se não mais) a ver com a forma em que a população vive do que a forma em que os insurgentes lutam.⁵⁰ (BELL, 2011, p. 319).

Um exemplo de como esse enquadramento da população civil proposto pela estratégia ocorreu na prática do conflito é a criação do *Human Terrain Systems* (HTS). Esse programa, executado a partir de 2007, foi criado com o intuito de incorporar antropólogos e cientistas sociais às unidades de combate atuantes no Afeganistão e no Iraque (GONZÁLEZ, 2018). No âmbito das operações de contrainsurgência, os proponentes dessa iniciativa argumentaram que o programa promoveria o “entendimento cultural” entre as forças militares dos Estados Unidos e as populações afegãs e iraquianas. Apesar dos princípios aparentemente isentos, relacionados ao aconselhamento de comandantes e tropas em matéria de “sensibilidades culturais”, as atividades realizadas pelo HTS envolviam uma variedade de “coleta de dados, atividades de inteligência e operações psicológicas”⁵¹ (GONZÁLEZ, 2018, p. 1).

A aproximação com a antropologia para apoiar objetivos militares possui precedentes na história dos Estados Unidos. Projetos similares foram executados sob o *Office of Strategic Services*, o precursor da *Central Intelligence Agency* (CIA), durante a Segunda Guerra Mundial (GILMORE, 2011; PRICE, 2007). Durante os anos 1960, o Pentágono lançou um programa chamado *Civil Operations and Reconstruction Development Support* (CORDS) que, segundo González (2007a), envolvia atividades de coleta de informação para relatórios “etnográficos, culturais e econômicos”. Uma das iniciativas realizadas no âmbito do CORDS foi o Programa Phoenix⁵², no qual agentes da CIA utilizavam as informações coletadas pelos relatórios “sócio-culturais” para localizar e assassinar supostos membros dos Viet Congs (GONZÁLEZ, 2007a). González relata que entre os anos de 1968 e 1972, oficiais vietnamitas em colaboração com os EUA assassinaram mais de 26 mil suspeitos, incluindo muitos civis. O autor ainda destaca que existem fortes conexões entre o *Human Terrain Systems* e o CORDS, feitas inclusive pelos

⁵⁰ “The manual demonstrates a particular interest in how knowledge is shared and exchanged within the population and in social networks - an interest that has as much (if not more) to do with how the population lives as with how insurgents fight.” (BELL, 2011, p. 319)

⁵¹ “data collection, intelligence gathering and psychological operations.” (GONZÁLEZ, 2018, p. 1)

⁵² Do original: *Phoenix Program*.

próprios proponentes do HTS: um dos principais trabalhos de divulgação da iniciativa tem o título *The Human Terrain System: A CORDS for the 21st century*, ainda que ao longo do texto o Programa Phoenix não seja mencionado (GONZÁLEZ, 2007a; KIPP *et al.*, 2006).

O desenvolvimento do HTS coincide com o período de proeminência dos “*warrior-intellectuals*” (GONZÁLEZ, 2007b). O termo refere-se ao grupo de militares com alta formação acadêmica e proeminência em ambientes políticos, atuando como representantes dessa virada cultural associada à contrainsurgência – da atuação militar considerada humanitária, eficiente, sofisticada e cirúrgica. É na figura desse militar bem informado e “culturalmente astuto” que se encontra o sujeito capaz de liderar a suposta inovação estratégica representada pelas práticas de contrainsurgência.

Ainda que supostamente o objetivo apresentado fosse tornar os esforços militares mais “culturalmente sensíveis”, a própria perspectiva de cultura apresentada pelo manual foi alvo de críticas. Segundo González (2007b), tal perspectiva foi explorada de forma unidimensional, sem considerar a cultura de uma sociedade enquanto produto de seus processos históricos e políticos. A abordagem se apresenta como inovadora, mas, paradoxalmente, está ancorada a partir de uma concepção limitada de cultura, que pode ser manipulada, servindo aos interesses de dominação. A partir disso, González afirma: “o FM 3-24, de forma geral, pode ser lido como um manual sobre dominação colonial indireta”⁵³ (GONZÁLEZ, 2007b, p. 16). E, nesse contexto, os acadêmicos que colaboram com esse tipo de iniciativa agem como “mercenários culturais”, contratados para desenhar e implementar campanhas de contrainsurgência modeladas às especificidades culturais que pretendem, em última instância, exercer dominação sobre essas populações (GONZÁLEZ, 2007b).

O HTS foi implementado a partir de 2007, com equipes formadas por até cinco membros de especialistas – cientistas sociais, principalmente antropólogos – acompanhando as operações no Iraque e no Afeganistão. O programa seria descontinuado nos anos seguintes, conforme o ritmo do desengajamento dos Estados Unidos no conflito. Suas atividades foram encerradas em 2015, e, no auge, o HTS contou com mais de 500 funcionários. Ao longo dos anos o projeto mobilizou 726 milhões de dólares (PRICE; GONZÁLEZ, 2015).

O *Human Terrain Systems* recebeu muitas críticas de antropólogos e associações acadêmicas de ciências sociais, consternados com a questão ética envolvida nesse tipo de atividade, e de militares, que afirmavam que o programa era “dúbio, no mínimo” (GENTILE, 2013). Em 2007, a *American Anthropological Association* (AAA) emitiu uma nota expressando

⁵³ “FM 3-24 generally reads like a manual for indirect colonial rule” (GONZÁLEZ, 2007b, p.16)

desaprovação em relação à iniciativa e descrevendo-a como “uma utilização inaceitável do conhecimento antropológico”⁵⁴ (AAA, 2007, p. 2). González, antropólogo e crítico do programa afirma que

O HTS tornou-se uma ferramenta de propaganda para convencer o público americano de que as ocupações lideradas pelos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão eram missões benevolentes, nas quais jovens recém graduados e inteligentes estavam desempenhando um papel. Parecia demonstrar como as forças dos Estados Unidos estavam engajadas em uma forma mais gentil e compassiva de ocupação. As fotos do Departamento de Defesa retratavam o pessoal do HTS sentados em tapetes, enquanto bebiam chá com anciãos afegãos ou entregavam doces a crianças iraquianas eufóricas. Aqui estava uma guerra que os americanos poderiam se sentir bem em lutar (GONZÁLEZ, 2018, p. 3)⁵⁵.

A experiência das Equipes de Engajamento Feminino, tema deste trabalho, é também uma expressão prática do engajamento com a população civil proposto pela contrainsurgência. Assim como o HTS, a atuação das EEFs faz parte desse arcabouço que busca formas de trabalhar com o elemento mais subjetivo do “ambiente operacional”, de acessar o “terreno humano”, compreendê-lo (supostamente) e manipulá-lo de forma que facilite sua dominação, sob a égide do governo apoiado pelas forças de intervenção.

Ao designar a população civil como o “centro de gravidade” do conflito, e sob a narrativa de uma estratégia multifacetada e complexa, a contrainsurgência carrega a intenção de acessar a subjetividade social da população do país ocupado. Em algumas dimensões, esse acesso se propõe como uma “cura” para os conflitos sociais que são expostos como doenças. A população está na mira, seja por uma questão de inteligência no conflito, ou pela forma de engajamento empregada para contrapor a influência dos grupos insurgentes, ou apenas como um recurso para transformar essa estratégia em algo mais palatável para o público doméstico, espectadores e financiadores de uma guerra prolongada. E, nesse contexto, iniciativas como o HTS e as EEFs são recursos para o movimento de acessar as subjetividades da população civil, a dimensão humana em seu cotidiano, sua vida privada, seus laços sociais.

⁵⁴ “An unacceptable application of anthropological expertise” (AAA, 2007, p.2).

⁵⁵ “HTS served another insidious function: It became a propaganda tool for convincing the American public that the US-led occupations of Iraq and Afghanistan were benevolent missions in which smart, fresh-faced young college graduates were playing a role. It appeared to demonstrate how US forces were engaged in a kinder, gentler form of occupation. Department of Defense photos portrayed HTS personnel sitting on rugs while drinking tea with Afghan elders or handing sweets to euphoric Iraqi children. Here was a war that Americans could feel good about fighting” (GONZÁLEZ, 2018, p. 2).

3 EQUIPES DE ENGAJAMENTO FEMININO COMO INSTRUMENTO DE CONTRAINSURGÊNCIA

A maioria dos insurgentes são homens. Mas, nas sociedades tradicionais, as mulheres são extremamente influentes na formação das redes sociais que os insurgentes usam como apoio. A cooptação de mulheres neutras ou apoiadoras, através de programas sociais e econômicos específicos, cria redes de interesse próprio esclarecido que acabam por, eventualmente, enfraquecer os insurgentes. Para fazer isso com eficiência, você precisa das suas próprias contrainsurgentes mulheres. Conquiste as mulheres e você detém a unidade familiar. Possuindo a família você dá um grande passo para mobilizar a população ao seu lado. (KILCULLEN, 2006b, p. 106)⁵⁶.

No cenário de mobilização da população civil proposto pela contrainsurgência, o acesso às mulheres afegãs se tornou um empenho essencial. A busca por esse contato foi realizada principalmente através do emprego de mulheres militares. Dessa forma, as EEFs simbolizam uma expressão importante do engajamento com a população. O objetivo neste capítulo é apresentar a atuação dessas Equipes de Engajamento Feminino, descrevendo suas principais atividades e os objetivos estipulados pelos documentos oficiais. A intenção é apresentar as funções que a estratégia demarcou para essas equipes, os principais aspectos de seu treinamento e como essa atuação ocorreu apesar das restrições às mulheres em posições de combate. Além disso, discutem-se algumas dificuldades e críticas à iniciativa são indicadas. O capítulo é concluído com algumas reflexões sobre a atuação das militares contrainsurgentes como representação de uma imagem da intervenção e o envolvimento dessas militares na coleta de informações. O objetivo é apresentar um panorama situando os aspectos principais da atuação dessas equipes.

3.1 Objetivos e atividades

*Purdah*⁵⁷ é uma prática social e religiosa existente em algumas sociedades muçulmanas e hindus que consiste na segregação física entre homens e mulheres. A prática incorpora três conceitos: a reclusão de mulheres ao espaço privado; o uso de adereços, como o véu e a burca,

⁵⁶ “Most insurgent fighters are men. But in traditional societies, women are hugely influential in forming the social networks that insurgents use for support. Co-opting neutral or friendly women, through targeted social and economic programs, builds networks of enlightened self-interest that eventually undermine the insurgents. You need your own female counterinsurgents, including interagency people, to do this effectively. Win the women, and you own the Family unit. Own the family, and you take a big step forward in mobilizing the population.” (KILCULLEN, 2006b, p. 106).

⁵⁷ *Purdah* significa cortina em persa. Sobre a prática ver: HAQUE (2008) e HAQUE (2010).

para esconder o rosto e o corpo das mulheres caso elas estejam em público; e a segregação entre homens e mulheres nos espaços públicos e privados. A *pardah* é praticada em diferentes formatos e níveis, e passa por influência de questões socioeconômicas nos diferentes lugares onde é seguida. Em algumas comunidades islâmicas a reclusão das mulheres ao espaço privado é um símbolo de *status* adotado por mulheres ricas para indicar sua condição, por exemplo. Para mulheres de regiões urbanas e classe média, o uso do véu ou da burca pode representar um instrumento de mobilidade, porque permite que as mulheres circulem mais livremente em espaços públicos (HAQUE, 2008). Durante o regime Talibã no Afeganistão, a prática rígida da *pardah* fez parte das políticas adotadas pelo governo, que incluíam outras restrições para impedir mulheres de realizarem atividades fora do espaço privado (RAWA, 2020).

Durante a intervenção dos Estados Unidos no Afeganistão, essa segregação entre homens e mulheres impôs dificuldades às tropas estadunidenses no que diz respeito à interação com as mulheres afegãs. Especialmente no contexto de uma estratégia que almejava não só a proximidade com a população civil, como também influenciá-la. Tal dificuldade já havia sido vivenciada no conflito no Iraque, originando a iniciativa *Lioness*, em 2003. O programa *Lioness* foi desenvolvido pelo Corpo de Fuzileiros Navais com o objetivo de revistar mulheres iraquianas em checkpoints (USMC, 2017, p. 11) Grupos de mulheres militares revistavam mulheres locais, auxiliavam em buscas e patrulhas, impedindo que passassem pelas barreiras carregando armas ou explosivos – ou que homens fizessem isso, escondidos em burcas, disfarçados de mulheres. Justamente um episódio desse tipo teria motivado a criação das Equipes de Engajamento Feminino (EEFs). Segundo informações oficiais, o primeiro grupo de mulheres atuando como EEF no Afeganistão foi concebido pelo Corpo de Fuzileiros Navais, assim como no Iraque. A primeira tentativa foi colocada em prática em fevereiro de 2009, após um episódio em que insurgentes teriam passado despercebidos por uma barreira de revista, por estarem vestidos com burcas femininas (US ARMY, 2011; USMC, 2017). A intervenção propôs o emprego de militares mulheres como uma iniciativa para lidar “apropriadamente” e responder com “sensibilidade cultural” à segregação entre homens e mulheres.

Este é um primeiro aspecto desse engajamento feminino: a possibilidade de ter acesso às mulheres afegãs, a partir da presença de militares mulheres. Christine Baldwin, uma das militares que atuaram no Afeganistão, resume a mudança como “poderíamos fazer coisas que os homens não podem fazer [...] poderíamos revistar as mulheres, encontrar a outra metade das

informações⁵⁸” (BALDOR, 2011). As primeiras equipes no Afeganistão funcionavam em um sistema *ad hoc*: eram improvisadas quando necessário, de maneira esporádica, reunindo mulheres militares que já atuavam em outras funções nas unidades. Neste período inicial, várias mulheres atuavam nas EEFs como uma atividade extra, acumulando esse serviço às suas tarefas rotineiras. Essas equipes, voluntárias e improvisadas eram “insuficientemente treinadas, mas altamente motivadas” (MCBRIDE; WIBBEN, 2012, p. 199). Apesar da atuação em buscas e revistas ser indicada como um estopim para o emprego das equipes, uma vez estabelecidas, as EEFs passaram a atuar a partir de um escopo maior.

Sobre engajamento, o *Commander’s Guide* afirma:

Por definição, engajamentos são esforços para estabelecer vínculos de confiança e respeito entre nacionais e a coalizão, com o objetivo final de construir apoio, confiança e respeito dos nacionais pela presença das forças de coalizão e pelo Governo da República Islâmica do Afeganistão⁵⁹. (US ARMY, 2011, p. 59).

Essa definição mobiliza expressões significativas: vínculos, confiança, respeito, apoio às forças que ocupam o território. O uso da palavra engajamento é interessante porque, para além do seu significado no contexto militar, é uma expressão que compreende uma multiplicidade de sentidos que dialoga bem com as atividades das EEFs. Em primeiro lugar, as equipes atuavam como intermediárias na aproximação com a população civil, principalmente com as mulheres afegãs. Existe essa ideia do “acesso” de que a presença dessas militares possibilitava em relação à “outra parcela da população”. Além disso, a presença de militares mulheres também teria um efeito “suavizador” na interação com a população civil em geral, incluindo homens e crianças, “aliviando” a atmosfera desse contato. Apesar do foco principal na atuação enquanto possibilidade de acesso às mulheres, há um destaque e importância para essa proximidade com as crianças e os homens afegãos, que será debatida no próximo capítulo. Há, ainda, o ideário de engajamento como envolvimento, válida quando consideramos a ideia de que o emprego de militares mulheres seria uma forma de **incluir** a parcela esquecida da população afegã, uma visão propagada em documentos militares, entrevistas e relatos.

⁵⁸ “We could do things that the males cannot do [...] We could search the female, find out the other half of the information” (BALDOR, 2011).

⁵⁹ “By definition, engagements are efforts to establish ties of trust and respect between local nationals and the coalition, with the end state being local national support, trust, and respect for the presence of coalition forces and the Government of the Islamic Republic of Afghanistan (GIROA) in their area.” (US ARMY, 2011, p. 59).

De acordo com o *Commander's Guide to Female Engagement Teams*, ao mobilizar mulheres militares estadunidenses para engajar mulheres civis afegãs, a estratégia dos Estados Unidos buscava:

Os objetivos finais são quatro: (1) Que as mulheres influenciem famílias/comunidades a não apoiar o Talibã; (2) Que as mulheres influenciem outras mulheres a demandar serviços básicos do governo local com o apoio das forças da coalizão; (3) Que as mulheres influenciem os membros da família e da comunidade a apoiar o Governo da República Islâmica do Afeganistão; e (4) Que as mulheres não apoiem a insurgência. (US ARMY, 2011, p. 2)⁶⁰.

A lógica da contrainsurgência estadunidense, tratada no debate deste trabalho, baseia-se na concepção de que é possível construir apoio e confiança para o governo sustentado pela intervenção por meio do oferecimento de serviços e garantia de necessidades básicas. A melhoria nas condições de vida, resultante do atendimento dessas demandas, influenciaria positivamente a opinião da população civil sobre a intervenção e, ao mesmo tempo, enfraqueceria a força dos grupos insurgentes. A ideia, portanto, seria prover melhorias para a população, oferecer ganhos tangíveis que pudessem virar a maré a favor dos contrainsurgentes.

As militares mulheres acompanhavam as equipes de infantaria nas patrulhas e operações de reconhecimento ou segurança, com o objetivo de contornar as eventuais dificuldades no contato das tropas com a população, e diminuir quaisquer ressentimentos ou ofensas que pudessem resultar da presença de homens revistando mulheres e casas afegãs. A população afegã, de forma não surpreendente, repudiava a prática das *night raids* – patrulhas noturnas realizadas pelas tropas nos vilarejos e casas, vasculhando pertences e revistando os moradores em busca de armas, Artefatos Explosivos Improvisados (IEDs, na sigla em inglês)⁶¹ ou outros materiais suspeitos. Ao recomendar a importância da presença de mulheres para esse tipo de atividade, o *Commander's Guide* refere-se ao “santuário interno dos lares”⁶².

Use EFFs para revistar casas. O Talibã sabe que os soldados americanos evitam o santuário interno dos lares para não desonrar as mulheres locais e

⁶⁰ “The desired end states are four fold: (1) For women to influence families/communities not to support the Taliban; (2) For women to influence other women to demand basic services from the local government with coalition force [CF] support; (3) For women to influence family and community members to support the GIRoA; and (4) For women not to support/enable the insurgency” (US ARMY, 2011, p.2).

⁶¹ *Improvised Explosive Devices* são artefatos explosivos improvisados, ou bombas caseiras. São dispositivos normalmente construídos com materiais descartados de bombas convencionais, e utilizados principalmente como armadilhas em estradas (*roadside bomb*) e ataques suicidas. Pelo baixo custo e facilidade de construção, esse tipo de material foi bastante utilizado pelos grupos opositores no Iraque e no Afeganistão.

⁶² A expressão *inner sanctum* também poderia ser traduzida para cenáculo – o que reforça o sentido sagrado em que a expressão é atribuída nesse contexto.

usarão isso como vantagem, armazenando armas e materiais de IED em cômodos onde as mulheres estão presentes⁶³ (US ARMY, 2011, p. 74).

No mesmo sentido, Baldor (2011) refere-se ao “santuário tradicional da mulher” ao discutir o ressentimento afegão quanto aos “soldados homens estrangeiros entrando e revistando suas casas”⁶⁴. A presença de militares mulheres teria o efeito de facilitar o procedimento de revistas, o que ajudaria a “estabelecer a confiança da população local nas tropas americanas”⁶⁵ (US ARMY, 2011, p. 74).

Quanto às operações específicas de engajamento feminino, a intervenção promoveu o emprego das EEFs como análogo à assistência humanitária – inclusive utilizando esse tipo de expressão nos documentos militares (US ARMY, 2011; USMC, 2017). Além de auxiliar as tropas nas atividades de busca e reconhecimento, as EEFs atuavam nas suas próprias operações. Na aproximação com a população civil, o aspecto principal da atuação das EEFs era criar oportunidades de contato com as mulheres afegãs. As militares visitavam cada comunidade, procurando estabelecer contato com os moradores, normalmente intermediado pelos homens, e principalmente pelas lideranças locais. Esse vínculo, por sua vez, seria previamente formado entre os soldados estadunidenses e os homens afegãos. Assim que autorizadas pelos líderes e pelos chefes da casa, as militares estadunidenses visitavam as casas afegãs. Essa aproximação construída a partir de mediações com os homens afegãos foi estabelecida nos documentos militares (US ARMY, 2011).

Por meio desses contatos, as EEFs deveriam ouvir as principais demandas das mulheres afegãs, reunindo o maior número de informações sobre as condições de vida, situação de segurança e demandas da comunidade. As EEFs poderiam, de acordo com a sua capacidade, oferecer auxílio para as necessidades mais básicas quando necessário. Cada EEF, composta por no mínimo duas militares, realizaria a visita acompanhada por uma intérprete e uma assistente médica – preferencialmente mulheres.

Além das visitas, as equipes organizavam *shuras* – reuniões no estilo assembleia – convidando as mulheres afegãs nas regiões em que atuavam. Com o objetivo de informar a população sobre as iniciativas da intervenção e do governo, saber o que está acontecendo na

⁶³ “Use FETs to search houses. The Taliban know that male American Soldiers avoid the inner sanctum of homes so as not to dishonor local women and will use this to their advantage by storing weapons and IED materials in rooms where women are present” (US ARMY, 2011, p. 74).

⁶⁴ “Afghans have especially resented the practice of "night raids" in which male foreign soldiers enter and search homes, the traditional sanctum of women” (BALDOR, 2011).

⁶⁵ “The presence of female Soldiers softens the interaction with local men, women, and children, which helps to establish local trust in the U.S. Army” (US ARMY, 2011, p.74).

comunidade e facilitar a assistência médica oferecida pelas tropas. As equipes também atuavam auxiliando projetos de desenvolvimento comunitário e reconstrução em andamento, principalmente em parceria com os *Provincial Reconstruction Teams* (PRTs, Equipes de Reconstrução de Províncias, em tradução livre) (KATT, 2014).

Cuidados básicos de saúde, treinamentos em idiomas, acompanhar as patrulhas e conversar com as afegãs em suas casas: essa é basicamente a abrangência da atuação das EEFs. Medicamentos simples, água potável, *kits* com amenidades e brinquedos simples para crianças são exemplos de materiais que as equipes poderiam distribuir em suas visitas. Reunindo as informações sobre cada local, suas condições econômicas e de segurança, as militares deveriam reportar para cada unidade e buscar consolidar esse “vínculo” com outras visitas – preferencialmente avançando o auxílio nas questões demandadas pela população.

Como mencionado, no surgimento da iniciativa, as EEFs funcionavam como equipes *ad hoc*, acumulando essa função com as suas ocupações originais. Essas militares eram recrutadas em cada unidade já estabelecida em território afegão, escolhidas entre um número normalmente reduzido de mulheres, para atuar no engajamento feminino quando necessário. O treinamento consistia em algumas horas de preparo, ao fim de cada dia de trabalho normal, quando as militares recebiam aulas noturnas improvisadas sobre história afegã, algumas expressões e cumprimentos em *Pashto*, e formações de patrulha (JONES, 2010). O preparo para qualquer tipo de combate era pouco ou inexistente, considerando que essas militares atuavam em outras funções que não exigiam esse tipo de treinamento específico (KATT, 2014). A expressão *voluntold* é utilizada para se referir à fase inicial das EEFs: a combinação da palavra *volunteer* (voluntária) com *told* (ordenada), uma voluntária forçada. Ainda que algumas participantes tenham buscado pelo programa, a maioria foi direcionada a participar, muitas em seu primeiro emprego no exterior, jovens e com pouca experiência anterior (US ARMY, 2011, p. 6). Nesse período inicial, a iniciativa foi incipiente, com esforços esporádicos e dispersos e falta de preparo adequado para a atuação próxima à infantaria (KATT, 2014; JONES, 2010). A falta de confiança de comandantes na ideia parece ter sido um fator adicional. Em artigo promovendo a iniciativa, militares responsáveis pela criação de alguns das primeiras EEFs afirmam:

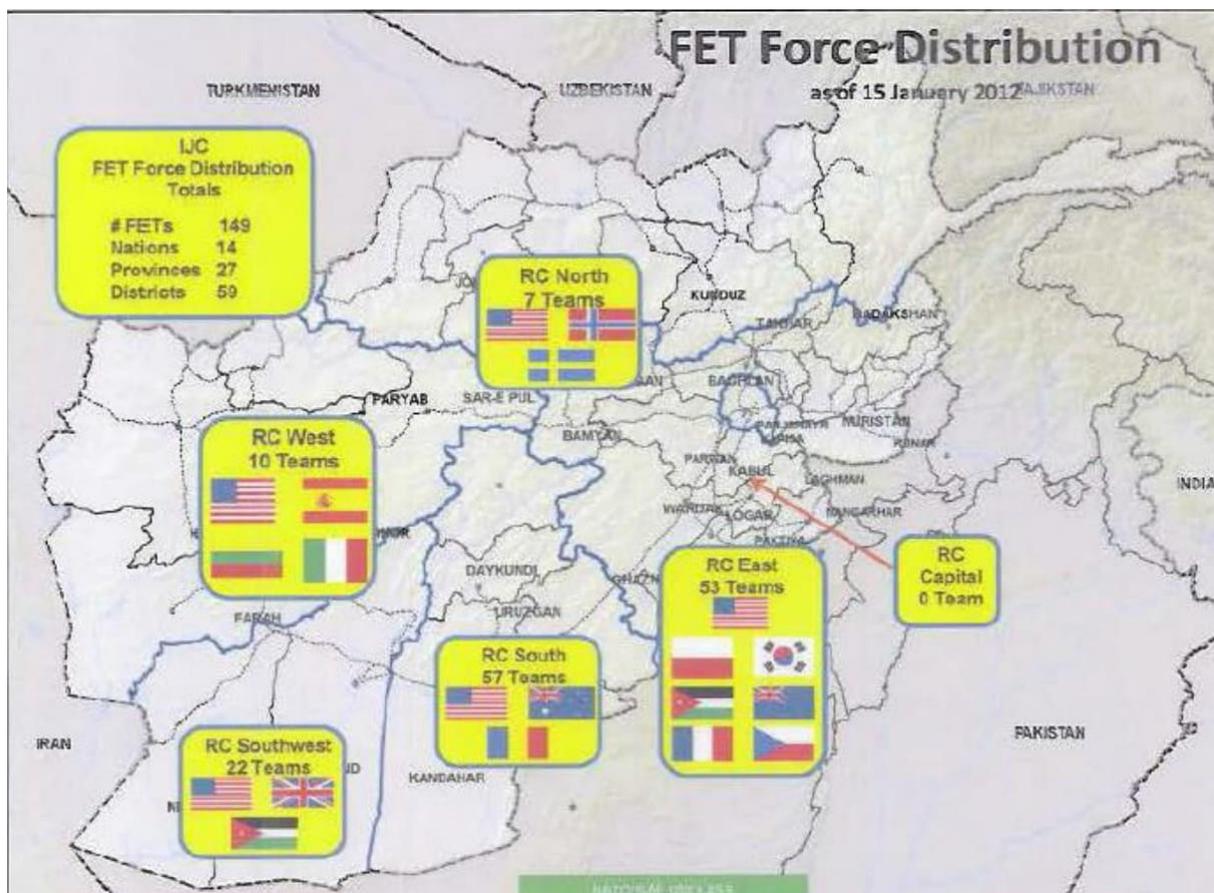
No ano passado [2009], tão poucas militares estadunidenses tiveram contato significativo com mulheres afegãs que, estatisticamente falando, elas literalmente tinham mais chances de engravidar do que de encontrar uma afegã fora das bases [...] Quem está protegendo mais as suas mulheres de ter contato com a sociedade afegã: homens *pashtun* ou comandantes dos EUA?⁶⁶ (POTTINGER *et al.*, 2010, p. 8).

⁶⁶ Last year, so few U.S. servicewomen had meaningful contact with Afghan women that, statistically speaking, they literally had a higher chance of getting pregnant than of meeting an Afghan woman

A partir de março de 2010, o cenário se modifica quando as primeiras 40 militares do Corpo de Fuzileiros Navais são designadas a atuar exclusivamente como EEFs no Afeganistão. Essas mulheres formavam as primeiras equipes formalmente treinadas para esse tipo de engajamento (US ARMY, 2011; KATT, 2014). A partir de julho de 2010, as unidades da ISAF empregadas no Afeganistão – outros países da OTAN, além dos EUA – passaram a conduzir operações com EEFs e realizavam o treinamento dessas equipes *in loco*. Em março de 2011, uma diretiva do comando da intervenção ordenou que todas as unidades de *Brigade Combat Team* (BCT) empregadas no país a partir de agosto de 2011 deveriam conter militares designadas para a atividade das EEFs e deveriam ser treinadas *pre-deployment*; e em agosto de 2011 o comando da ISAF passou a exigir que cada BCT tivesse 18 militares treinadas para atuar como EEF – o que significa em média 9 equipes por BCT. Além disso, pelo menos 4 militares deveriam ser designadas para cada PRT empregado no Afeganistão (US ARMY, 2011, p. 9). Em 2012, a distribuição de equipes era: 149 times, ou seja, no mínimo 300 militares, distribuídas entre os cinco comandos regionais no Afeganistão conforme mapa a seguir (USMC, 2017, p. 12).

outside the wire [...] Who is shielding their women from Afghan society more: Pashtun men or U.S. commanders?” (POTTINGER et al, 2010, p.8)

Figura 1 – Mapa da distribuição de EEFs no território afegão (15 de janeiro de 2012).



Fonte: USMC (2017).

3.2 Treinamento, dificuldades e restrições

No período inicial, o treinamento ficava a critério de cada comandante e batalhão. Registros das próprias Forças informam que o Corpo de Fuzileiros Navais desenvolvia um programa de treinamento de quatro a cinco meses com preparação de infantaria, imersão no idioma *Pashto* e instruções sobre operações civil-militares. Em junho de 2010, o Comando Regional do Leste desenvolveu um treinamento na base de Bagram liderado por LisaRe Brooks Babin, cientista social vinculada ao *Human Terrain Systems* (HTS), Shakila Reshtoon, gender advisor e Teresa Wolfgang, comandante de Civil Affairs. Esse treinamento ficou conhecido como *FET Academy* e consistia em um programa de cinco dias focado em:

treinar soldados já em campo sobre como engajar de maneira culturalmente sensível, abrangendo tópicos como questões sobre as mulheres afegãs, cultura

local, habilidades básicas de idioma e técnicas para coletar informações e utilizar intérpretes (USMC, 2017, p. 68)⁶⁷.

Como na época esse era o único treinamento para EEFs formalizado dentro do Exército, o *FET Academy* expandiu para outros comandos regionais no Afeganistão. Em abril de 2011, o comando do Exército recomendou a institucionalização das EEFs e do seu treinamento pré-emprego. Ainda assim, a duração e o conteúdo dos treinamentos continuaram com variações entre as forças. Em junho de 2011, o *Training Support Package* (TSP) para as EEFs foi organizado a partir do Exército e desenvolvido por um grupo de especialistas de diferentes órgãos militares, como o *U.S. Army Training and Doctrine Command* (TRADOC), o Comando de Operações Especiais do Exército (USASOC), *US Army Mission Command Center of Excellence Counterinsurgency Seminar* e o *Army Research Institute* (ARI).

O TSP é um programa de treinamento de duas semanas, disponibilizado internamente e desenvolvido para funcionar como um material base para que cada BCT treine suas próprias equipes. O *Commander's Guide* informa que o material é composto por seis módulos divididos em Introdução, Cultura Afegã, Considerações sobre a Missão das EEFs, Considerações sobre o Engajamento das EEFs, Parceiros Regionais e Exercício Final (US ARMY, 2011). Esses seis módulos cobrem tópicos como Operações de Estabilidade, Contrainsurgência, *Inform and Influence Activities* (IIA), busca ou revista feminina, coleta de informações, relatórios, gerenciamento de intérpretes, planejamento de engajamentos, segurança e consciência situacional, “*cross-gender and cross cultural communications*”, governança afegã e relação com a mídia. No módulo “Cultura Afegã” estão temas como treinamento de idiomas, história afegã, estilo de vida e cultura afegã, Religião (Islã) e Mulheres, Superstições Culturais e Medicina Tradicional (US ARMY, 2011, p. 54). Além do treinamento de habilidades individuais, compreendido por esses seis módulos, é recomendado que cada unidade inclua as EEFs em treinamento de habilidades de combate individuais e coletivas.

O *Cultural Support Teams* (CST) – as EEFs do Exército – realizava um programa de treinamento de 21 dias composto por três dias de orientação, dez dias de cultural geral, cinco dias de cultura afegã, dois dias de engajamento e um dia de exercício situacional. As militares selecionadas realizavam um treinamento prático adicional de cinco semanas com foco em assuntos como ação civil-médica, operações civil-militares, assistência humanitária, idiomas

⁶⁷ “On training soldiers in theater how to engage in a culturally sensitive manner, covering topics such as Afghan women’s issues, local culture, basic language skills, and techniques for gathering information and using interpreters” (USMC, 2017, p. 68).

locais, “estudos regionais/culturais”, gerenciamento de informação, interações com locais e com a mídia e “resistência mental/emocional” (US ARMY, 2011, p. 72).

Como na época as regulamentações não permitiam a atuação de mulheres em posições de combate, a atividade dessas equipes exigia algumas manobras burocráticas para acontecer. A legislação⁶⁸ sobre o tema determinava que as mulheres poderiam atuar em qualquer unidade ou especialidade exceto nas posições designadas para missões de combate direto, ou que acompanhavam rotineiramente unidades desse tipo. Sendo exatamente essa a situação das EEFs, a solução apresentada pelo *Commander's Guide* seria solicitar um parecer do *Judge Advocate General*. Ou seja, para contornar a proibição, bastava que cada batalhão solicitasse essa decisão judicial interna que permitiria a atuação nessas condições.

A respeito desses procedimentos para contornar as restrições institucionais, Elisabeth Bumiller comenta a situação de um batalhão na Província de Helmand em 2010. Depois de meses atuando na região, militares das EEFs foram convocadas a retornar de seus dezesseis postos avançados para uma revisão do parecer que autorizava essa atuação. Depois de três semanas a nova decisão judicial interna permitia que as militares continuassem suas atividades, desde que as equipes não participassem de patrulhas cujo intuito principal fosse de busca e aniquilação de suspeitos. Além disso, as militares estavam autorizadas a permanecer nas bases de combate apenas por “estadias temporárias” de 45 dias. Para cumprir as regras, as equipes viajavam de suas unidades a cada seis semanas, para ficarem por uma noite em uma base maior da região (*Camp Leatherneck*) e retornavam aos seus postos na manhã seguinte (BUMILLER, 2010c).

Restrições dessa natureza criavam uma dinâmica onde as equipes de mulheres atuavam anexadas às equipes masculinas, ou seja, precisavam estar acompanhadas pelos homens para deixar a base e ir a campo atuar – ironicamente, vivendo uma realidade similar às mulheres afegãs, como aponta Jones (2010). Devido a essas restrições de circulação, as equipes femininas dependiam que equipes masculinas estivessem disponíveis para levá-las em suas patrulhas. Tal dependência dificultava a realização das atividades e, segundo relatos, as mulheres esbarravam frequentemente com a relutância por parte das equipes masculinas nesse contexto (KATT, 2014; DYVIK, 2014). Resistência que pode ser compreendida pela disponibilidade de espaço no transporte para essas mulheres “adicionais”, ou pelo receio com questões de segurança na condução dessas equipes de mulheres em regiões obviamente propensas ao conflito. Bumiller

⁶⁸ Até 2015, a regulamentação que versava sobre a atuação de mulheres em combate nas Forças Armadas dos EUA consistia no *Army Regulation AR 600-13 Army Policy for the Assignment of Female Soldiers*, em vigor desde 1992.

(2010c) comenta que alguns comandantes eram relutantes em enviar as mulheres para patrulhas, “temendo pela segurança ou que atrapalhassem”⁶⁹. É possível também localizar essa resistência como parte de um quadro maior de dificuldades na integração e aceitação dessas mulheres entre as tropas – questão que será retomada no próximo capítulo.

Em termos de reveses, a atuação das EEFs parece envolver uma combinação de expectativas elevadas, percepção de que a iniciativa carregava um grande potencial e, ao mesmo tempo, imprecisões sobre qual era a prioridade de atuação e a missão desses grupos. Enquanto caracterizam a atuação das militares mulheres como “talvez a melhor arma secreta guardada para ganhar aceitação e informação da população civil”⁷⁰ (US ARMY, 2011, p. 60), os documentos alertam que os comandantes e líderes das equipes devem ter clareza sobre quais são as prioridades e os objetivos para a atuação. Aparentemente, propósitos amplos como “influenciar” e “construir relações” abriram margem para uma dinâmica na qual cada comandante guiava a atuação das EEFs a partir de seu próprio entendimento. Esse tipo de dificuldade em estabelecer um entendimento comum e claro sobre o escopo de atuação pode ser relacionado à falta de institucionalização, principalmente nos estágios iniciais do programa. Nesse sentido, inconsistências na definição de critérios para a atuação e a falta de padronização de objetivos contribuíram para visões indefinidas, e o uso dos grupos para fazer “qualquer coisa” permaneceu como resquício do início *ad hoc* da iniciativa.

Soma-se a isso a pressão por resultados. Provavelmente, essas mulheres estavam entre os participantes da intervenção que mais tinham contato com a realidade afegã, encarando as principais dificuldades de vida da população e suas demandas mais urgentes. Ainda assim, em muitos casos estavam se deparando com reclamações e problemas que não tinham recursos, capacidade e autoridade para solucionar. O tempo de emprego pesava nessa dificuldade: cada equipe permanecia atuando por seis meses, no máximo um ano, o que implicava em mais dificuldades para estabelecer um trabalho consistente em longo prazo, com cada comunidade. Essas são algumas questões “problemáticas” que a própria instituição militar reconhece na iniciativa, inclusive alertando nos manuais para que as equipes ao menos realizem a segunda visita – um retorno para solucionar ou dar algum tipo de satisfação aos pedidos ou às reclamações. Outra questão similar é que, em geral, a transição do trabalho entre equipes ao fim de cada período de emprego não ocorria da melhor forma, com várias falhas na

⁶⁹ “[...] fearing either for their safety or that they will get in the way” (BUMILLER, 2010a, p. 4).

⁷⁰ “Using female Soldiers to interact with local Afghan civilians may be the best-kept secret weapon available to the brigade combat team (BCT) to gain acceptance and information from the local civilian population” (US ARMY, 2011, p. 60).

comunicação e no registro das informações, prejudicando a continuidade das atividades (USMC, 2017).

Anna Coll (2012) associa essa pressão por resultados com a prática do *success reporting*: uma tendência de reportar as atividades das EEFs com um tom exagerado de sucesso nos relatórios, elevando coisas simples a grandes feitos. Para a autora, apesar da atuação das EEFs ter recebido reconhecimento positivo da mídia e em círculos militares, não existem evidências de que a atuação dessas equipes foi eficiente em influenciar a população, assim colaborando com os objetivos da contrainsurgência. Na falta de mecanismos de avaliação, Coll afirma que predomina o discurso reproduzido nos relatórios de atividades, que consideram a realização de interação com a população, por si só, como evidência de sucesso da iniciativa. Segundo Coll, a lógica reproduzida nesse discurso é que estabelecer contato com a população seria o equivalente a influenciá-la. Para exemplificar, a autora discute o conteúdo e o formato predominante nos relatórios, que usam números de interações como provas de que a atividade foi bem sucedida.

Para Coll, a necessidade de “vender a ideia” das EEFs para comandantes reticentes sobre a atuação de mulheres na atividade militar pode ser considerada um fator para a pressão de mostrar resultados rápidos e aumentar os feitos em relatórios. Provar o potencial da iniciativa e, de certa forma, o valor da atuação das militares mulheres, teria incentivado conclusões precipitadas e superestimadas sobre a eficiência da atuação.

Figura 2 – Pôster de recrutamento do Programa FET



FEMALE SOLDIERS

BECOME A PART OF HISTORY

Join the US Army Special Operations Command Female Engagement Team Program

The Female Engagement Team (FET) program will challenge you. You will undergo intense mental and physical training designed to prepare you for the rigors associated with supporting operations with Special Forces and Ranger units in Afghanistan. You will be trained to think critically, interact with local Afghan women and children, and integrate as a member of an elite unit. Once trained, you will be assigned to the FET program for up to 1 year as either a Screener or a Cultural Support Team member.

Minimum Requirements:

- E-4 - E-8, 01 - 03, WO1 - CW3
- current minimum GT Score of 100 or better
- minimum Secret clearance
- PT Score of 210 with at least 70 pts in each event
- meet height and weight IAW AR 600-9
- must carry 35 lbs six miles in at least 1 hr and 39 mins
- pre-screened by current unit of assignment

For more information:
 visit our website - <http://www.soc.mil/CST/CST.html>
 call - 910-396-0545 (DSN 236)
 910-432-6283 (DSN 239)
 email - cst@soc.mil

Fonte: USMC (2017)

3.3 Uma intervenção bem intencionada

No momento em que as EEFs entram em um povoado, usando véu e abordando educadamente as famílias locais, elas já estão enviando uma mensagem poderosa e positiva. (US ARMY, 2011, p. 59)⁷¹.

A relação entre gênero e contrainsurgência aparece logo na escolha por formar equipes militares exclusivamente compostas por mulheres. A resposta estratégica à segregação entre homens e mulheres na sociedade afegã carrega significados importantes sobre a atuação militar na intervenção. Interrogar gênero na contrainsurgência também passa por compreender como a estratégia constrói um imaginário ao redor da “mulher militar contrainsurgente” que pratica o engajamento feminino. Esse imaginário é construído a partir dos discursos contrainsurgentes, e como esses discursos retratam a mulher militar, e os ideais de sua atuação e de seu comportamento.

A presença das mulheres é retratada como algo que “suaviza” as interações com a população. As militares relatam:

Costumávamos sair em patrulhas, uniformizadas, e eles [população] ficavam com medo, mas, assim que tirávamos o capacete e colocávamos um lenço, eles reconheciam que éramos mulheres e o medo iria embora⁷² (BALDOR, 2011).

Os documentos reforçam essa narrativa, com suas definições estratégicas e orientações sobre a atuação: “A presença de soldadas suaviza as interações com homens, mulheres e crianças locais, o que ajuda a estabelecer confiança dos locais no Exército dos Estados Unidos⁷³” (US ARMY, 2011, p. 74). E por suavizar as interações, a presença das militares supostamente poderia colaborar com a aceitação das forças no território: “Quando afegãos veem mulheres militares dos EUA em campo, a população civil se torna mais receptiva às tropas em sua área⁷⁴” (US ARMY, 2011, p. 60). Expressões de aprovação dos homens afegãos são exaltadas, como confirmação de que colocar mulheres em campo funciona para fortalecer uma

⁷¹ “The moment the FET walks into a village wearing headscarves and politely approaching local families, the FET is already sending a powerful and positive message” (US ARMY, 2011, p. 59).

⁷² “We would go out on patrol and be all kitted up and they were almost fearful, but once we took off that helmet, and put on the scarf, they would recognize that it was a female and the fear would be gone” (BALDOR, 2011). Essa fala é de Christine Baldwin, em entrevista para Lolita Baldor.

⁷³ “The presence of female soldiers softens the interaction with local men, women, and children, which helps to establish local trust in the U.S. Army” (US ARMY, 2011, p. 74).

⁷⁴ “[...] when Afghans see U.S. military females in the field, the civilian population becomes more accepting of the U.S. military in their area” (US ARMY, 2011, p. 60).

percepção de humanitarismo: “Os seus homens vem para lutar, mas nós sabemos que as mulheres estão aqui para ajudar”⁷⁵ (POTTINGER *et al.*, 2010, p. 4).

O discurso contrainsurgente constrói um imaginário sobre a mulher militar que coloca em evidência a sua feminilidade. A presença e a atuação dessas mulheres são mobilizadas para promover a narrativa de que a intervenção é um esforço humanitário para ajudar o povo afegão (WELLAND, 2017). Essa mobilização é realizada por meio da presença dos corpos das mulheres, *per se*, mas também na articulação de signos femininos, o que evidencia como a questão de gênero atravessa a contrainsurgência. A construção desse imaginário transita por características socialmente atribuídas ao feminino. Nesse imaginário, o “ser mulher” é tão importante quanto o ser militar. A conduta esperada dessas mulheres envolve atitudes e performances sustentadas em construções sociais próximas ao essencialismo: cuidadoras, inofensivas e menos ameaçadoras.

Um exemplo é a prática de retirar o equipamento de proteção ao visitar as residências, quando possível e a situação parecer segura: “Depois de entrar na casa, elas removiam suas armas e proteção corporal como um **sinal de respeito**. Elas também substituíam seus capacetes por lenços [véus] para serem **culturalmente sensíveis**”⁷⁶ (KATT, 2014, p. 109, grifos próprios).

Outra questão é a ênfase em parecer amigável, e a importância dada à suposta capacidades das militares em deixar a população mais confortável. Christina Scott, membro de uma EEF, relata:

Um simples sorriso já ajuda [...] Eu acho que a população nos percebia melhor do que os homens, no início. Mas agora eles são amigáveis com todo mundo. É como eu disse, é aquele sorriso que te ajuda a entrar”⁷⁷ (SCOTT, 2012).

A questão da “não-ameaça” é fortemente enfatizada, o que alerta para a relevância que o uso da força – ou seu suposto não-uso – tem na atuação das militares, questão a ser discutida no próximo capítulo. Pelo distanciamento construído pelo discurso entre as mulheres e o uso da força, as militares contrainsurgentes representam uma imagem bondosa em sua atuação militar.

⁷⁵ “Your men come to fight, but we know women are here to help” (POTTINGER *et al.*, 2010, p. 4). Essa frase é atribuída a um homem afegão não identificado, que teria recebido EEFs na sua casa, e foi utilizada também no *Commander’s Guide* (2011, p. 5), além de ter sido repercutida em diversas reportagens sobre a iniciativa (ANDERSON, 2017; BROADWELL, 2009; BUMILLER, 2010a; KOVACH, 2010).

⁷⁶ “Once inside an Afghan compound, they removed their weapons and body armor as a sign of respect. They also replaced their helmets with headscarves to be culturally sensitive” (KATT, 2014, p. 109).

⁷⁷ “Just a smile counts [...] I think they perceived us a lot better than they perceived the males at first. But now they are friendly towards everyone It’s like I said, it’s that smile that can get you in.” (SCOTT, 2012)

Imposições “genericadas” também repercutem nas orientações sobre bom comportamento para as militares. Elas são orientadas a não ficar “fumando e brincando” com os colegas soldados na frente da população, e de modo geral, evitem “comportamentos inapropriados” que prejudiquem a aproximação com as mulheres afegãs (USMC, 2017, p. 47). Trata-se de disciplinar as condutas militares dentro de uma performance aceitável e feminina que, em última instância, colabora para trazer uma suposta boa imagem para a intervenção.

A mensagem a ser passada, segundo os documentos estratégicos, é de que “as intenções dos EUA são boas e que as tropas estão lá para proteger a população”⁷⁸ (US ARMY, 2011, p. 59). O documento complementa:

Seja sempre clara ao explicar por que os Estados Unidos estão lá. Nem sempre é aparente para os locais que os Estados Unidos estão tentando ajudá-los. Os soldados dos EUA parecem ameaçadores com todos os seus equipamentos e armas, dirigindo ou voando veículos barulhentos e assustadores (US ARMY, 2011, p. 70)⁷⁹.

Segundo o *Commander’s Guide*, “existem maneiras de as EEFs conduzirem as conversas de forma a reforçar a mensagem de que os EUA estão do lado do povo e que é do interesse do povo lidar com os Estados Unidos”⁸⁰ (US ARMY, 2011, p. 59). É sobre promover uma narrativa sobre as intenções e a atuação da intervenção, na tentativa de fortalecer a legitimidade, focalizando nas mulheres afegãs para propagar esse discurso. Nina D’amato, major que auxiliou na orientação de algumas EEFs, afirma: “Se você quer que a sua narrativa seja perpetuada, você tem de focar nas mulheres”⁸¹ (MCBRIDE; WIBBEN, 2012, p. 206).

Na contrainsurgência, as mulheres passam uma mensagem e são uma mensagem. Sua presença seria uma demonstração de respeito cultural, de que os Estados Unidos estão atentos às “sensibilidades culturais”: “Os homens nas residências apreciam que os Marines trazem mulheres quando batem na sua porta, porque estamos respeitando a sua cultura. Eles amam isso”⁸² (SEKELY, 2012).

⁷⁸ “It is about reassuring local women that U.S. intentions are good and that the United States is there to protect them” (US ARMY, 2011, p. 59).

⁷⁹ “Always be clear in explaining why the United States is there. It is not always apparent or clear to locals that the United States is trying to help them. U.S. Soldiers look menacing with all their gear and weapons, and they drive around or fly overhead in loud, scary vehicles” (US ARMY, 2011, p. 70).

⁸⁰ “There are ways the FET can conduct its conversations to reinforce the message that the United States is on the side of the people and that it is in the people’s interest to deal with the United States” (US ARMY, 2011, p. 59).

⁸¹ If you want your narrative entrenched, you focus on the women” (MCBRIDE; WIBBEN, 2012, p. 206).

⁸² “The males in the compound really appreciate that when the Marines knock on their door they bring women, because we are respecting their culture. They love that.” (SEKELY, 2012).

A propaganda positiva também está direcionada para a população estadunidense. Afinal, foi promessa de campanha de Obama retirar as tropas estadunidenses do Afeganistão nos seus primeiros 16 meses de governo (SINK, 2016). No capítulo anterior, foram discutidas as representações da contrainsurgência como uma estratégia eficiente, cirúrgica e multifacetada. O imaginário construído a partir das representações da “mulher militar contrainsurgente” faz parte desse contexto, como um recurso para renovar a imagem do intervencionismo. É mais aceitável ver as tropas estadunidenses atuando num suposto esforço humanitário, principalmente com a atuação das militares supostamente “solucionando” de forma eficiente a questão cultural. São enquadramentos que buscam novas cores e caras para uma longa e desgastada intervenção militar.

Figura 3 – Militares das EEFs e meninas afegãs.



Fonte: Linsey Addario (2010).

3.4 Consciência situacional

Homens, mulheres e crianças fazem parte do triângulo de conhecimento que deve ser alvo para a coleta de informações. No Afeganistão, observamos

temas consistentes. Os homens interpretam informações e dizem o que pensam que você quer ouvir. As mulheres veem e ouvem o que se passa atrás das paredes. As crianças correm livremente na comunidade e veem, assistem e estão envolvidas em quase todas as atividades da comunidade. (US ARMY, 2011, p. 1)⁸³.

A construção de imaginário discutida na última seção também desempenha um propósito na coleta de informações. Primeiramente, a presença das militares nas operações teria criado condições de acesso e contato com as mulheres afegãs – uma fonte de informações que os homens tinham dificuldade em se aproximar. Além disso, a representação da militar supostamente menos ameaçadora, mais amigável, é associada à maior abertura da população em oferecer informações úteis para a intervenção. Os atributos vinculados à mulher contrainsurgente serviriam para criar uma atmosfera “confortável”, de maior aproximação com a população que permitiria esse maior alcance de informações.

Oficialmente, as Equipes de Engajamento Feminino não participavam em atividades de inteligência – pelo menos de acordo com os documentos militares. O *Commander's Guide to FETs* (2011) traz nas suas primeiras páginas a importância da atuação de mulheres militares para a boa compreensão do ambiente operacional. Contudo, ao abordar diretamente a questão da inteligência, o documento alerta que as EEFs não são “instrumentos de coleta”. Sua missão principal seria a aproximação com a população civil, principalmente no auxílio às necessidades básicas para fortalecer o apoio à intervenção. Assim, segundo o documento, o engajamento feminino não deveria ter como motivação a busca por inteligência, principalmente pelo possível efeito negativo desse tipo de atuação nas interações e na construção de confiança com o povo afegão a longo prazo.

Apesar dessa ressalva inicial, o documento “encoraja” que as EEFs passem adiante quaisquer informações sobre a população afegã que possam auxiliar na compreensão do ambiente operacional. Segundo o documento, normalmente as mulheres afegãs sabem o que está acontecendo na comunidade, “quem na comunidade está instalando IEDs e quem está causando problemas”⁸⁴, e as EEFs, atuando em uma posição privilegiada de contato com a população, podem obter informações importantes (US ARMY, 2011, p. 65). Sob a lógica “cada

⁸³ “Men, women, and children are part of the triangle of knowledge that must be targeted for information collection. In Afghanistan, we observe rather consistent themes. Men interpret information and tell you what they think you want to hear. Women see and hear what goes on behind the walls. Children run free in the community and see, watch, and are involved in nearly every activity in the community.” (US ARMY, 2011, p. 1).

⁸⁴ “[...] who in their villages are planting improvised explosive devices (IEDs) and who is causing trouble” (US ARMY, 2011, p. 65).

soldado é um sensor”, essas militares são orientadas a interagir com a população atentas à possibilidade constante de esbarrar com inteligência passiva. De acordo com o *Commander’s Guide*, o que as EEFs não devem fazer é coletar “diretamente inteligência para operações deliberadamente ofensivas”⁸⁵, mas estão autorizadas a fornecer informações que “possam ajudar as forças armadas dos EUA a entender melhor o ambiente operacional ou, ocasionalmente, fornecer inteligência útil”⁸⁶ (US ARMY, 2011, p. 62-65). Assim, o documento até afirma que as mulheres não atuam como agentes de inteligência, mas deixa suficientemente vago o escopo de atuação da “busca por informações”. Essa posição ambivalente é bem sucedida em deixar indefinido o que é autorizado, permitindo interpretações amplas. Dessa forma, o *Commander’s Guide* localiza a atuação das EEFs enquanto inteligência passiva, nesse aglomerado de linhas de atuação encapsulado pelo uso de expressões como “compreender o ambiente operacional” e “melhorar a consciência situacional”.

O *FET Blueprint* (USMC, 2017) reforça o mesmo discurso, indicando que as EEFs não deveriam ser empregadas em atividades de inteligência, pois isso deixaria a população local “desconfiada, desconfortável e prejudicaria a contrainsurgência”⁸⁷ (USMC, 2017, p. 4). O documento destaca que as equipes não são treinadas para esse tipo de atividade e, portanto, não são legalmente autorizadas a coletar inteligência, mas defende que as equipes poderiam “coletar taticamente informações que levam à inteligência”⁸⁸ (USMC, 2017, p. 40). Para definir a atuação das EEFs nesse âmbito e diferenciar essa conduta de inteligência, o *FET Blueprint* apresenta uma suposta distinção entre “Inteligência e Informação”. O argumento é que existe uma linha tênue entre coletar inteligência e compilar informações, que estaria mais relacionada à intenção do que à informação encontrada. Dessa forma, as perguntas de inteligência seriam mais diretas, abertamente sobre as atividades insurgentes, enquanto a busca por informações consistiria em perguntas mais gerais, sobre a situação de segurança e o dia a dia da população.

Sobre a diferença na utilização, nessa definição, inteligência seria utilizada para responder diretamente a uma ameaça, enquanto informação é mantida para “construir confiança e ser melhor usada futuramente”⁸⁹ (USMC, 2017, p. 41).

Enquanto os documentos oficiais carregam essa ambiguidade, as notícias, os relatos, as entrevistas e outros materiais produzidos pelos próprios não deixam dúvidas de que as EEFs

⁸⁵ “directly gather intelligence for deliberate offensive operations” (US ARMY, 2011, p. 65).

⁸⁶ “[...] information shared by women can assist the U.S. military to better understand the OE or occasionally provide actionable intelligence” (US ARMY, 2011, p. 65).

⁸⁷ “suspicious and uncomfortable and undermines COIN” (USMC, 2017, p. 4).

⁸⁸ “tactically collect information that leads to Intel.” (USMC, 2017, p. 40).

⁸⁹ “[...] to build trust and use better later down the road” (USMC, 2017, p. 41).

realmente atuavam para inteligência (JONES, 2010; STADTLANDER, 2011; POTTINGER *et al.*, 2010; TURNER, 2012). Militares que participaram das equipes, comandantes e profissionais envolvidos nos treinamentos reforçam essa análise em diferentes relatos, alguns inclusive afirmando que inteligência era a principal função dos grupos (STADTLANDER, 2011). Jennifer Montgomery, *officer-in-charge* de algumas equipes, declara:

O propósito principal delas é reunir inteligência das mulheres afegãs [...] As mulheres talvez falem “nossa água não é boa nessa região, não temos tratamento de esgoto, nos ajude”. Ou talvez elas digam “aquele cara ali, ele é corrupto” (STADTLANDER, 2011).

Em entrevista sobre o trabalho das EEFs, outro militar afirma: “Elas são meios para coletar inteligência. De repente eles [a população afegã] começam a conversar mais com as EEFs do que com outros instrumentos”⁹⁰ (TURNER, 2012). A percepção reproduzida nesses relatos é de que a população se sentiria mais confortável em dar informações para as mulheres, informações que não dariam para os homens. Militares entrevistadas declaram que “como as mulheres não estão autorizadas a conversar com homens, quando elas enxergam um rosto de mulher simplesmente começam a falar”⁹¹ (SANCHEZ, 2012). E, como não costumam receber visitas, ficam entusiasmadas em ter alguém conversando com elas.

O mais provável é que a atuação das EEFs tenha sido uma ferramenta para inteligência, ainda que nesse âmbito de “recolhimento de informações” e aquisição de “consciência situacional”. Os documentos apresentam a coleta de informações entre os principais objetivos, descrevem orientações para essa atuação e reforçam a importância de “compreender intensamente”⁹² toda a população (US ARMY, 2011, p. 9). O *Commander’s Guide* menciona que as informações coletadas pelas EEFs devem ser reportadas ao *Combined Information Data Network Exchange*, para “coleta, armazenamento e disseminação”⁹³ (US ARMY, 2011, p. 65). Algumas perguntas sugeridas para o desempenho das atividades das EEFs são:

Você tem alguma preocupação com o Exército dos EUA estar aqui? Você vê algum problema com a presença de mulheres militares aqui? Qual é a sua principal preocupação com a sua família/comunidade? Onde você trabalha? Como o seu dia-a-dia costuma ser? Quem você vê regularmente? Onde você costuma ir?⁹⁴ (US ARMY, 2011, p. 67).

⁹⁰ “[...] they are means to gather intelligence. All of the sudden they start to talk more to the FETs than to the other assets” (TURNER, 2012).

⁹¹ “[...] they are not allowed to talk to the men, so when they see a woman’s face they just start talking” (SANCHEZ, 2012).

⁹² “comprehensive understanding” (US ARMY, 2011, p. 9).

⁹³ “collection, storage, and dissemination” (US ARMY, 2011, p. 65).

⁹⁴ “Do you have any concerns with the US Army being here? Do you have any issues with female Soldiers being here? What is your biggest concern for your family/village? Where do you work?”

Algumas equipes também aplicavam questionários (*multipage survey*) durante as *shuras* para compilar informações sobre as mulheres em cada distrito (NAGAN, 2011). Sobre os questionamentos, os dois principais documentos reforçam como essa atuação é delicada e recomendam cautela. A necessidade de informações e o potencial da atuação das EEFs devem ser compatibilizados com o perigo de represálias à população e à intervenção. Existiriam riscos para as pessoas que eventualmente entrassem em contato e disponibilizassem informações para as EEFs, por isso os possíveis efeitos “colaterais” violentos deveriam ser considerados ao/quando essas situações ocorrem. Nesse sentido, os documentos ressaltam que a prioridade de atuação das EEFs é permitir o acesso à população e “construir relações”, colaborando com a contrainsurgência no longo prazo. Por isso, é importante não arriscar atitudes que prejudiquem essa “construção de confiança”. Uma postura muito impositiva nos questionamentos, por exemplo, poderia prejudicar a aproximação com as pessoas. Assim, a recomendação é que esses questionamentos sejam realizados depois das primeiras visitas, quando já houve uma aproximação mínima, e que se evite extrapolar para uma conduta estilo interrogatório. O alerta é que posturas muito impositivas poderiam assustar as pessoas, prejudicando as interações.

O ideal é que busquem informações com tato, mantendo a atmosfera “menos ameaçadora” proporcionada pela presença das militares. A principal orientação é manter o acesso à população e, principalmente, não arriscar a preservação desse “vínculo” na tentativa de obter alguma informação – sugerindo inclusive algum nível de dissimulação. A preocupação com as represálias parece ser, acima de tudo, um receio quanto ao impacto que essa violência colateral causaria na construção de relações:

As forças armadas dos EUA devem entender que bastam alguns casos de assassinato e intimidação para romper completa e permanentemente o relacionamento das EEFs com as mulheres locais. Portanto, para preservar o acesso regular às informações, é absolutamente vital que as EEFs não sejam vistas como um dispositivo de inteligência ou empregadas na realização de objetivos táticos militares⁹⁵ (US ARMY, 2011, p. 65).

What is your typical day like? Who do you see regularly? Where do you visit?” (US ARMY, 2011, p. 68).

⁹⁵ “The U.S. military must understand that it would take only a handful of murder and intimidation incidents to completely and permanently cripple the FET’s rapport with local women in key areas. As a result, to preserve regular access to information, it is absolutely vital that FETs not be viewed as a collection asset or employed in achieving military tactical objectives.” (US ARMY, 2011, p. 65).

A construção de relações com o povo afegão, essencial para a contrainsurgência será discutida a seguir, no próximo capítulo. Por ora, convém destacar que o imaginário em torno da figura da mulher contrainsurgente é o que ampara o empenho da intervenção em “criar vínculos” com a população. A atuação das EEFs foi promovida pela contrainsurgência como uma solução da intervenção para alcançar as mulheres afegãs e, supostamente, ouvir e atender suas demandas. As mulheres contrainsurgentes estariam proporcionando uma aproximação e um envolvimento mais “confortáveis” para a população e, dessa forma, sua participação na coleta de informações permitiria o acesso a informações antes indisponíveis. Tudo isso com uma aparência humanitária e benevolente para as tropas, que está diretamente relacionada a essa representação da mulher contrainsurgente construída pelo discurso estratégico que foi discutida neste capítulo. Esse imaginário está abarcado pela gramática da contrainsurgência, assim como as narrativas discutidas no primeiro capítulo, e funciona como um recurso utilizado para legitimar determinadas atuações através da articulação de percepções de gênero.

4 GENERIFICANDO A CONTRAINSURGÊNCIA: IMPLICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS

O objetivo neste capítulo é discutir as implicações e os desdobramentos desses aspectos de gênero identificados na elaboração estratégica e na atuação das EEFs. Algumas implicações destacadas estão relacionadas à maneira como a contrainsurgência “mira” a população, com seu discurso sobre “construir relações” com o povo afegão, e à configuração de masculinidades e feminilidades militares, discutidas aqui como as representações de “terceiro gênero” e “soldado-intelectual”. Além disso, na última seção, discute-se a questão do uso da força na atuação das militares contrainsurgentes e sua relação com as circunstâncias de inclusão dessas mulheres nas Forças Armadas.

4.1 Construindo relações

Conversas entre os homens e mulheres ainda acontecem atrás das portas fechadas. Para entender essas conversas e, mais importante, como poderíamos influenciá-las, nós precisamos conseguir acessar as mulheres. (US ARMY, 2011, p. 2)⁹⁶.

A discussão dos primeiros capítulos nesse trabalho permitiu contextualizar a maneira como a contrainsurgência “mira” a população como questão primordial no conflito. Para além de um centro de gravidade, talvez seja mais adequado interpretar a população como um campo de batalha (DYVIK, 2016). Dyvik argumenta que essa modificação “evita que sejam disfarçadas as inúmeras violências envolvidas em como os contrainsurgentes pretendem conquistar a população”⁹⁷ (DYVIK, 2016, p. 62). O general Stanley McChrystal, que assumiu o comando da ISAF em 2009, justamente no período de “virada” para a contrainsurgência, comentou em seu primeiro relatório sobre a situação da intervenção:

A população do Afeganistão representa muitas coisas nesse conflito – uma audiência, um ator, uma fonte de alavancagem – mas acima de tudo, é o objetivo. A população pode ser também uma fonte de força e inteligência e proporcionar resistência à insurgência. Alternativamente eles podem mudar de lado e fornecer apoio tácito ou real para a insurgência. Comunidades podem

⁹⁶ “Conversations still go on between men and women behind closed doors. To understand those conversations and more importantly how we may be able to influence these conversations, we must be able to access the females.” (US ARMY, 2011, p. 2).

⁹⁷ “This terminology avoids glossing over the numerous violences involved in how counterinsurgents aim to win populations over.” (DYVIK, 2016, p. 62).

fazer escolhas deliberadas por resistir, apoiar ou permitir influência insurgente. (MCCHRYSTAL, 2009, p. 2-4)⁹⁸.

A estratégia de contrainsurgência mira a população através de uma linguagem sobre construir relações. A aproximação é orientada por meio de uma linguagem sobre “criar vínculos”, “construir laços de confiança” e expressões de intimidade. Ainda que o uso desse tipo de linguagem possa ser interpretado como um mero exagero, ou força de expressão, seu uso indica dinâmicas importantes sobre a contrainsurgência.

Ao discutir o propósito das EEFs, por exemplo, o *Commander’s Guide* afirma: “Como a palavra “engajamento” sugere, isso é realmente sobre construir relações com as mulheres afegãs, seja qual for a tribo em sua área de operações”⁹⁹ (US ARMY, 2011, p. 59). Igualar engajamento e relacionamento é uma expressão da maneira como a estratégia incorpora um discurso de intimidade, de afetos e emoções para seus objetivos militares. Por meio dessa retórica de “construir confiança” e “estabelecer relações” a contrainsurgência configura uma lógica de que a aproximação com a população resultaria em maior acesso a informações:

EEFs precisam construir relações de confiança para conseguir informações de importância. Para construir relações de confiança são necessários múltiplos engajamentos com os mesmos indivíduos. Encontros iniciais devem ser sobre fazer amizade, falar sobre família e conversas triviais. Engajamentos subsequentes podem progredir para conversas direcionadas sobre a comunidade, suas dinâmicas, necessidades e requisitos de apoio. Uma vez que relações significativas tenham sido estabelecidas através de engajamentos persistentes e consistentes, homens e mulheres da região fornecerão informações adicionais sobre a população e forças inimigas.¹⁰⁰ (US ARMY, 2011, p. 73-74).

As orientações estratégicas trabalham uma sequência: primeiros encontros são para aproximação; depois de “criar confiança” e “estabelecer vínculos”, a população supostamente estaria inclinada a compartilhar informações e apoiar os objetivos da intervenção. Em outro

⁹⁸ “The people of Afghanistan represent many things in this conflict – an audience, an actor, and a source of leverage – but above all, they are the objective. The population can also be a source of strength and intelligence and provide resistance to insurgency. Alternatively they can often change sides and provide tacit or real support to the insurgency. Communities can make deliberate choices to resist, support or allow insurgent influence.” (MCCHRYSTAL, 2009, p. 2-4).

⁹⁹ “But, as the word “engagement” suggests, this really is about building relationships with Afghan women from whatever tribe is in your area of operations (AO).” (US ARMY, 2011, p. 59).

¹⁰⁰ “FETs need to build trusted relationships to yield information of critical importance. To build trusted relationships, multiple engagements with the same individuals are required. Initial meetings should be about making friends, talking about family, and engaging in small talk. Subsequent engagements can branch out into targeted conversations about village dynamics, needs, and support requirements. Once meaningful relationships have been established through persistent and consistent engagements, village men and women will provide increased information about the population and enemy forces.” (US ARMY, 2011, p. 73-74).

trecho o documento garante: “Beba vários copos de *chai* com os locais e as recompensas serão ótimas”¹⁰¹ (US ARMY, 2011, p. 78).

A aproximação com as mulheres afegãs é retratada pela estratégia como um esforço para alcançar a “metade escondida” da população. Aqui se percebe uma equivalência, no discurso, entre engajar e incluir, como se o engajamento feminino fosse uma maneira de “levar em consideração” o que a estratégia supõe que sejam as opiniões e vontades das mulheres afegãs – uma suposta tentativa de envolvê-las na reconstrução do país. Rebecca Wagner, líder de uma das equipes, declara: “As EEFs são uma forma de fazer as vozes das mulheres afegãs serem ouvidas”¹⁰² (PISACHUBBE, 2011).

Entretanto, incluir as mulheres afegãs significa, sobretudo, incluir as informações que elas poderiam fornecer para a intervenção. O *Commanders’s Guide* reforça a necessidade da busca por informações, já discutida no capítulo anterior, e reafirma o objetivo de deixar as mulheres confortáveis, evitando que as interações “pareçam” um interrogatório:

Não transforme os primeiros (dois ou três) engajamentos femininos em entrevistas. É muito fácil fazer com que as mulheres sintam que estão sendo interrogadas, principalmente por que muitas delas podem nunca ter visto uma mulher ocidental antes. As mulheres afegãs precisam se sentir à vontade em conversar com as EEFs para se abrirem sobre a situação na área local. Não tente ou espere obter muitas informações nas primeiras visitas e engajamentos.¹⁰³ (US ARMY, 2011, p. 77).

As orientações sobre como as militares devem interagir com as afegãs fazem alusão a uma suposta “conexão natural” entre as mulheres. Sawyer Alberi, líder de uma equipe, afirma: “Mulheres encontram força na presença de outras mulheres”¹⁰⁴ (HUGHES, 2010). O tom geral das instruções contidas nos documentos militares reforça essa busca por conexão: as militares são encorajadas a falar da sua história, a contar sobre a própria vida e família, a dividir um pouco de si, “pequenas coisas que ajudem a criar uma conexão”¹⁰⁵ (USMC, 2017, p. 51).

Não é sem esforço que essas conexões parecem forjadas. A quantidade e o conteúdo das instruções contrastam com a suposição de uma conexão natural. O FET *Blueprint* contém uma seção intitulada “Técnicas, táticas e procedimentos informais para as EEFs”, que consiste em

¹⁰¹ “Drink many cups of chai with the locals and the rewards will be great.” (US ARMY, 2011, p. 78).

¹⁰² “FET is a way to get the afghan women’s voices heard.” (PISACHUBBE, 2011)

¹⁰³ “Do not turn the first few (two or three) female engagements into interviews. It is very easy to make women feel like they are being interrogated, especially given that many women may never have seen a Western woman before. Afghan women need to feel comfortable talking with the FETs before they will open up about the situation in the local area. Do not attempt or expect to obtain too much information on the first couple of visits or engagements.” (US ARMY, 2011, p. 77).

¹⁰⁴ “Women find strength in other women's presence.” (HUGHES, 2010).

¹⁰⁵ “Just small tidbits that help to build a connection with the women.” (USMC, 2017, p. 51).

um número considerável de páginas dedicadas a orientar em minúcias o comportamento e as atitudes das militares em relação ao “como se relacionar”. Esse empenho indica, por um lado, um rigoroso adestramento para o trabalho afetivo esperado das militares, que estabeleceria essas relações com a população afegã; e, por outro lado, evidencia a construção da “mulher afegã” enquanto imagem homogênea e monolítica – objeto nessa narrativa de construção de relações.

O discurso contrainsurgente constrói um imaginário sobre as mulheres afegãs que recorre a uma representação artificial e generalizante de suas subjetividades. A representação das mulheres afegãs construída pela contrainsurgência passou por alterações ao longo do conflito. Como discutido no primeiro capítulo, as mulheres afegãs representaram uma parte importante na construção retórica em torno da ameaça terrorista que justificaria a invasão do Afeganistão. Naquele momento, as afegãs foram retratadas pelo discurso estadunidense como vítimas da opressão do Talibã precisando de proteção. Contudo, ao longo da intervenção ocorre uma virada na maneira como essas mulheres são retratadas. De indefesas e oprimidas, as afegãs passam a ser vistas como influentes em suas comunidades, detentoras de conhecimento e informações que seriam cruciais para a intervenção.

Os documentos estratégicos descrevem a suposta realidade das mulheres afegãs, produzindo uma narrativa sobre suas vidas que centra a atenção nas relações e interações sociais, apesar do reconhecido afastamento da vida pública:

Embora raramente sejam vistas por pessoas de fora, elas são observadoras atentas e formadoras de opinião sobre os acontecimentos em suas aldeias. As mulheres espalham todas as notícias nas comunidades. Eles sabem quem está fazendo o que e quem deve ou não deve estar na área. Eles falam entre si, quando coletam água e lenha, sobre as notícias que ouviram de seus maridos e filhos.¹⁰⁶ (US ARMY, 2011, p. 69).

A estratégia expressa o entendimento de que as mulheres afegãs possuem informações importantes, que estão posicionadas na circulação dessas informações, e inclusive desenha uma dinâmica de mulheres que repassam aquilo que “descobrem” dos homens. Além disso, elas também são vistas como influentes em suas famílias e comunidades – influência oportuna para a intervenção:

Mulheres *pashtun* possuem um papel poderoso em suas famílias e na sociedade afegã. Elas possuem uma ampla rede de contatos e podem ser a diferença entre

¹⁰⁶ “Though rarely seen by outsiders, they are keen observers and opinion-makers about the goings-on in their villages. Women pass all the news in the villages. They know who is doing what and who should and should not be in the area. They talk among themselves around the well and while collecting firewood about the news they have heard from or around their husbands and children.” (US ARMY, 2011, p.69)

seus filhos se tornarem *peacemakers* ou insurgentes.”¹⁰⁷ (US ARMY, 2011, p. 4).

A contrainsurgência atribui essa percepção de conhecimento e influência à sua construção de “mulher afegã” e, a partir disso, as mulheres são colocadas na posição de “aliadas em potencial” da intervenção. No imaginário contrainsurgente, a leitura sobre as mulheres afegãs se movimenta de acordo com os interesses da intervenção. A artificialidade da virada de “vítimas” para “aliadas”, por exemplo, indica como o lugar das afegãs no discurso estratégico é diretamente relacionado às suposições e aos desejos da contrainsurgência. O entrelaçamento entre a representação da mulher afegã e a dimensão íntima das relações e da vida cotidiana que a estratégia “mira” sugere que o afeto e a intimidade também fazem parte do território de conquista e dominação da intervenção. Sobre a representação da mulher afegã como “fonte” de informações cruciais, Dyvik (2016, p. 95) afirma:

Relacionando isso a uma distinção mais ampla pública/privada representa as mulheres como quem escuta e vê o que acontece no espaço privado, "por trás dos muros", e são essas informações que são importantes para aproveitar, são essas as informações que podem ser mais valiosas. É o conhecimento íntimo, não-censurado e puro que é buscado.¹⁰⁸

Apesar de se tratar de um engajamento “feminino”, a atuação das EEFs precisa ser intermediada e tutelada pelos homens – tanto afegãos quanto estadunidenses. O documento sugere que a aproximação entre as mulheres seja iniciada por meio de um líder militar solicitando apoio dos homens afegãos da comunidade para que as EEFs possam visitar as mulheres afegãs. Segundo o *Commander’s Guide*, buscar essa autorização dos homens seria a melhor maneira de garantir que os engajamentos sejam bem recebidos. A inclusão dos homens parece responder a uma tentativa de causar boa impressão e garantir que as militares não seriam uma má influência para as mulheres afegãs:

Ignorar os homens cria ceticismo quanto ao motivo pelo qual as tropas estão trabalhando com a comunidade e dúvidas sobre qual tipo de influência e ideias estão sendo transmitidas às mulheres locais.¹⁰⁹ (US ARMY, 2011, p. 74).

¹⁰⁷ “Pashtun women have a powerful role in their families and in Afghan society. They have a wide network of male contacts and can be the difference between their sons becoming peacemakers or insurgents” (US ARMY, 2011, p. 4)

¹⁰⁸ “Relating this to a wider public/private distinction represents women as those that hear and see what goes on in the private, ‘behind the walls’, and it is this information that is important to harness, this is the information could be the most valuable. It is the intimate, uncensored, and untainted knowledge that is sought.” (DYVIK, 2016, p. 95)

¹⁰⁹ “Bypassing men creates skepticism as to why the U.S. military is working with the community and questions what influence and ideas are being imparted upon local women.” (US ARMY, 2011, p. 74)

Deve existir um cuidado em “respeitar o papel masculino na sociedade conservadora afegã”¹¹⁰ e os documentos reforçam que “honrar os valores conservadores protege as militares das EEFs de **ofenderem involuntariamente** os homens afegãos.”¹¹¹ (US ARMY, 2011, p. 64, grifos nossos). Realizar as atividades das EEFs com o aval masculino seria uma demonstração de respeito cultural por parte da intervenção. Quando as interações com a população são conduzidas “de acordo com as tradições locais”, a intervenção seria melhor recebida pela comunidade:

Não é de surpreender que a atmosfera melhore quando fica claro que as mulheres afegãs estão sendo bem cuidadas por soldados, e é uma indicação de que as tropas dos EUA estão mostrando respeito significativo pela cultura afegã.¹¹² (US ARMY, 2011, p. 66).

Além desse aspecto de intermediação, a interação direta entre as militares e os homens afegãos também é incentivada. Nesse contexto, a presença dessas mulheres é tratada como um potencial, porque os homens afegãos teriam uma “interação diferente” com as militares e supostamente forneceriam “informações diferentes sobre o que ocorre na sua comunidade”¹¹³ em relação ao que relatariam aos soldados homens (US ARMY, 2011, p. 63). Há uma reiteração de como as militares representariam uma presença mais “confortável” para as interações. Ainda em relação aos homens, um aspecto notável é a abordagem que o *Commander’s Guide* adota para orientar a interação entre as militares e os jovens afegãos. O documento sugere que os jovens sentiriam uma atração “natural” pelas militares e que esse sentimento poderia ser mobilizado pela estratégia de alguma forma:

Adolescentes homens tem um desejo natural de impressionar as mulheres. Isso é verdade independente da raça ou da nacionalidade do adolescente. Usar esse desejo de interagir e impressionar as mulheres pode ser vantajoso para as forças militares dos EUA, quando feito de forma respeitosa tanto para a militar quanto para os adolescentes. As militares mulheres podem obter informações diferentes e até mais profundas dos homens afegãos do que os soldados. (US ARMY, 2011, p. 63)¹¹⁴.

¹¹⁰ “Respecting the male role in conservative Afghan society.” (US ARMY, 2011, p. 63)

¹¹¹ “Honoring conservative values protects the FET members from unintentionally offending Afghan males.” (US ARMY, 2011, p. 64)

¹¹² “It is not surprising that atmospherics improve when it is clear that Afghan women are well taken care of by Soldiers and Marines and is an indication that U.S. military personnel show significant respect for Afghan culture.” (US ARMY, 2011, p. 66).

¹¹³ “Males interact differently with female Soldiers than they do with male Soldiers. They provide different insights in regard to what they see happening around them in the local community.” (US ARMY, 2011, p. 63).

¹¹⁴ “Adolescent males have a natural desire to impress females. This is true regardless of the adolescent male’s race or nationality. Using this desire to interact with and impress females can be advantageous to U.S. military forces when done respectfully to both the female Soldier and the adolescent Afghan

Além da problemática alusão a um desejo masculino “universal e natural” em referência aos adolescentes afegãos, essas instruções também recorrem à ideia de que as tropas devem aproveitar a suposta existência desse desejo – de que isso poderia ser vantajoso para a intervenção. O interesse em manipular as interações a partir dessa dinâmica é exposto abertamente, apenas com a breve menção de que isso seja feito de forma “respeitosa” para ambos. Além de comunicativas e menos ameaçadoras, na relação com os homens afegãos, as militares das EEFs precisam ser “sexualmente desejáveis”.

A intimidade, os desejos e os afetos são mobilizados para a atuação militar da intervenção. Para ser bem sucedida, a contrainsurgência precisa alcançar e influenciar o “íntimo” do Afeganistão: os lares, as conversas, o cotidiano. A retórica de “construção de relações” é um artifício nessa investida. É interessante que a estratégia recorra às mulheres para esse “trabalho afetivo”, e que elas ocupem uma posição essencial no discurso que movimenta intimidade e afetos – tanto as mulheres afegãs quanto as estadunidenses.

Figura 4 – Militar estadunidense conversa com jovens afegãos



males. Female Soldiers can often obtain different and even more in-depth information from Afghan males than can male soldiers.” (US ARMY, 2011, p. 63).

Fonte: Katt (2014).

4.2 Feminilidades e masculinidades militares

As representações de feminilidade e masculinidade militares associadas à contrainsurgência são um caminho possível para a compreensão de como essa estratégia articula aspectos de gênero. As representações discutidas nesta seção, nomeadas “terceiro gênero” e “soldado intelectual”, são exemplos de feminilidades e masculinidades promovidas pela contrainsurgência e estão diretamente relacionadas às narrativas estratégicas analisadas no primeiro capítulo – expressam considerações importantes sobre a relação que a contrainsurgência estabelece com o uso da força. A partir disso, é possível compreender aspectos dessa intervenção, especificamente, mas também as reconfigurações de uso da força em intervenções de forma geral. São recortes que auxiliam na compreensão sobre como a contrainsurgência opera a violência e quais divisões de trabalho militar são realizadas com base em relações de gênero.

As palavras feminilidades e masculinidades aqui se referem a um conjunto de características, comportamentos, atributos e papéis tradicionalmente associados a mulheres e homens, respectivamente. É importante ressaltar que as imagens discutidas nessa seção são apenas representações, e de forma alguma resumem todas as formas de feminilidade e masculinidade exercidas ou impostas a homens e mulheres na prática da contrainsurgência. O objetivo é colocar em discussão algumas dessas representações e refletir sobre o que elas expressam sobre a estratégia.

4.2.1 Terceiro gênero

Para debater os ideais de feminilidade relacionados à contrainsurgência é preciso atentar para a expressão “terceiro gênero”. Ela é utilizada em diferentes documentos militares, e repetida em relatos e notícias, para demarcar como as militares mulheres seriam vistas e percebidas pela população afegã, especialmente pelos homens. A ideia do “terceiro gênero” está diretamente relacionada ao imaginário sobre a mulher contrainsurgente, promovido pelo discurso estratégico, que apresentamos na seção 3.3. É um enquadramento baseado na percepção de que as mulheres seriam lidas pela população como mais benevolentes e menos ameaçadoras do que os soldados homens, justamente por serem mulheres. Compreender a representação vinculada ao “terceiro gênero” permite perceber os ideais de feminilidade militar

promovidos pela contrainsurgência, principalmente porque essa representação influencia as orientações e as exigências sobre como as militares devem atuar – sobre como devem “ser e parecer” no espaço militar – e, principalmente, sobre como a estratégia pretende que elas sejam vistas.

Matt Pottinger, Hali Jilani e Claire Russo (2010), escreveram um artigo publicado na revista *Small Wars Journal*, intitulado “*Half-Hearted: Trying to Win Afghanistan without Afghan Women*”, que promove a atuação de militares mulheres no Afeganistão como uma saída para lidar com as dificuldades dos Estados Unidos no conflito. Pottinger e Russo estiveram envolvidos na formulação e treinamento das primeiras EFFs e esse artigo é um dos primeiros registros da utilização da expressão “terceiro gênero” nos materiais que circundam a estratégia. No texto, os autores afirmam:

Muitos homens *pashtun*, longe de evitar as mulheres americanas, mostram uma preferência por interagir com elas em relação aos homens americanos. Os homens *pashtuns* tendem a ver as militares estrangeiras como uma espécie de “terceiro gênero”. Como resultado, as militares mulheres recebem as vantagens, e não as desvantagens, de ambos os gêneros: elas estendem o respeito demonstrado aos homens, mas recebem o acesso ao lar e à família normalmente reservados às mulheres. Em muitas circunstâncias, essa atitude abre oportunidades para as forças aliadas. A cultura afegã acaba sendo mais flexível do que muitos oficiais do sexo masculino se condicionaram a acreditar.¹¹⁵ (POTTINGER *et al.*, 2010, p. 2).

A ideia de terceiro gênero implica que as militares tenham uma posição especial diante dos homens afegãos. A estratégia sugere que elas são vistas como uma “anomalia, algo intrigante, e menos ameaçadoras que os soldados”¹¹⁶ (US ARMY, 2011, p. 63). As militares estadunidenses seriam, então, percebidas de forma diferente tanto desses soldados estadunidenses quanto das mulheres afegãs. Existe a ideia de que os homens afegãos abordariam as militares para falar de assuntos diferentes do que fariam com os soldados, e que as “proibições culturais não são aplicáveis às mulheres ocidentais”¹¹⁷ (US ARMY, 2011, p. 59). É importante lembrar que essas são construções do discurso contrainsurgente elaboradas

¹¹⁵ “Many Pashtun men, far from shunning American women, show a preference for interacting with them over U.S. men. Pashtun men tend to view foreign women troops as a kind of “third gender.” As a result, female servicewomen are accorded the advantages, rather than the disadvantages, of both genders: they are extended the respect shown to men, but are granted the access to home and family normally reserved to women. In many circumstances, this attitude opens opportunities to allied forces. Afghan culture turns out to be more flexible than many male officers have conditioned themselves to believe.” (POTTINGER *et al.*, 2010, p. 2).

¹¹⁶ “They find them to be an anomaly, intriguing, and less threatening than male Soldiers.” (US ARMY, 2011, p. 63).

¹¹⁷ “Many of those cultural prohibitions are not applicable with respect to Western women involved in female engagements.” (US ARMY, 2011, p. 59).

principalmente a partir de suposições presentes na estratégia sobre a maneira como a população afegã enxergaria essas militares. O *Commander's Guide* usa a mesma expressão para argumentar que os homens afegãos não se ofenderiam com a presença de mulheres militares:

“[...] evidências anedóticas mostram que os homens *pashtun* frequentemente se sentem mais confortáveis em se abrir com as militares do que com os soldados e enxergam as mulheres estadunidenses como um tipo de terceiro gênero. Eles não acreditam que as regras de comportamento e vestimenta destinadas às mulheres afegãs deveriam ser aplicadas às mulheres estadunidenses.”¹¹⁸ (US ARMY, 2011, p. 4).

Jennifer Greenburg (2017) menciona o depoimento de uma militar dos Fuzileiros Navais, treinadora das EEFs, identificada como Jones, que relata: “quando colocamos o uniforme, somos um terceiro gênero: somos mulheres, somos americanas e carregamos uma arma”¹¹⁹ (GREENBURG, 2017, p. 9). Jones explica que sua percepção sobre a categoria “terceiro gênero” significa que ela poderia “conversar sobre família” com as mulheres afegãs e, ao mesmo tempo, seria respeitada pelos homens locais, o que ela atribuía a carregar uma arma. O mesmo respeito que seria atribuído aos soldados homens. Jones prossegue: “o que eu aprendi [no Afeganistão] é que nós [militares mulheres] somos respeitadas como os homens, mas temos acesso aos lares como as mulheres. Então nós, como mulheres, temos o melhor de dois mundos.”¹²⁰ (GREENBURG, 2017, p. 9).

A experiência relatada por Jones relaciona uma espécie de vantagem dupla à posição de terceiro gênero. A feminilidade militar da contrainsurgência é marcada por uma ambivalência: a combinação entre “ser mulher” e “ser militar”. A atuação dessas militares no conflito exige a sustentação de uma conduta que abarca o lado combatente e o lado feminino. A presença de mulheres nesse espaço do conflito por si só já é uma ruptura. No entanto, a percepção que essas mulheres deveriam causar, de acordo com o discurso estratégico, envolve um balanceamento entre garantir uma aparência feminina adequada, assegurando, ao mesmo tempo, a capacidade de cumprir com funções e exigências de força física e atuação em combate tradicionalmente masculinas. Dyvik afirma: “As mulheres contrainsurgentes devem ser ‘masculinas o suficiente’

¹¹⁸ “Anecdotal evidence shows that Pashtu men often feel more comfortable opening up around American women than American men and see American women as sort of a third gender. They do not believe the rules for behavior and dress for Pashtu women should be applied to American women.” (US ARMY, 2011, p. 4).

¹¹⁹ “When we put on the uniform, we’re a third gender: we’re women, we’re American, and we carry a gun.” (GREENBURG, 2017, p. 9).

¹²⁰ “What I learned [in Afghanistan],” Jones continued, “was that we [female Marines] were given the respect shown to men, but we were granted access to the household given to females. So we as women had the best of both worlds.” (GREENBURG, 2017, p. 9).

para passarem como soldados, mas ‘femininas o suficiente’ para passarem como mulheres”¹²¹ (DYVIK, 2016, p. 97).

Os documentos militares refletem essa tensão ambivalente na maneira como orientam a atuação das equipes. São muitas instruções sobre comportamento, conduta e aparência que as militares devem ter, sempre em conformidade com ideais de comportamento feminino aceitável. Transparecem aqui algumas dessas projeções e ideais que a estratégia elabora para a imagem da mulher militar. Por vezes, alguns trechos parecem orientar mais sobre “ser mulher” do que sobre “ser militar”. Susan Welch (2012), membro de uma EEF, afirma: “Nós recebemos aulas de idiomas, aulas de tiro para que possamos ser um recurso. Mas nós também somos mulheres, então essa é a nossa principal capacidade.”¹²²

Uma questão importante sobre a atuação das militares contrainsurgentes, como mencionado anteriormente, é a utilização de signos femininos para a “demarcação” do seu gênero aos olhos da população afegã. Na aparência, essa demarcação ocorre principalmente através dos cabelos e do eventual uso de lenços como véu. As militares são instruídas a não usarem o cabelo solto em nenhuma circunstância, mas caso tenham cabelo longo o suficiente para estar preso, ele pode ficar aparente na parte de trás do capacete “indicando aos locais que a soldado é uma mulher.”¹²³ No entanto isso deve ser feito apenas quando as mulheres já estão próximas das casas, porque o cabelo aparente pode colocar as mulheres como “alvo para o Talibã.”¹²⁴ (US ARMY, 2011, p.75). O uso de lenços na cabeça em alusão ao véu não é uma necessidade, mas é incentivado como um “sinal de respeito.” (US ARMY, 2011, p. 75). Quando utilizado, o lenço não deve ser de cores chamativas, que possam facilitar a identificação das militares à distância, novamente como cautela em relação a ataques. Para evitar riscos, o *Commander’s Guide* sugere que utilizem lenços de cores “verde oliva, preto, marrom ou camuflado”, que combinam com as cores do uniforme. Apesar do cuidado para que o lenço não exponha as militares a possíveis ataques, o documento afirma:

[...] patrulhar com lenços embaixo dos capacetes facilita que as militares sejam identificadas como mulheres quando entram em casas ou param mulheres

¹²¹ “Female counterinsurgents must be ‘masculine enough’ to pass as soldiers, but ‘feminine enough’ to pass as women.” (DYVIK, 2016, p. 97).

¹²² “We are given language classes in our training, we are giving weapon’s handling classes so that we can be an asset. But we are also women, so that’s our main capability.” (WELCH, 2012).

¹²³ “Letting it go out the back of the helmet will tell the locals that she is a female soldier.” (US ARMY, 2011, p. 75).

¹²⁴ “Ponytails could also be a target indicator for the Taliban.” (US ARMY, p. 75).

afegãs para serem revistadas, e elas não vão ser confundidas com homens por pessoas olhando pelas calçadas.¹²⁵ (US ARMY, 2011, p. 75).

Quando dentro das residências, as militares são orientadas a retirar o capacete e a usar apenas o lenço para “dissipar o medo e a desconfiança dos homens e mulheres da casa.”¹²⁶ (US ARMY, 2011, p. 76). As militares também são instruídas a retirar seus equipamentos de proteção, exceto quando estão na função de segurança. Outras orientações indicam que devem “apresentar-se o mais sinceramente amigável e feliz possível ao interagir com as mulheres afegãs.”¹²⁷ Em resumo, as orientações envolvem um reforço de signos femininos, que permitam identificar que são mulheres, articulados com um disciplinamento de condutas amigáveis, envolvendo uma tentativa de parecer menos hostil e intimidante.

Apesar da constante articulação de artifícios que reforcem a imagem de “menos ameaçadoras”, as militares das EEFs são soldados e, como todo soldado, são treinadas para matar. Ainda que o discurso militar e a cobertura midiática tenham promovido a atuação das mulheres enquanto esforço de “suavizar” a guerra, muitos relatos sobre a experiência das EEFs destacam sua atuação em combate e como as militares estavam submetidas às mesmas exigências de força física e performance em confronto que os soldados homens (GREENBURG, 2017; MACKENZIE, 2015; MURGA, 2012; DYVIK, 2016). Embora o combate não fosse a função principal dessas equipes, elas estavam expostas a riscos similares em virtude de sua posição. Afinal, atuavam “anexadas” aos batalhões de infantaria, patrulhando com esses soldados. Kelly Hasselman, comandante de uma EEF, afirma: “Você precisa saber tudo o que um soldado de infantaria sabe – como reagir a ataques, como se defender, como atirar de volta”¹²⁸ (IRBY, 2012). MacKenzie (2015) afirma que as militares “serviram ativamente em operações de combate hostis”¹²⁹, encaravam as mesmas condições extenuantes e eram definitivamente “parte da linha de frente” do conflito no Afeganistão.

Talvez a narrativa estratégica e a cobertura midiática reforçando o tom “suave” seja justamente uma tentativa de disfarçar a realidade de que essas mulheres são também combatentes. A orientação estratégica repassada para a atuação dessas militares indica que elas

¹²⁵ “However, patrolling with headscarves on under their helmets will identify Soldiers as female when they enter a house or stop to search a woman, and they will not be mistaken for men by people watching from the sidelines.” (US ARMY, 2011, p. 75).

¹²⁶ “[...] to allay the fear and distrust of the local men and women within.” (US ARMY, 2011, p. 76).

¹²⁷ “[...] present yourself as friendly and happy to be engaging with the women as sincerely as possible” (USMC, 2017, p. 49).

¹²⁸ “You have to know what every infantryman knows -- how to react to contact, how to defend yourself and how to return fire.” (IRBY, 2012).

¹²⁹ “Women had actively served in hostile combat operations” (MACKENZIE, 2015, p. 3).

devem ocupar suas funções no conflito sem perder características que permitam que elas sejam identificadas como mulheres, cumprindo com ideais de feminilidade frequentemente essencialistas. Elas fazem parte da estratégia a partir de um lugar de trabalho feminino de cuidado – devem construir relações, melhorar o clima de interações, aproximar-se de mulheres. As representações de feminilidade da contrainsurgência supõem que as militares são respeitadas como homens, mas tem acesso ao espaço privado – o que é automaticamente identificado às mulheres, tanto estadunidenses quanto afegãs. Nesse contexto, a inclusão das mulheres no espaço militar é realizada por meio de perspectivas ainda excludentes. É uma reconfiguração do lugar historicamente marginal que as mulheres ocuparam dentro dessas instituições.

Na maneira como são representadas pelo discurso, as militares devem ser comunicativas, cuidadoras e não-ameaçadoras. É uma construção particular de conduta militar, que serve aos propósitos da contrainsurgência – de representação de uma estratégia focada na população e supostamente humanitária. Ao mesmo tempo em que cumprem com essa delimitação, as militares precisam executar a função de soldado. Podemos inverter essa ambivalência e considerar que as militares são combatentes que exigem um manejo de sua imagem para serem vistas em uma percepção palatável para a população afegã, para a população estadunidense, ou mesmo para a própria instituição militar. A capacidade, ou mesmo a vontade dessas mulheres de exercerem a violência no conflito, é mascarada ou suprimida.

A discussão sobre feminilidades na contrainsurgência reafirma o que Dyvik (2016) entende por dificuldade em “codificar corpos de mulheres na guerra”, dentro de uma noção singular de homem-masculino, mulher-feminino, justamente porque a condição militar demanda que as mulheres transitem entre essas dimensões. Cynthia Enloe (2000) afirma que a inclusão de mulheres nas instituições militares exigiu que seus corpos e condutas fossem submetidos a regulações específicas para garantir que as mulheres se mantivessem respeitáveis e femininas e, sobretudo, que não fossem confundidas com homens. É uma posição complexa para as militares, que precisam negociar constantemente essa ambivalência. Na sua condição de mulher-militar, é inerente a necessidade de afirmar a capacidade de “fazer o que os homens fazem”, demonstrar força, resistência, e outras habilidades exigidas pela instituição, sem perder a “aparência feminina”.

4.2.2 Soldados-intelectuais

Ainda que as representações de masculinidade militar sejam tradicionalmente associadas ao soldado combatente, as noções de masculinidade militar vinculadas à contrainsurgência são também influenciadas por ambientes políticos e governamentais. O imaginário do combate persiste, mas os ideais de masculinidade compreendidos nessa estratégia também se configuram em espaços de decisão e formulação militar, e não apenas pela experiência na linha de frente. A representação do *soldier-scholar* abarca alguns desses ideais e possibilita um instrumento para a compreensão das características de masculinidade impulsionadas pela contrainsurgência.

A expressão *soldier-scholar* foi proposta por Laleh Khalili para designar os ideais de masculinidade militar que surgem da contrainsurgência – neste trabalho utilizo “soldado-intelectual” como tradução livre. A figura do soldado-intelectual carrega uma combinação de “humanitarismo” com ideais militares tradicionalmente masculinos de rigor, racionalidade e autoridade (KHALILI, 2010). São militares – ou ex-militares – com alto nível de formação acadêmica, que circulam nos ambientes de decisão política e estiveram envolvidos nas formulações da Guerra ao Terror. Pairando sobre a comunidade epistêmica das “intervenções humanitárias”, esses intelectuais contrainsurgentes transitam nos espaços políticos de Washington, entre organizações militares e governamentais, a academia e os *think tanks*. Reafirmando princípios de “sensibilidade cultural” em intervenções, os apoiadores da contrainsurgência reconhecem a importância de engajamentos militares, desde que sejam intervenções seletivas e eficientes (MCBRIDE; WIBBEN, 2012). Segundo Khalili:

Os soldados-intelectuais avançam uma noção de combate que leva ostensivamente em consideração nuances políticas, tem como objetivo conquistar populações civis e emprega um discurso abertamente liberal de salvação e humanitarismo¹³⁰. (KHALILI, 2010, p. 17).

Os soldados-intelectuais mostram-se como um novo tipo de estrategista militar, capaz de pensar além das fronteiras estabelecidas, adaptado às novas exigências da guerra moderna e disposto a buscar formas alternativas de mobilizar esforços para vencer o conflito. Esse olhar para os aspectos políticos é promovido como uma capacidade de atuação mais complexa; uma

¹³⁰ “The soldier-scholars all advance a notion of war-fighting which ostensibly takes into account political nuances, aims to win over civilian populations, and deploys an openly liberal discourse of salvation and humanitarianism.” (KHALILI, 2010, p. 17).

atuação que não se resume apenas ao combate, à força física. A dimensão intelectual é reforçada, conferindo uma “sofisticação” à atuação militar.

Essa configuração de masculinidade militar está diretamente relacionada às narrativas discutidas no primeiro capítulo, que enquadram a contrainsurgência como estratégia multifacetada, cirúrgica e eficiente. O ar de autoridade “intelectual” apropriado pelos militares reflete uma estratégia tão ambiciosa que busca remodelar sociedades. David Kilcullen, autor de alguns textos discutidos no primeiro capítulo, é apontado por Khalili como um dos principais exemplos de “soldado-intelectual”. PhD em Antropologia Política, ele incentiva os comandantes a “discutir ideias”, “buscar consenso” e afirma que “se isso não lhe parece muito militar, supere”¹³¹ (KILCULLEN, 2006b, p. 2). Kilcullen produziu trabalhos populares na “comunidade contrainsurgente”, participando inclusive da elaboração do FM 3-24 *Counterinsurgency Field Manual*.

Outro exemplo é David Petraeus, que foi comandante da ISAF entre 2010 e 2011. PhD em Relações Internacionais, Petraeus é apontado como responsável pela “virada à contrainsurgência” tanto no Afeganistão, quanto anteriormente no Iraque, onde comandou a intervenção em 2007 (DYVIK, 2014). As recomendações de Petraeus para as tropas seguem a prioridade de conquistar a confiança e proteger a população, orientando restrições ao uso da força e incentivando a relação com a população civil afegã em todos os níveis (ACKERMAN, 2010). Outros nomes relacionados ao perfil de soldado-intelectual são John Nagl e Herbert R. McMaster, ambos militares com PhD em História. Em comum todos são *experts* na contrainsurgência e militares “vocais, articulados e altamente qualificados.”¹³² (KHALILI, 2010, p. 17).

Na narrativa da Guerra ao Terror, esses militares se sobrepõem à imagem tradicional do guerreiro bruto. Os ideais tradicionais de masculinidade militar se baseiam na força, e com frequência associam a honra do combatente ao seu potencial de violência. Os contrainsurgentes parecem enaltecer outras características além da força física, relacionadas à inteligência, à eficiência e à precisão. Além disso, a masculinidade contrainsurgente parece capaz de comportar o “cuidar” como parte de seu repertório. A ênfase em proteger e cuidar da população é recorrente. McChrystal, comandante da ISAF entre 2009 e 2010, afirma:

¹³¹ “Discuss ideas, explore the problem, understand what you are facing, and seek a consensus. If this sounds un-military, get over it.” (KILCULLEN, 2006b, p. 2).

¹³² “[...] vocal, articulate, and highly educated military” (KHALILI, 2010, p. 17).

O principal objetivo da guerra é cuidar das pessoas, e não simplesmente matá-las. [...] O propósito é a criança afegã. O propósito é a mulher afegã. O propósito é o agricultor de 50 anos que só quer plantar.¹³³ (MCCHRYSTAL, 2013a).

No combate, os contrainsurgentes parecem tolerar e, inclusive, incentivar a limitação no uso da força. McChrystal, novamente, orienta seus soldados a praticarem a “restrição corajosa”:

Eu pedia aos soldados que demonstrassem o que passamos a chamar de “restrição corajosa” – renunciar ataques, particularmente a artilharia e os ataques aéreos, quando mortes de civis eram prováveis – mesmo que isso significasse um confronto por mais tempo ou que um grupo de insurgentes conseguisse fugir só para emboscar as forças da ISAF depois. Eu enfatizava que ataques e confrontos poderiam e deveriam ser feitos se a sobrevivência de nossas forças estivesse diretamente ameaçada, mas nos casos em que o único objetivo era matar insurgentes, a proteção de vidas e propriedades civis prevalecia.¹³⁴ (MCCHRYSTAL, 2013b, p. 147).

A relação com o uso da força parece ser um ponto de inflexão para os soldados-intelectuais, e a suposta moderação quanto ao exercício da violência parece demonstrar discernimento, um tom moderado e criterioso de atuação. Essa caracterização indica um militar capaz de ir além da força bruta, de dispensá-la. No entanto, a configuração dessa conduta militar menos dependente da virilidade não implica que ela seja “menos masculina”. Na retórica contrainsurgente, a valorização dessas características alternativas é acompanhada de um esforço para assegurar que a contrainsurgência é um tipo de guerra exigente, perigosa – para equilibrar que, apesar da roupagem diferente, fazer essa guerra não os faz menos homens.

Os atributos articulados na figura do soldado-intelectual não se restringem aos espaços de comando. O discernimento sobre o uso da força, a perspicácia exigida por uma estratégia ambiciosa, a sofisticação do militar com olhar político e “entendimento de mundo” – esses atributos também formatam a atuação dos soldados na contrainsurgência. Julia Welland utiliza a expressão *liberal warriors* para debater essas representações – guerreiros liberais em tradução livre. São soldados que incorporam os ideais de uma guerra que supostamente busca libertar populações, proclamando uma lógica humanitária (WELLAND, 2017). Esses conflitos, operacionalizados no nível da população, exigem que os soldados estejam além de sua função

¹³³ “The whole point of the war is to take care of people, not just to kill them. [...] The purpose is the Afghan kid. The purpose is the Afghan female. The purpose is the 50-year old farmer who just wants to farm.” (MCCHRYSTAL, 2013a).

¹³⁴ “I would ask soldiers and Marines to demonstrate what we soon termed ‘courageous restraint’ – forgoing fires, particularly artillery and air strikes, when civilian casualties were likely – even if it meant a firefight dragged on longer, or a group of insurgents was allowed to flee only to ambush ISAF forces another day. I was emphatic that fires could and should be used if the survival of our forces was directly threatened, but in cases where the only purpose was to kill insurgents, the protection of civilian lives and property took precedence” (MCCHRYSTAL, 2013a, p. 147)

habitual, sejam também negociadores políticos. Em última instância, são representantes do espírito *nation builder* que move a intervenção.

Como afirma Dyvik, na contrainsurgência os soldados não precisam apenas ter habilidade em combate, também precisam “ter boas habilidades de comunicação, capacidade de criar uma boa relação com os líderes locais, negociar suas posições em situações difíceis”¹³⁵ (DYVIK, 2016, p. 67). Condutas inteligentes e complexas são demandadas, formatando a representação de um soldado sofisticado. Em comum, os soldados intelectuais e guerreiros liberais possuem a ressignificação da relação com a força e posicionam sua conduta de forma diferente em relação às características mais brutas atribuídas às masculinidades militares tradicionais.

4.3 Mulheres contrainsurgentes, trabalho afetivo e uso da força

Identificar os aspectos de gênero da contrainsurgência permite compreender desdobramentos importantes sobre a atuação das militares contrainsurgentes e qual é sua relação com o uso da força. A inserção dessas militares na intervenção ocorreu a partir de percepções sobre sua atuação e sua presença que mobilizam aspectos essencialistas de gênero. A construção de feminilidade militar como um “terceiro gênero”, envolvendo perspectivas tradicionais de mulheres acolhedoras, cuidadoras e menos ameaçadoras é vantajosa para a atuação contrainsurgente – assim como a possibilidade de que as mulheres sejam vistas como atraentes para os homens afegãos, principalmente os jovens. O ambiente doméstico afegão também se configura como um espaço importante de generificação da contrainsurgência, conforme a ênfase que a estratégia concede à capacidade das militares em acessarem tais espaços por serem mulheres.

Há, sobretudo, uma ênfase na percepção de que as militares não são vistas pela população como presenças ameaçadoras. Sua imagem não estaria atrelada à violência e, por consequência, a percepção sobre a intervenção também seria entendida como uma não ameaça. No contexto das EEFs, a atuação das mulheres é fortemente associada a uma percepção de uso da força – ou de não uso. Em simbolismos extremos, as militares são orientadas a retirar o armamento e os equipamentos de proteção quando entram em contato com o lar afegão.

¹³⁵ “To succeed in counterinsurgency operations you should also have good communication skills, be able to establish a rapport with local leaders, negotiate your way through difficult situations.” (DYVIK, 2016, p. 67).

Dessa forma, é possível identificar que a atuação dessas mulheres segue uma divisão generificada do trabalho militar, sendo suas funções e seus espaços de atuação nas Forças Armadas delimitados por noções tradicionais sobre “ser mulher”. No caso das EEFs, a divisão generificada ocorre na medida em que a atuação das mulheres é definida por um “trabalho afetivo”. Elizabeth Mesok (2015) discute esse trabalho afetivo sob o entendimento de que ele é articulado enquanto uma “tecnologia afetiva de guerra”. As EEFs, segundo a autora, evidenciam o desenvolvimento intencional e estratégico de tecnologias afetivas que possibilitassem o acesso aos espaços domésticos e às mulheres afegãs. Essas tecnologias afetivas estariam baseadas na convicção de que a população civil afegã percebia as militares contrainsurgentes como “nem homens, nem mulheres, mas algo intermediário”¹³⁶ (MESOK, 2015, p. 63). Ou seja, Mesok relaciona a configuração dessas tecnologias afetivas à atuação das militares enquanto terceiro gênero.

Segundo a autora, a presença das mulheres como suposta demonstração de respeito, além de permitir o acesso e a militarização dos espaços domésticos, também “ofereceria uma ilusão de intenção humanitária”¹³⁷ (MESOK, 2015, p. 63). A autora conclui:

A utilização do trabalho afetivo das mulheres foi, portanto, destinada a obter uma vantagem sobre a insurgência, mas também para ressaltar as intenções supostamente humanitárias e éticas da guerra e evocar a apreciação pela benevolência dos Estados Unidos.¹³⁸ (MESOK, 2015, p. 72).

Ainda sobre a divisão generificada de trabalho, Synne Dyvik destaca que a atuação contrainsurgente localiza o trabalho militar das mulheres primordialmente na posição de “cuidadoras”, sendo designadas a realizar um conjunto de funções que poderia ser caracterizado como “funções tradicionais femininas de cuidar e nutrir”, proporcionando um “trabalho feminizado de cuidado”. Segundo Dyvik, a generificação da contrainsurgência está diretamente relacionada à maneira pela qual a estratégia “mira” as esferas íntimas da vida afegã:

Por meio das funções que as EEFs desempenharam, e a ênfase nas capacidades pacificadoras, privadas e civis das mulheres, a contrainsurgência tornou-se uma forma de guerra que ocorreu nas esferas íntimas da vida, entre esposas e maridos, mães e filhos.¹³⁹ (DYVIK, 2011, p. 115).

¹³⁶ “[...] based on the belief that Afghan civilians saw female counterinsurgents as neither men nor women, but something in between.” (MESOK, 2015, p. 63).

¹³⁷ “to offer the illusion of humanitarian intention.” (MESOK, 2015, p. 63).

¹³⁸ “The utilization of women’s affective labor was thus intended to gain a strategic advantage over the insurgency, but also to underscore the allegedly humanitarian and ethical intentions of the war and to evoke appreciation for US benevolence.” (MESOK, 2015, p. 72).

¹³⁹ “Through the roles that FETs played, and the emphasis on women’s peaceful, private, and civilian capacities, counterinsurgency became a form of war that took place in the intimate spheres of life, between wives and husbands, mothers, and children.” (DYVIK, 2016, p. 115).

Nesse ponto, a questão discutida por Dyvik movimentava outro aspecto da atuação militar das contrainsurgentes e do uso da força. As EEFs são parte de um exercício de violência menos óbvia, uma dominação que opera pelos afetos e pela subjetividade da população, na conquista de corações e mentes e no “refazimento do mundo social” do território ocupado (KHALILI, 2011, p. 3).

A atuação das EEFs é mais um aspecto na complexa relação entre inclusão e marginalização, conforme se amplia o acesso de mulheres a posições de combate nas Forças Armadas. Cynthia Enloe sugere que as instituições militares estariam dispostas a abrir posições para mulheres na medida em que os estrategistas do governo percebam que isso fortaleceria a “segurança nacional”.

Quando são inseridas, as mulheres estariam confinadas a certos papéis nas forças. Segundo a autora, isso faz parte de um esforço dos formuladores de políticas para:

Recrutar mulheres para as Forças Armadas sem perder apoio do público que mantém noções restritas de feminilidade e masculinidade apropriadas e sem arriscar a reputação das Forças Armadas como o lugar onde os homens podem provar sua masculinidade. Uma das soluções mais usadas tem sido recrutar mulheres para o serviço militar, mas direcioná-las para o que os militares categorizam como funções de “não-combate”. [...] Essa estratégia de designação baseada em gênero, dizem os oficiais, “libera homens” para fazer a “real” função militar. Ela também preserva as ocupações militares presumidamente “masculinas” para os homens.¹⁴⁰ (ENLOE, 2007, p. 83).

Ainda que no caso das EEFs a distinção entre funções de combate e não-combate seja mais nebulosa, as observações de Enloe são válidas porque indicam pontos importantes sobre as dinâmicas de inclusão e o resultante tensionamento entre inclusão e marginalização dentro das Forças.

Concluindo as reflexões sobre a generificação da contrainsurgência, é essencial questionar qual é o significado da inclusão de mulheres militares nesse contexto. A experiência das EEFs é bastante simbólica das tensões e contradições inerentes ao processo de inclusão de mulheres em espaços e instituições tradicionalmente masculinos. A luta por acesso a espaços sociais antes negados ou fortemente restritos é parte da defesa dos direitos das mulheres e dos movimentos feministas. É uma reivindicação constante e legítima que passa por questões de

¹⁴⁰ “Now we can return to policymakers’ efforts to recruit women into the military without losing the support of those members of the public who hold rather restricted notions of proper femininity or proper masculinity and without endangering the military’s reputation as the place where men can prove their masculinity. One of the well-worn solutions has been to recruit women into the military but to channel them into what the military categorizes as ‘noncombat’ duties. [...] This gender-based assignment strategy, officials explain, ‘frees up men’ to do the ‘real’ soldiering. It also preserves the presumably “manly” military occupations for men.” (ENLOE, 2007., p. 83).

cidadania, desigualdade, exclusão das esferas políticas e ampliação de acesso à educação e ao mercado de trabalho.

O acesso a posições de combate e a ampliação da participação das mulheres nas instituições militares são exemplos de acessos tardios e limitados, e que ocorreram em espaços fortemente masculinizados. Talvez por essas características, a inclusão nas Forças Armadas seja um exemplo tão interessante para a compreensão das contradições e desafios do processo de inclusão.

A questão que surge em relação ao acesso das mulheres ao ambiente militar refere-se justamente a qual é o tipo de inclusão que está em andamento. Especificamente, quanto às EEFs, é possível identificar que a inclusão ocorre a partir essencialismos de gênero, alinhando necessidades militares a características especialmente vantajosas que as mulheres ofereceriam. Estas vantagens estariam relacionadas justamente ao “ser mulher”, no que Mesok chama de “instrumentalização militar da diferença de gênero”¹⁴¹ (MESOK, 2015, p. 61).

Além disso, as mulheres são inseridas em uma formatação de atuação militar específica e consideravelmente mais restrita que a atuação dos homens, orientada por uma função de trabalho afetivo e estabelecida a partir de uma divisão generificada do trabalho militar. A feminilidade militar valorizada na contrainsurgência é, em última instância, uma feminilidade tradicional, relacionada à figura da “mulher cuidadora”.

Além de sustentar perspectivas tradicionais de feminilidade, a inserção das mulheres nesse contexto se complexifica ao considerarmos que a atuação dessas militares ocorre em uma engrenagem de dominação de um território ocupado. Esse é um entrelaçamento importante, principalmente na medida em que serve à tentativa de fortalecer uma imagem humanitária para a intervenção. Sobre o lugar do trabalho afetivo das militares nesse entrelaçamento, Mesok (2015) argumenta:

A mobilização do discurso humanitário certamente não é uma tática nova para o imperialismo liberal. No entanto, o que é novo é o desenvolvimento de tecnologias afetivas para atender às necessidades de uma guerra travada na esfera doméstica, e o uso de equipes femininas de contrainsurgência que, em parte, foram mobilizadas como “uma forma de marcar a superioridade civilizacional dos Estados Unidos”. O trabalho afetivo das militares contrainsurgentes, dessa forma, sutura as ideologias liberais de igualdade de gênero ao projeto imperialista de violência humanitária.¹⁴² (MESOK, 2015, p. 72).

¹⁴¹ “Military’s instrumentalization of women’s gender difference.” (MESOK, 2015, p. 61).

¹⁴² “The deployment of humanitarian discourse is certainly not a new tactic for liberal imperialism. Yet what is new is the development of affective technologies to meet the needs of a war fought in the domestic sphere and the use of female counterinsurgency teams that, in part, were deployed as “a way of marking U.S. civilizational superiority.” Female counterinsurgents’ affective labor thus

Nessa discussão a autora ressalta um aspecto interessante: a presença de militares mulheres, além de indicar o “enquadramento humanitário”, também mobiliza um suposto progressismo e uma pretensa superioridade cultural, aludindo à igualdade de gênero ao expor mulheres estadunidenses ocupando posições atípicas. Aspectos como esse reforçam a necessidade de analisar as dinâmicas de inclusão, suas motivações e desdobramentos – na medida em que indicam particularidades tanto da atuação das mulheres, quanto do funcionamento de intervenções militares.

sutures the liberal ideologies of gender equality to the imperial project of humanitarian violence.” (MESOK, 2015, p. 72).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contrainsurgência é uma gramática de uso da força que articula dimensões de gênero como parte de seu arcabouço e como vetor de seus objetivos e de suas ambições de dominação. Isso ocorre na instrumentalização da “diferença de gênero” percebida pela dificuldade que soldados homens teriam para interagir com as mulheres afegãs, e no consequente emprego do trabalho afetivo de militares mulheres para responder a essa necessidade. Os movimentos de generificação da contrainsurgência ocorrem tanto na dimensão política da elaboração estratégica quanto na atuação da intervenção, por meio das mulheres militares, de suas funções e do caráter de sua atuação. No primeiro movimento, da elaboração estratégica, também está implicada a masculinidade militar dos soldados-intelectuais, e o segundo movimento toca a vida das populações, principalmente das mulheres afegãs.

Como exposto, a contrainsurgência sustenta um engajamento com a população civil como caminho para derrotar a oposição “insurgente” e o operacionaliza utilizando iniciativas como o *Human Terrain System*, e as próprias EEFs, aludindo à necessidade de obter informações da população e de elaborar as operações em torno da ideia de que essa população civil é um “terreno humano”, um objeto a ser entendido, manejado e influenciado para a sustentação da ordem social vislumbrada pela intervenção. A patologização de quem se opõe a essa ordem, mobilizada nas narrativas descritas no primeiro capítulo, exige a aplicação de um remédio, a prática de um cuidado. E, para realizar essa “intervenção cirúrgica” – com o perdão do trocadilho –, são empregadas as militares contrainsurgentes, retratadas pela tradicional figura da mulher cuidadora, e os soldados intelectuais, considerados estrategistas inteligentes, astutos e cirúrgicos.

Colocando a população civil como o “centro de gravidade” do conflito, o discurso contrainsurgente carrega a intenção de acessar a subjetividade social da população do país ocupado. A população está na mira, e as mulheres afegãs precisam ser incluídas. O envolvimento com o povo afegão é orientado por uma retórica de construção de relações que revela como a estratégia se orienta para a intimidade, os vínculos, o cotidiano da vida afegã. É pelos afetos que a contrainsurgência deseja acessar as subjetividades da população civil – seja para obter inteligência necessária para o conflito, seja para construir influência para o governo que os interventores apoiam. E, para atuar nesses afetos, a contrainsurgência precisa de trabalho afetivo.

É a partir do imaginário da mulher contrainsurgente que essa atuação ocorre. O emprego da mulher militar na contrainsurgência permitiria uma atuação menos ameaçadora, que interage de maneira acolhedora com as mulheres afegãs, que pode parecer sedutora para os jovens

afegãos e menos ameaçadora para a população em geral. Assim, sua presença ajudaria a intervenção na sua busca por parecer mais benevolente e humanitária e menos violenta, aos olhos afegãos e também para a audiência estadunidense. A mulher militar é um terceiro gênero que transitaria com mais facilidade pelas tensões da interação atravessada pela violência do conflito, das diferenças políticas e de gênero que se apresentam no encontro entre as tropas estadunidenses e a população afegã. Elas oscilam entre a figura tradicional de mulher que a contrainsurgência deseja sustentar pelo suposto efeito benevolente, e uma outra mulher, disruptiva porque é combatente, ainda que confinada no lugar marginal de quem é “anexada” às unidades de combate. Ao ocupar o *locus* de terceiro gênero, as mulheres seriam respeitadas como os homens e acolhidas no lar afegão, no espaço privado, como só mulheres poderiam ser.

Já a masculinidade dos soldados intelectuais aponta para um alargamento na visão restrita de masculinidade militar tradicional, do guerreiro bruto que tem na força física sua maior virtude. Essa masculinidade também combina o humanitarismo com a atuação militar e se constrói como uma masculinidade superior, porque inteligente, eficiente e astuta. Ainda assim, essa reconfiguração talvez aponte para um caminho interessante para repensar o lugar do homem na instituição militar que se transforma, ainda que de forma limitada, com a maior participação das mulheres, na medida em que oferece uma possibilidade de esgarçamento em dicotomias já tão exauridas – de brutalidade masculina e fragilidade feminina.

Por fim, a experiência das Equipes de Engajamento Feminino é simbólica dos tensionamentos nos processos de inclusão de mulheres nas instituições militares e evidencia a necessidade de acompanhá-los, visto que estão em pleno andamento e são um caminho sem volta. A atuação militar feminina, no contexto da contrainsurgência, é fortemente limitada por noções tradicionais de feminilidade e confina as mulheres a uma posição marginal, inclusive na maneira como são alocadas em posições que, oficialmente, não poderiam ocupar de acordo com as determinações legais.

A inclusão dessas mulheres, a partir de uma divisão generificada do trabalho militar, segue um padrão de inclusão e marginalização que contorna a participação histórica das mulheres no combate. Quando necessárias, elas são aceitas, ainda que depois do conflito não desfrutem do *status* condizente com a atividade que realizaram – como indicam as militares que processaram o Departamento de Estado estadunidense pela possibilidade de acessarem posições que sua atuação em combate permitiria. Mas há uma ruptura nesse padrão de inclusão e marginalização, ainda que branda e incompleta, quando a experiência das EEFs cria as condições para que as posições de combate sejam disponibilizadas para as mulheres que estejam dispostas ao desafio de acessá-las.

Esta pesquisa foi uma tentativa de colaborar com essas reflexões. As contradições e os desafios que surgem na integração de mulheres nas instituições militares instigam a reflexão sobre várias questões que não foram abarcadas neste trabalho, mas que apontam agendas de pesquisa interessantes e necessárias. A experiência de mulheres nas forças armadas dos países da OTAN pode auxiliar na compreensão mais ampla da relação entre gênero e contrainsurgência, tendo em vista a atuação desses países na intervenção no Afeganistão. As dinâmicas de integração e atuação nessas forças armadas, se analisadas, podem complementar as conclusões a partir da atuação dos Estados Unidos. A atuação de mulheres militares em operações de paz é outra agenda particularmente interessante, considerando o debate sobre a importância da inclusão de mulheres e da perspectiva de gênero na resolução de conflitos. A observação dos padrões de inserção nas Forças Armadas de países que ainda não permitem o acesso de mulheres às posições de combate também é relevante, na medida em que pode elucidar outras dinâmicas sobre a relação entre mulheres e uso da força em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. Do muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others. **American Anthropologist**, v. 104, n. 3, p. 783–790, 2002.

ACKERMAN, Spencer. **Petraeus: fight ‘with discipline’, contract with care**. Wired. 28 jul. 2010. Disponível em: <https://www.wired.com/2010/07/petraeuss-guidance-fight-with-discipline-contract-with-care/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ACLU – American Civil Liberties Union. **Combat exclusion policy for women**. ACLU. Disponível em: <https://www.aclu.org/issues/womens-rights/womens-rights-workplace/combat-exclusion-policy-women>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ADDARIO, Linsay. **Women at war**. 2010. Disponível em: http://www.lynseyaddario.com/women-at-war/04_LA_WomenatWar/. Acesso em: 17 ago 2020.

AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION (AAA). **American Anthropological Association’s executive board statement on the Human Terrain System project**, 6 nov. 2007. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/rdcms-aaa/files/production/public/FileDownloads/pdfs/pdf/EB_Resolution_110807.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

ANDERSON, Megan. **Where are the women? The unfortunate omission in the army’s coin doctrine**. Real Clear Defense. 07 mar 2017. Disponível em: https://www.realcleardefense.com/articles/2017/03/07/where_are_the_women_the_unfortunate_omission_in_the_armys_coin_doctrine_110921.html. Acesso em: 17 ago. 2020.

BALDOR, Lolita C. **Death highlights women's role in special ops teams**. Chattanooga Times Free Press. 26 out. 2011. Disponível em: <https://www.timesfreepress.com/news/local/story/2011/oct/26/death-highlights-womens-role-special-ops-teams/62288/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BELL, Colleen. Civilianising warfare: ways of war and peace in modern counterinsurgency. **Journal Of International Relations And Development**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.309-332, jul. 2011.

BROADWELL, Paula. **Women at war**. The New York Times. 20 out. 2009. Disponível em: http://www.nytimes.com/2009/10/21/opinion/21iht-edbroadwell.html?_r=1. Acesso em: 17 ago. 2020.

BUMILLER, Elisabeth. **For female marines, tea comes with bullets**. The New York Times. 2 out. 2010a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/10/03/world/asia/03marines.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BUMILLER, Elisabeth. **In camouflage or veil, a fragile bond**. The New York Times. 29 mai. 2010b. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/05/30/world/asia/30marines.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BUMILLER, Elisabeth. **Letting women reach women in afghan war**. The New York Times. 6 mar. 2010c. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/03/07/world/asia/07women.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BUSH, George. **A nation challenged; excerpts from the President's remarks on the war on terrorism**. The New York Times. 12 out. 2001a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2001/10/12/us/nation-challenged-excerpts-president-s-remarks-war-terrorism.html>. Acesso em: 17 ago 2020.

BUSH, George W. **'Address to a joint session of congress and the American people'**. The White House. 2001b. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html. Acesso em: 17 ago. 2020.

BUSH, George W. **'President signs afghan women and children relief act'**. The National Women's Museum in the Arts Washington, D.C. 2001c. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/12/20011212-9.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BUSH, Laura. **Laura Bush on Taliban oppression of women**. Discurso em rádio. 2001a. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/laurabushtext_111701.html. Acesso em: 17 ago. 2020.

CARREIRAS, Helena. **Gender and the military: women in the armed forces of western democracies**. New York: Routledge, 2006.

CFR – Council on Foreign Relations. **Demographics of the U.S. military**. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/demographics-us-military>. Acesso em: 17 ago. 2020.

DAO, James. **Servicewomen file suit over direct combat ban**. The New York Times. 27 nov. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/11/28/us/servicewomen-file-suit-over-direct-combat-ban.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

DYVIK, Synne Laastad. **Gendering counterinsurgency: performativity, embodiment and experience in the afghan 'theatre of war'**. Abingdon: Routledge, 2016.

DYVIK, Synne Laastad. **Performing gender in the 'theatre of war': Embodying the Invasion, Counterinsurgency and Exit Strategy in Afghanistan**. 2013. 236 f. Tese (Doutorado) - Doctor Of Philosophy, University Of Sussex, Sussex, 2013.

DYVIK, Synne Laastad. Women as 'practitioners' and 'targets': gender and counterinsurgency in Afghanistan. **International Feminist Journal Of Politics**, v. 16, n. 3, p.410-429, 2014.

ELSHTAIN, Jean Bethke. Women and war. In: TOWNSHEND, Charles. **The oxford history of modern war**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 303-316.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2014.

ENLOE, Cynthia. **Globalization and militarism: Feminists make the link**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007.

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: The international politics of militarizing women's lives.** Oakland: University of California Press, 2000.

ENLOE, Cynthia. **The curious feminist.** Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2004.

GALL, Carlotta. **Insurgents in Afghanistan are gaining, Petraeus says.** 30 set. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/10/01/world/asia/01petraeus.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GENTILE, Gian. **Counterinsurgency: The graduate level of war or pure hokum?** E-International Relations. 03 aug. 2013. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2013/08/03/counterinsurgency-the-graduate-level-of-war-or-pure-hokum/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GILMORE, Jonathan. A kinder, gentler counter-terrorism. **Security Dialogue**, v. 42, n. 1, p.21-37, fev. 2011.

GONZÁLEZ, Roberto J.. Beyond the Human Terrain System: a brief critical history (and a look ahead). **Contemporary Social Science**, p.1-14, 4 abr. 2018.

GONZÁLEZ, Roberto J.. Phoenix reborn?: The rise of the 'Human Terrain System'. **Anthropology Today**, v. 23, n. 6, p.21-22, dez. 2007a.

GONZÁLEZ, Roberto J.. Towards mercenary anthropology?: The new US Army counterinsurgency manual FM 3-24 and the military-anthropology complex. **Anthropology Today**, v. 23, n. 3, p.14-19, jun. 2007b.

GONZÁLEZ, Roberto J. **U.S. Army ends a costly mistake.** The Progressive. 12 jul. 2015. Disponível em: <https://progressive.org/op-eds/u.s.-army-ends-costly-mistake/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GREENBURG, Jennifer. New military femininities: humanitarian violence and the gendered work of war among u.s. servicewomen. **Gender, Place & Culture**, v. 24, n. 8, p. 1107-1126, 3 ago. 2017.

HAQUE, Riffat. The institution of purdah: A feminist perspective. **Pakistan Journal of Gender Studies**, v. 1, p. 47-71, 2008.

HAQUE, Riffat. Gender and nexus of purdah culture in public policy. **South Asian Studies: A Research Journal of South Asian Studies**, v. 25, n. 2, p. 303-310, 2010.

HUGHES, Whitney. **Female engagement team finds strength behind burkas.** U.S. Army. 8. Nov. 2010. Disponível em: https://www.army.mil/article/47832/female_engagement_team_finds_strength_behind_burkas. Acesso em: 17 ago. 2020.

HUSSAIN, Nasser. **Counterinsurgency's comeback**. Boston Review, Jan/Fev, 2010. Disponível em: <https://bostonreview.net/archives/BR35.1/hussain.php>. Acesso em: 17 ago. 2020.

IRBY, Ida. **'FET' to fight: Female Engagement Team makes history**. U.S. Army. 18 abr. 2013. Disponível em: https://www.army.mil/article/101111/fet_to_fight_female_engagement_team_makes_history. Acesso em: 17 ago. 2020.

JONES, Ann. **Woman to woman in Afghanistan**. The Nation. 27 out. 2010. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/woman-woman-afghanistan/?print=1>. Acesso em: 18 ago. 2020.

JONES, Seth G. **The rise of Afghanistan's insurgency: State failure and jihad**. International Security, v. 32, n. 4, p.7-40, set. 2008.

KATT, Megan. Blurred lines: Cultural Support Teams in Afghanistan. **Joint Force Quarterly 75**, 30 set. 2014. Disponível em: <https://ndupress.ndu.edu/JFQ/Joint-Force-Quarterly-75/Article/577569/blurred-lines-cultural-support-teams-in-afghanistan/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

KHALID, Maryam. 'Gendering orientalism': Gender, sexuality, and race in post-9/11 global politics. **Australian Critical Race And Whiteness Studies Association**, v. 10, n. 1, p.1-18. 2014.

KHALILI, Laleh. COIN vs. CT? **Middle East Report**, 09 jan. 2012. Disponível em: <https://merip.org/2012/01/coin-vs-ct/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

KHALILI, Laleh. Gendered practices of counterinsurgency. **Review Of International Studies**, v. 37, n. 04, p.1-21, 29 nov. 2010a.

KHALILI, Laleh. The new (and old) classics of counterinsurgency. **Middle East Report**, n. 255, Summer. 2010b.

KHAN, Shahnaz. Afghan women: the limits of colonial rescue. In: RILEY, Robin L.; MOHANTY, Chandra Talpade; PRATT, Minnie Bruce (Eds.). **Feminism and war: confronting US imperialism**. London: Zed Books, 2008. p. 161-178.

KILCULLEN, David. Counterinsurgency redux. **Survival**, v. 48, n. 4, p.111-130, dez. 2006a. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e7f3/f7fd5e525d6dfe177357a894839bc770348b.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

KILCULLEN, David. **The accidental guerrilla: fighting small wars in the midst of a big one**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

KILCULLEN, David. Twenty-eight articles: Fundamentals of company-level counterinsurgency. **Military Review**, v. 86, n. 3, p. 103-108, Verão 2006b.

KIPP, Jacob et al. The Human Terrain System: A CORDS for the 21st. **Military Review**, v. 86, n. 5, p.8-15, set. 2006.

KOVACH, Gretel. **Reaching out to afghan women**. Daily Press. 24 fev. 2010. Disponível em: <https://www.dailypress.com/sdut-reaching-out-to-afghan-women-2010feb24-story.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

LAKRITZ, Talia. Then and now: How women's roles have changed in the US military. **Insider**. 06 mar. 2019. Disponível em: <https://www.insider.com/women-in-us-military-history-2019-2>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MACKENZIE, Megan. Let women fight: Ending the U.S. Military's female combat ban. **Foreign Affairs**, v. 91, n. 6, p.32-42, 2012.

MACKENZIE, Megan. True grit: The myths and realities of women in combat. **Foreign Affairs**. 12 aug. 2015. Disponível: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-08-12/true-grit>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MATHIAS, Suzeley Kalil. Gênero, Defesa e Paz no Cone Sul. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o Signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas forças armadas**. São Paulo: UNESP, 2009.

MCBRIDE, Keally; WIBBEN, Annick T. R.. The gendering of counterinsurgency in Afghanistan. **Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development**, v. 3, n. 2, p.199-215, 2012.

MC CHRYSTAL, Stanley. Commander's Initial Assessment. NATO International Security Assistance Force. 2009. Disponível em: https://media.washingtonpost.com/wp-srv/politics/documents/Assessment_Redacted_092109.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

MC CHRYSTAL, Stanley. Generation kill: A conversation with Stanley McChrystal. **Foreign Affairs**, v. 92, n.2, p. 2-8, 2013a.

MC CHRYSTAL, Stanley. **My share of the task**. London: Portfolio/Penguin, 2013b.

MESOK, Elizabeth. Affective technologies of war. **Radical History Review**, v. 2015, n. 123, p. 60-86, out. 2015.

MURGA, Rebecca. **G.I. Janes**. The New York Times, 21 jun. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/06/22/opinion/global-agenda-magazine-gi-janes.html?pagewanted=all>. Acesso em: 17 ago. 2020.

NAGAN, Jeff. **Female shuras uncover hardships facing rural Afghan women**. U.S. Central Command. 20 dez. 2011. Disponível em: <https://www.centcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/News-Article-View/Article/884446/female-shuras-uncover-hardships-facing-rural-afghan-wom%E2%80%A6/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

PETRAEUS, David. **Reflections on the "counterinsurgency decade"**: Interview with General David H. Petraeus. [Entrevista concedida a] Octavian Manea. Small Wars Journal. 2009. Disponível em: <https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/reflections-on-the->

counterinsurgency-decade-small-wars-journal-interview-with-general-david. Acesso em: 17 ago. 2020.

POTTINGER, Matt; JILANI, Hali; RUSSO, Claire. **Half-hearted: Trying to win Afghanistan without afghan women.** Small Wars Journal, 2010. Disponível em: <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/trying-to-win-afghanistan-without-afghan-women>. Acesso em: 17 ago. 2020.

PRICE, David. Anthropology as lamppost? A comment on the counterinsurgency field manual. **Anthropology Today**, v. 23, n. 6, p.20-21, dez. 2007.

PRICE, David; GONZÁLEZ, Roberto J.. **Remaking the human terrain: the US military's continuing quest to commandeer culture.** 31 jul. 2015. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2015/07/31/remaking-the-human-terrain-the-us-militarys-continuing-quest-to-commandeer-culture/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

RAWA, Revolutionary Association of the Women of Afghanistan. **Some of the restrictions imposed by Taliban on women in Afghanistan.** Disponível em: <http://www.rawa.org/rules.htm>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SANCHEZ, Sonia [Entrevista] In: YOUTUBE. Vídeo (6 min). **A look inside the FET (Female Engagement Teams).** 23 mar. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gfg_dcduDpw. Acesso em: 17 ago. 2020

SANTOS, Gabriela Freitas dos. 2017. 62f. **A inserção das mulheres nas forças armadas do cone sul.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, 2018.

SCOTT, Christina [Entrevista] In: YOUTUBE. Vídeo (6 min). **A look inside the FET (Female Engagement Teams).** 23 mar. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gfg_dcduDpw. Acesso em: 17 ago. 2020

SEKELY, Autumn [Entrevista] In: YOUTUBE. Vídeo (6 min). **A look inside the FET (Female Engagement Teams).** 23 mar. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gfg_dcduDpw. Acesso em: 17 ago. 2020.

SHEPHERD, Laura J.. Feminist security studies. In: SHEPHERD, Laura J.. **Critical approaches to security: an introduction to theories and methods.** Abingdon: Routledge, 2013. p. 11-23.

SINK, Justin. **Obama finds he can't escape afghan war he once vowed to end.** Bloomberg. 06 jul. 2016. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-07-06/obama-scales-back-afghan-withdrawal-amid-continued-threats>. Acesso em: 17 ago. 2020.

STABILE, Carol; KUMAR, Deepa. Unveiling imperialism: media, gender and the war on Afghanistan. **Media, Culture & Society**, v. 27, n. 5, p.765-782, set. 2005.

STACHOWITSCH, Saskia. Military gender integration and foreign policy in the United States: a feminist international relations perspective. **Security Dialogue**, v. 43, n. 4, p. 305-321, ago. 2012.

STADTLANDER, Charles. **Soldiers prep to have new path in war**. The United States Army. 21 abr. 2011. Disponível em: https://www.army.mil/article/55289/soldiers_prep_to_pave_new_path_in_war. Acesso em: 17 ago. 2020

THE ASSOCIATED PRESS. **2 reservists sue over army's ban on women in combat**. The New York Times. 26 mai. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/05/27/us/2-women-sue-over-armys-combat-ban.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

TICKNER, J. Ann. What is your research program? Some feminist answers to international relations methodological questions. **International Studies Quarterly**, v. 49, n. 1, p. 1–21, 2005.

TURNER, Brandon [Entrevista] In: YOUTUBE. Vídeo (6 min). **A look inside the FET (Female Engagement Teams)**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gfg_dcduDpw. Acesso em: 17 ago. 2020.

US ARMY. Center for Army Lessons Learned (US ARMY). **Commander's guide to Female Engagement Teams**. Setembro de 2011. v. 3, 122p. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/library/report/call/call_11-38_v3.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

US ARMY. Department of the Army. **Counterinsurgency field manual FM 3-24**. Dezembro de 2006, v.1, 282p.

US ARMY. Department of the Army. **Operations field manual FM 3-0**. Fevereiro de 2008, v. 1, 220p.

USA (*United States of America*). **Carter opens all military occupations, positions to women**. Department of Defense, 2015. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/Article/Article/632536/carter-opens-all-military-occupations-positions-to-women/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

USMC. **Female Engagement Teams Blueprint** (Unclassified). 2017

WELCH, Susan [Entrevista] In: YOUTUBE. Vídeo (6 min). **A look inside the FET (Female Engagement Teams)**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gfg_dcduDpw. Acesso em: 17 ago. 2020.

WELLAND, Julia. Gender and 'population-centric' counterinsurgency in Afghanistan. **Unconventional warfare from antiquity to the present day**, p. 25-46, 2017. Cham: Springer International Publishing.